



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL – 7ª REGIÃO FISCAL - SRRF07

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

ABRIL/2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL – 7ª REGIÃO FISCAL - SRRF07

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 134/2013, DN TCU nº 139/2014, DN TCU nº 140/2014, Portaria TCU nº 90/2014 e Portaria CGU nº 650/2014.

Rio de Janeiro, abril/2015

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AFRFB – Auditor Fiscal de Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
AGU – Advocacia–Geral da União
Art. – Artigo
ATA – Assistente Técnico–Administrativo
ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
Audit – Coordenação–Geral de Auditoria Interna
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
CGU – Controladoria–Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
COAEF – Coordenação–Geral de Atendimento e Educação Fiscal
COANA – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira
COCAD – Coordenação–Geral de Gestão de Cadastro
COCAJ – Coordenação–Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
CODAC – Coordenação–Geral de Arrecadação e Cobrança
COFIS – Coordenação–Geral de Fiscalização
COGEP – Coordenação–Geral de Gestão de Pessoas
COGER – Corregedoria–Geral da Receita Federal do Brasil
COGET – Coordenação–Geral de Estudos, Previsão e Análise
COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
COPAV – Coordenação–Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEI – Coordenação–Geral de Pesquisa e Investigação
COPEs – Coordenação–Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação–Geral de Programação e Logística
COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
COSIT – Coordenação–Geral de Tributação
COTEC – Coordenação–Geral de Tecnologia da Informação
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DEMAC - Delegacia Especial de Maiores Contribuintes
DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIAAC - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Atendimento e Controle do Crédito
DIAAD - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Aduaneiros
DIAEX - Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo
DIAFI – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização
DIATA – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Tecnologia e de Administração
DIFIS – Divisão de Fiscalização
DN – Decisão Normativa
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil

DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
FAPI – Fichas de Auditoria de Importação
FDI – Fichas Despacho Importação
FHAB – Ficha de Habilitação
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
GIFA – Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação
IN – Instrução Normativa
IRFB – Inspetoria da Receita Federal do Brasil
PAINT - Plano Anual da Auditoria Interna
PCC – Plano de Cargos e Carreira
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PF – Pessoa Física
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PJ – Pessoa Jurídica
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RFB – Receita Federal do Brasil
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil
SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil
SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil
TCU – Tribunal de Contas da União
TME – Tempo Médio de Atendimento
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada

SUMÁRIO

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Introdução	09

Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 134/2013

1 - Identificação e Atributos das Unidades cujas gestões compõem o Relatório

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada	16
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	17
1.3 - Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada	18
1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada	20

2 - Informações sobre a Governança

2.1 - Descrição das Estruturas de Governança da Unidade Jurisdicionada	44
2.2 - Avaliação, pelos próprios dirigentes da Unidade Jurisdicionada, da qualidade e suficiência dos Controles Internos	49

3 - Relacionamento com a Sociedade

3.1 - Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão para fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, Sugestões, etc.....	52
3.2 - Informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão	52
3.3 - Demonstração dos Mecanismos para medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade Jurisdicionada.....	52
3.4 - Detalhamento do caminho de acesso, no portal da unidade jurisdicionada na <i>Internet</i>	75
3.5 - Resultados da avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada na prestação de serviços ao cidadão	76
3.6 - Medidas adotadas pelos órgãos para o cumprimento das normas relativas à Acessibilidade	78

4 - Planejamento e Resultados Alcançados

4.1 - Planejamento da Unidade Jurisdicionada	83
4.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	89
4.3 - Informações sobre Outros Resultados Gerados pela Gestão	91
4.4 - Identificação dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho operacional da Unidade Jurisdicionada	94

5 – Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade

5.1 - Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade.....	119
---	-----

6 - Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

6.1 - Demonstração da Execução das Despesas	121
6.2 - Informações sobre despesas com ações de publicidade e propaganda	125
6.3 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	125
6.4 - Demonstração da Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	125
6.5 - Informações sobre Transferências de Recursos mediante Convênio, Contrato de Repasse	126
6.5.1 - Alimentação SIASG e SICONV	126
6.6 - Informações sobre Suprimento de Fundos	126

7 - Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

7.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	133
7.2 - Informações sobre a Contratação de mão de obra de Apoio	152
7.3 - Informações referentes a Contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da Folha de Pagamento	158

8 - Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

8.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros	160
8.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada	163
8.3 - Imóveis Locados de Terceiros	170

9 - Gestão da Tecnologia da Informação

9.1 - Informações sobre Sistemas Computacionais	172
---	-----

10 - Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

10.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras	174
---	-----

11 - Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

11.1 - Tratamento de determinações exaradas em acórdãos do TCU	176
11.2 - Tratamento de recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno ao qual se vincular a Unidade Jurisdicionada	176
11.3 - Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93..	181
11.4 - Demonstração das Medidas Administrativas adotadas para apurar Responsabilidade por ocorrência de ano ao Erário	182

12 - Informações Contábeis

12.1 - Demonstração das Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	184
12.2 - Informações sobre a conformidade contábil	188
12.3 - Declaração do Contador responsável por Unidade Jurisdicionada	190

13 - Outras Informações sobre a Gestão

13.1 - Informações não exigidas que sejam consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada	193
---	-----

LISTA DE QUADROS E DECLARAÇÕES (conforme Portaria TCU nº 90/2014)

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 – Identificação da UJ	16
Quadro 2 – Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário.....	22
Quadro 3 – Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros	26
Quadro 4 – Macroprocesso Administração Aduaneira	31
Quadro 5 – Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios	34
Quadro 6 – Macroprocesso Interação com a Sociedade	36
Quadro 7 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	49
Quadro 8 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS	90
Quadro 9 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	122
Quadro 10 – Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação	123
Quadro 11 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação	124
Quadro 12 – Despesas com Publicidade	125
Quadro 13 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	125
Quadro 14 – Concessão de Suprimento de Fundos	127
Quadro 15 – Utilização de Suprimento de Fundos	128
Quadro 16 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência ..	128
Quadro 17 – Força de Trabalho da UJ	134
Quadro 18 – Distribuição da Lotação Efetiva	135
Quadro 19 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas	137
Quadro 20 – Custos do Pessoal	144
Quadro 21 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva ...	152
Quadro 22 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	154
Quadro 23 – Composição do Quadro de Estagiários	156

Quadro 24 – Frota de Veículos	160
Quadro 25 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.	164
Quadro 26 – Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	164
Quadro 27 – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ	168
Quadro 28 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	170
Quadro 29 – Aspectos da Gestão Ambiental	174
Quadro 30 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno	176
Quadro 31 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	179

Declarações

Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis	191
--	-----

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações referentes às Unidades Gestoras da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal.

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A, Conteúdo Geral e Parte B, Conteúdo Específico, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 90/2014.

O item “Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade” não é tratado neste Relatório de Gestão, pois esta Unidade não é gestora de fundos de aval, de fundos garantidores de crédito ou de fundos de investimento (itens 64 e 65 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 - Conteúdo Específico).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2014

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal (SRRF 7ªRF) é responsável por aproximadamente 17% da arrecadação nacional (receitas administradas pela RFB), possui cerca de 3,7 mil servidores, sendo constituída por 35 unidades administrativas, com atuação nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, nas áreas de administração tributária (tributos internos e contribuições previdenciárias) e aduaneira.

As realizações que merecem destaques são as seguintes:

Participação em Grandes Eventos:

Valendo-se da experiência de nossa participação na Rio+20, Jornada Mundial da Juventude e Copa das Confederações, consolidamos nosso papel como agentes de segurança do Estado e de suas fronteiras, através da exitosa participação na Copa do Mundo de 2014. Em 2014, a Coordenação Regional dos Grandes Eventos da 7ª RF planejou e executou a “Operação da Copa do Mundo 2014”, que demandou a atuação coordenada de diversas divisões e unidades aduaneiras e de tributos internos da Região Fiscal. A imagem institucional da RFB saiu, mais uma vez, fortalecida diante do desafio de mais um Grande Evento, assim como a experiência da região fiscal em gerenciar e cumprir a missão institucional do órgão no âmbito dos grandes eventos. A Alfândega do Aeroporto do Galeão cumpriu, de forma eficiente e eficaz, todas as atividades de controle do fluxo de passageiros, bagagens e cargas, sem que houvesse qualquer transtorno.

Tendo em vista a importância dos Jogos Olímpicos de 2016 para a cidade do Rio de Janeiro e para o país, a CRGE/RF07 também elaborou e divulgou o "Programa SRRF07 no ciclo dos Jogos Olímpicos de 2016", que é composto por dez projetos e avaliações técnicas, e apresenta as diretrizes iniciais para planejamento e execução das atividades da Superintendência com vistas às Olimpíadas. Alinhada a essa iniciativa, o CAC Laranjeiras da DRF/RJ1 criou a Equipe Olimpíadas para atender com a máxima agilidade ao grande número de solicitações de entidades e empresas interessadas nos benefícios fiscais concedidos por legislação específica.

Em 2014, a Superintendência da 7ª RF e sua Assessoria Técnica participaram de diversas iniciativas de destaque, dentre elas a Organização da 48ª Assembléia Geral do Centro

Interamericano de Administração Tributária (Ciat), no Rio de Janeiro, que contou com a participação de aproximadamente 300 delegados.

Administração, Vigilância e Repressão Aduaneira:

Em 2014, tivemos iniciativas com vista a facilitar a vigilância aduaneira, dentre elas houve a reestruturação da nossa equipe náutica e realização de treinamento na Marinha do Brasil para a formação de tripulantes e condutores de embarcações. Além disso, intensificamos a integração com outros Órgãos Públicos, através de operações conjuntas, como por exemplo, com a Secretaria de Fazenda Estadual do Rio de Janeiro (no Posto Fiscal do ICMS em Nhangapi) e com a Polícia Rodoviária Federal (Operação Otefis, com mais de R\$ 2 milhões em mercadorias apreendidas).

O ano de 2014 foi um ano de grandes apreensões de entorpecentes na Alfândega da Receita Federal no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro - Galeão, com destaque para a Operação Natal, que resultou na apreensão de comprimidos de *ecstasy*, cabelo humano e penas de faisão, além da prisão de dois tripulantes de companhia aérea americana.

A Alfândega da Receita Federal no Porto de Vitória - ES participou da operação Frontmar V, coordenada pela Marinha do Brasil e com o intuito de prevenir e reprimir ilícitos penais na área marítima do Espírito Santo.

Interação com o Cidadão e a Sociedade:

A Alfândega da Receita Federal no Porto de Itaguaí – RJ promoveu em 2014 o 1º Fórum de Procedimentos Aduaneiros do porto de Itaguaí, que buscou esclarecer, a profissionais do ramo portuário e aduaneiro, processos ligados a importação/exportação de mercadorias e alguns dos assuntos legais ligados ao tema. As palestras trataram de assuntos como infrações e penalidades, educação fiscal e alfandegamento. O sucesso do encontro proporcionou a realização da 2ª edição do Fórum, no mesmo ano.

Em 2014, a Delegacia da Receita Federal em Niterói - RJ firmou parceria com a Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Unilasalle, no contexto do Projeto Núcleo de Apoio Fiscal (NAF), que tem por propósito a disseminação dos procedimentos da Receita Federal entre os cidadãos. Nele, alunos dos últimos períodos dos cursos orientam os contribuintes exclusivamente a partir da página da Receita Federal na internet. Em Niterói, o projeto encontra-se em fase final de implantação, já tendo sido disponibilizado e adaptado o espaço específico para a realização do atendimento, que serve como atividade de extensão para os graduandos, contribuindo para a formação de profissionais mais atualizados e familiarizados com as rotinas e procedimentos relacionados aos serviços da Receita Federal.

Implementamos ainda o projeto na Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro II que visa o autoatendimento orientado em todos os Centros de Atendimento ao Contribuinte (CAC) que estejam na jurisdição da respectiva delegacia. Foram criados espaços exclusivos para esse fim, e disponibilizamos pontos de rede, computadores, mesas e cadeiras, assim como pessoal para assessoramento aos contribuintes.

Seminários foram realizados na busca de um atendimento melhor aos contribuintes, como por exemplo, o Seminário Rumo à Excelência no Atendimento que aconteceu na Delegacia da Receita Federal em Vitória – ES, e que buscou capacitar, desenvolver e valorizar os servidores do atendimento, tendo em conta as competências individuais necessárias ao alcance da estratégia institucional de aprimorar os serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da

sociedade. Durante o evento, foram desenvolvidas atividades objetivando a identificação do papel profissional de cada um, a importância da auto motivação e do comprometimento.

Gestão de Pessoas:

Demos sequência às nossas atividades de integração e capacitação dos servidores, valorizando o capital humano, através dos projetos: Boas Vindas da Alfândega da Receita Federal no Porto de Itaguaí - RJ, o Projeto Café Consciência da Alfândega da Receita Federal no Porto de Vitória - ES e o Espaço do Bem da Delegacia da Receita Federal em Nova Iguaçu - RJ, este último busca mediante a criação de um espaço de colaboração recíproca, integrar colegas de trabalho, incentivar a utilização racional de recursos, contribuir para a preservação do meio ambiente e fomentar a satisfação pessoal.

Em 2014, conseguimos atender a uma antiga demanda da 7ª região fiscal com a promoção da Pós-graduação em Direito Tributário da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A turma conta com 40 participantes, teve início em novembro de 2014 e tem o final previsto para dezembro de 2015. O objetivo é oferecer aos participantes uma visão atual das principais discussões e problemáticas afetas à tributação, de forma que os servidores sejam capazes de propor soluções práticas para os principais desafios institucionais da Receita Federal.

Gestão de Tecnologia da Informação:

No ano de 2014, a Divisão de Tecnologia da Informação participou na preparação do órgão para os grandes eventos, garantindo que toda a estrutura de TI e o acesso aos sistemas corporativos funcionassem sem contratempos, a partir de várias localidades externas à RFB.

Realizamos a migração de estações de trabalho com Windows/XP para o Windows 7, à medida que os aplicativos institucionais foram alterados para suportá-lo.

Gestão de Logística:

Em 2014, a Divisão de Programação e Logística – Dipol da 7ª região fiscal distribuiu tetos orçamentários para cada Unidade Gestora, visando um maior comprometimento de cada Unidade no controle e execução orçamentária. Esta medida teve muita importância no contexto de grande contingenciamento sofrido no exercício, pois obrigou às Unidades a adotar medidas de redução de despesas para se adequarem à nova realidade. Para 2015, a Dipol está trabalhando para beneficiar Unidades com melhor desempenho, como forma de recompensar o esforço e o bom trabalho realizado.

Em relação às nossas instalações físicas, e com a preocupação de manter elevada a imagem do órgão e prover aos cidadãos e servidores um ambiente minimamente confortável, vale destacar os seguintes feitos:

A Alfândega da Receita Federal no Porto de Vitória - ES deu início em 2014 ao Projeto Mobilidade com Segurança que visa a troca dos elevadores no edifício-sede da Alfândega, a Delegacia da Receita Federal em Macaé - RJ contratou o Projeto Básico Completo para a Construção de Prédio Público para alocar sua nova sede e esse é o primeiro passo para a adequação da estrutura da Delegacia às necessidades atuais e futuras, o Projeto Som & Imagem foi concluído pela Delegacia da Receita Federal em Nova Iguaçu - RJ e o Lançamento da Pedra Fundamental do edifício sede da Delegacia da Receita Federal em Vitória - ES.

Outra iniciativa que merece destaque, foi a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) pela Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro I, que tem por objetivo diagnosticar a situação atual da Unidade e propor ações inovadoras, voltadas essencialmente para as práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos e processos da Delegacia. O Plano abrange os seguintes eixos temáticos: qualidade de vida, educação ambiental, coleta seletiva de resíduos sólidos, redução do consumo de água e capacitação em sustentabilidade. No ano passado, algumas iniciativas já foram adotadas, e em 2015 ocorrerá a implantação plena do PLS.

Gestão Estratégica:

Temos dado continuidade às ações para disseminação da cultura de gestão e planejamento estratégico na instituição, através do nosso Escritório de Projetos - Eproj. Nas diversas iniciativas dessa área, importante mencionar a participação cada vez mais ativa da Rede de Planejamento da 7ª região fiscal formada pelos núcleos de planejamento estratégico – NPE e pelas divisões da SRRF07, criada em 2012, promovendo a integração da região fiscal.

Como destaque tivemos a realização Oficinas de análise e revisão da Cadeia de Valor, que fazem parte do processo de construção do novo ciclo de planejamento estratégico para o quadriênio 2016-2019. Nesses encontros foi apresentada uma análise sobre o estudo de prospecção de cenários da RFB (2014-2022) e sobre os resultados da pesquisa de opinião da RFB/FGV e ao final, sugestões da 7ª região fiscal levantadas durante os eventos foram incorporadas à nova Cadeia de Valor.

O Eproj da 7ªRF também realizou as Oficinas de Inovação e Sustentabilidade, que apresentaram diferentes ferramentas de promoção da inovação, como *Design Thinking*, *Storytelling*, *Project Model Canvas* e Pensamento Visual. Os 50 servidores que participaram das duas turmas do evento foram divididos em grupos e convidados a formular projetos sobre o tema sustentabilidade, para serem aplicados no âmbito da 7ª região fiscal. Dois desses projetos inovadores foram selecionados para entrar no portfólio da SRRF/07 em 2015: o Selo Verde e o Programa Regional de Educação Ambiental (PREA).

Administração Tributária:

A Divisão de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes – Dimac da 7ª região fiscal desenvolveu, em 2014, o Projeto Contribuinte 360º, que consiste na criação de um script no sistema informatizado corporativo ContÁgil, que permita, em poucas páginas, ter uma visão integral do contribuinte por vários aspectos de interesse ou tema (Aduana, Arrecadação, Cadastro, DCTF, Dívida Tributária, GFIP, Incorporações, Fiscalização, Parcelamentos, Previdência, etc)

O *script* possibilitará que gestores e servidores de qualquer área de atuação tenham acesso a informações de vários sistemas de forma simples e rápida, eliminando inúmeras consultas antes necessárias para compreender o comportamento do contribuinte perante as várias áreas de atuação da Instituição.

A Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro I criou o Serviço de Ações Judiciais (Sejud), fruto da fusão das equipes de Ações Judiciais (Eajud, ligada ao Gabinete) e de Controle de Ações Judiciais (Eqcaj, subordinada à Dicat). O novo Serviço foi criado atendendo a uma necessidade de centralização dos procedimentos relativos às ações judiciais da Delegacia, com vistas a uma maior eficiência e uniformidade.

Também merece destaque a implantação do Projeto Medida Certa na Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro II cujo objetivo é o de reduzir o estoque de processos administrativos. De

dezembro de 2013 até outubro de 2014, houve um decréscimo de 67% dos estoques físicos, e de 12% do estoque total de processos administrativos. Até julho de 2015, o estoque da Unidade deverá se tornar 100% digital.

Fiscalização:

A Fiscalização da Delegacia Especial de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro – Demac/RJO constituiu crédito tributário recorde em 2014, no valor total de R\$ 21,5 bilhões, o que significou um crescimento de 20% em relação ao total de autuações realizadas em 2013. Foram concluídos 116 procedimentos em empresas sujeitas ao acompanhamento diferenciado, representando quase 82% do total lançado pela Região (R\$ 26,2 bi). Vale destacar que 98 desses procedimentos foram realizados a partir de seleção interna.

Em 2014, dentre as auditorias fiscais realizadas pela Delegacia da Receita Federal em Vitória - ES merece destaque a que decorreu da identificação de fraudes envolvendo a prática de marketing multinível, em empresas sediadas no Espírito Santo, culminando em expressivos lançamentos que totalizaram aproximadamente R\$ 3 bilhões.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELA UJ PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

A piora do indicador que mede o nível de execução orçamentária, principalmente no que se refere à parcela de investimentos, que apresentou um índice regional de 47%, ficando abaixo da média nacional da RFB (51%), e uma queda em relação ao índice regional de 2013 (58%). Os entraves ainda se constituem encontrar servidores com capacidade para gerenciar os projetos de construção civil – obras, desde a etapa de planejamento até a etapa de monitoramento e fiscalização das obras propriamente ditas, o que termina por impactar negativamente os cronogramas.

A queda dos índices de arrecadação federal (95% em 2014 contra 102% em 2013), principalmente a partir do 2º semestre com a deterioração do quadro econômico e financeiro de grandes contribuintes com jurisdição na 7ª região fiscal.

A piora do indicador que mede a gestão de mercadoria apreendida em relação a 2013 (de 71% para 63%), apontando uma dificuldade nesta área, muito por conta da baixa qualidade do material apreendido na região fiscal, que em boa parte se constitui em material contrafeito, o que diminui significativamente o potencial de realização e arrecadação com os leilões, que representa a maior parte no valor de referência do nível de gestão.

DESAFIOS PARA 2015

Como grandes desafios para 2015, podemos citar os seguintes:

O esforço regional em racionalização do uso dos recursos financeiros em termos de custeio, face o nível elevado de contingenciamento esperado para o exercício de 2015, tendo como foco às ações de padronização de despesas e aquisições no âmbito regional, com a atribuição de um “teto” orçamentário e o monitoramento constante das principais despesas.

Ainda na área de gestão orçamentária, melhorar o nível de execução orçamentária de investimento, com a intensificação dos esforços de planejamento, execução e monitoramento dos projetos de construção e reforma.

A implementação de ações nas áreas de administração tributária e fiscalização para incrementar a arrecadação federal de impostos e contribuições, em linha com o plano de ajuste fiscal do Governo Federal, com ações específicas de cobrança de dívidas tributárias, intensificação do combate à sonegação de pessoas físicas e jurídicas e a promoção da auto-regularização.

Na área de atendimento, priorizar ações que promovam a melhoria do ambiente de negócios, buscando simplificação e padronização de procedimentos afetos à área, com intuito de prover mais celeridade e conclusividade ao cidadão e contribuinte.

Na área aduaneira, dar mais fluidez ao fluxo de mercadorias e viajantes, em equilíbrio com as ações de vigilância e repressão aduaneiras nos portos e aeroportos da região fiscal. E ainda, a preparação para os jogos olímpicos RIO 2016, com a participação regional nos eventos – testes, organizados pelo Comitê Olímpico Local, na cidade do Rio de Janeiro, a partir do mês de julho.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 7ª REGIÃO
FISCAL – SRRF07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 1: Identificação e Atributos das Unidades cujas gestões compõem o Relatório
(Item 1, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal - SRRF07			
Denominação Abreviada: Superintendência da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal			
Código SIORG: 003158	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 170116	
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.460/0107-08	
Principal Atividade: Administração Tributária			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(021) 3805-2300	(021) 3805-2305	(021) 3805-2318
Endereço Eletrônico: internetrfb@receita.fazenda.gov.br			
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br			
Endereço Postal: Av. Presidente Antônio Carlos 375, S/314, Castelo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20020-010			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007; Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U. em 17 de maio de 2011; Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011; Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011; Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012.			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
170102	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE VITÓRIA		
170103	DELEGACIA DA RFB EM VITÓRIA		
170118	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DO RIO DE JANEIRO		
170119	DELEGACIA DA RFB EM VOLTA REDONDA		
170120	DELEGACIA DA RFB EM CAMPOS GOYTACAZES		
170121	DELEGACIA DA RFB EM NITEROI		
170122	DELEGACIA DA RFB EM NOVA IGUACU		
170125	ALFÂNDEGA DA RFB AEROPORTO. INTERNACIONAL DO RIO JANEIRO		
170257	DELEGACIA DA RFB NO RIO DE JANEIRO I		
170258	INSPETORIA DA RFB NO RIO DE JANEIRO		
170316	DELEGACIA DA RFB DE MAIORES CONTRIBUINTES NO RIO DE JANEIRO		
170317	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE ITAGUAÍ		
170383	DELEGACIA DA RFB NO RIO DE JANEIRO II		
170386	DELEGACIA DA RFB EM MACAÉ		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	TESOURO NACIONAL		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170102		00001	
170103		00001	
170118		00001	

170119	00001
170120	00001
170121	00001
170122	00001
170125	00001
170257	00001
170258	00001
170316	00001
170317	00001
170383	00001
170386	00001

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é órgão específico e singular diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda.

A RFB tem por finalidade exercer a administração, fiscalização e arrecadação dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e aqueles incidentes sobre o comércio exterior; atuar na administração e fiscalização aduaneira; auxiliar o Poder Executivo na elaboração da política tributária federal; e prevenir e combater a sonegação fiscal, a lavagem de dinheiro, o contrabando, o descaminho, a pirataria, a fraude comercial, o tráfico de drogas e de animais em extinção e outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

A RFB é um dos órgãos do Ministério da Fazenda (MF) que contribuem para o aperfeiçoamento da gestão dos serviços e da relação com a sociedade, com importante papel no fortalecimento do equilíbrio fiscal e tributário do país.

Tendo em vista sua atuação nacional, a RFB está distribuída geograficamente e organizada por meio de 10 (dez) regiões fiscais ou superintendências regionais, subordinadas ao secretário da RFB, representam o nível tático da organização e são responsáveis pela gestão de todas as atividades, no seu âmbito de atuação, que dizem respeito às funções, em relação à estrutura central. Estas funções são replicadas nas regiões. São responsáveis, ainda, pela supervisão das unidades sob sua jurisdição.

As competências das Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF são definidas, de modo mais geral, na Estrutura Regimental do MF (Decreto nº 7.482, de 16/05/2011) e no Regimento Interno da RFB, (Portaria MF nº 203, de 14/05/2012):

I - gerenciar os processos de trabalho inerentes às atividades e competências da RFB no âmbito da respectiva Região Fiscal;

II - propor metas e avaliar as atividades das unidades subordinadas;

III - avaliar a execução dos processos de trabalho no âmbito de atuação e propor melhorias e inovação;

IV - gerenciar projetos de interesse institucional;

V - cuidar da comunicação com vistas a preservar e fortalecer a imagem institucional; e

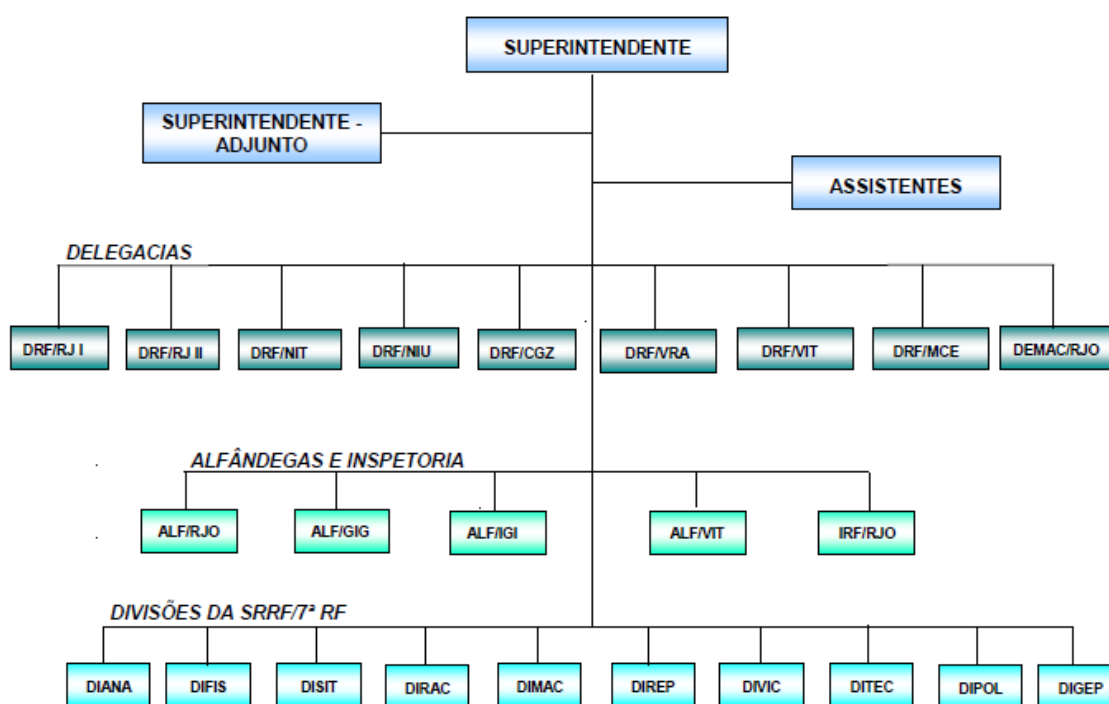
VI - fornecer apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

As SRRF compõem o núcleo estratégico do órgão e exercerão suas atividades atuando de forma sistêmica e orientada aos processos de trabalho, de forma integrada e em estreita colaboração com as Unidades Centrais.

1.3 - Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada

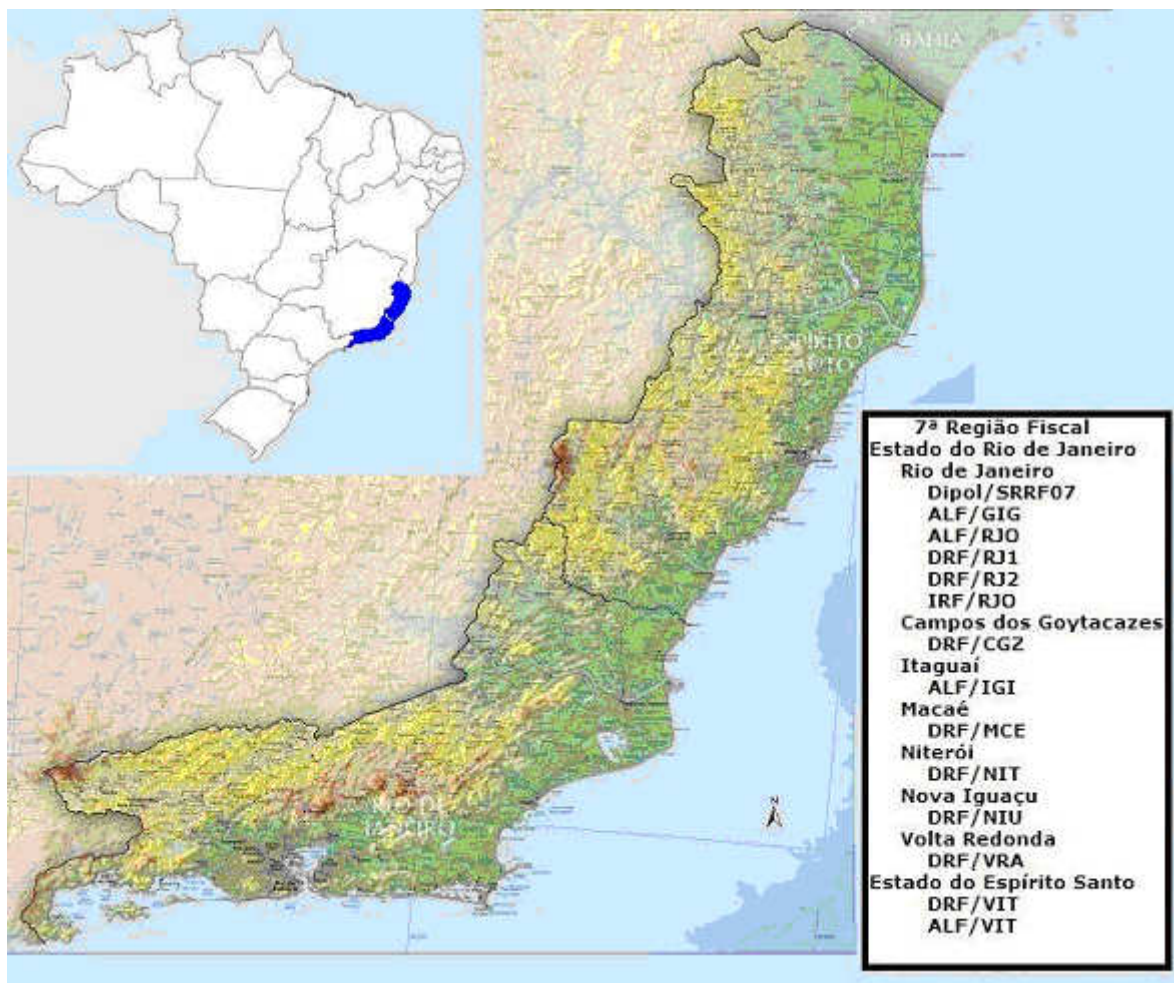
No exercício de suas atribuições e na condução de sua Missão, a RFB tem uma estrutura organizacional basicamente funcional e delineada em dois grupos estratégicos: Unidades Centrais e Unidades Descentralizadas. As Unidades Centrais da RFB são compostas pelas Unidades de Assessoramento Direto e de Atividades Específicas. Estão localizadas, predominantemente, em Brasília - DF e desenvolvem atividades normativas, de supervisão e de planejamento, com subordinação direta ao Secretário da RFB. Já o grupo das Unidades Descentralizadas, é composto por órgãos regionais e locais, os quais são distribuídos e organizados geograficamente por todo o país, a fim de desempenhar funções táticas e operacionais, sob o comando central.

Figura: Organograma da Superintendência Regional Receita Federal do Brasil – 7ªRF



1.3.1 - Estrutura Organizacional da SRRF da 7ª RF

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RFB NA 7ªRF	QUANTIDADE
Superintendências (SRRF)	1
Delegacias da Receita Federal (DRF)	8
Delegacias Especiais de Maiores Contribuintes (Demac)	1
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	1
Alfândegas da Receita Federal (ALF)	4
Agências da Receita Federal (ARF)	20
TOTAL	35



1.3.2 – Informações sobre as Competências das Unidades Descentralizadas

Estão subordinadas às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF's, as Unidades abaixo:

1 – Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF), Alfândegas da Receita Federal do Brasil (ALF), Inspetorias da Receita Federal do Brasil (IRF) e Delegacias Classe Especial.

As DRF, ALF e IRF de classes “Especial A”, “Especial B” e “Especial C”, são responsáveis pelos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, e no que couber, no desenvolvimento das atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, atendimento e interação com o cidadão, comunicação social, fiscalização, controle aduaneiro, tecnologia e segurança da informação, programação e logística, gestão de pessoas, planejamento, avaliação, organização e modernização.

1.1 - Inspetorias da Receita Federal do Brasil (IRF) de Classes "A" e "B"

São responsáveis pelos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, nas atividades citadas acima, excetuando-se as relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

1.2 - Agências da Receita Federal do Brasil (ARF)

São responsáveis pelas atividades de atendimento ao contribuinte.

Observação: As Agências da Receita Federal do Brasil são subordinadas às Delegacias da Receita Federal. As Inspetorias da Receita Federal do Brasil Classes “A” e B” podem ser subordinadas às Delegacias, às Alfândegas ou às Inspetorias de Classe Especial.

2 – Delegacias Especiais da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes (Demac)

A Demac é responsável, no âmbito de sua jurisdição e de forma concorrente em todo território nacional, pelas atividades relacionadas aos contribuintes de relevante interesse, definidos de acordo com critérios aprovados por ato do Secretário da Receita Federal do Brasil, e pelos demais contribuintes pertencentes ao mesmo grupo econômico ou a eles relacionados, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos. Além disso, ela desenvolve as atividades de acompanhamento e monitoramento de planejamento tributário e de fiscalização, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas.

1.4 – Macroprocessos Finalísticos

Processos são um conjunto de atividades que, de forma integrada, viabilizam o cumprimento dos objetivos institucionais. Os processos executados na RFB estão organizados hierarquicamente em níveis, sendo o nível mais alto representado por Macroprocessos.

A Cadeia de Valor da RFB é a representação gráfica de como são organizados e agrupados os seus processos de trabalho e é um importante instrumento no cumprimento da Missão da Instituição e na geração de valor para seus clientes: Estado, sociedade, contribuintes, parceiros institucionais e servidores. Por ela verifica-se como os processos se relacionam e fica evidente a necessidade de compartilhamento de informações e ações entre as áreas.

Conforme painel a seguir, a Cadeia de Valor da RFB é constituída por 13 Macroprocessos, divididos em três grupos:

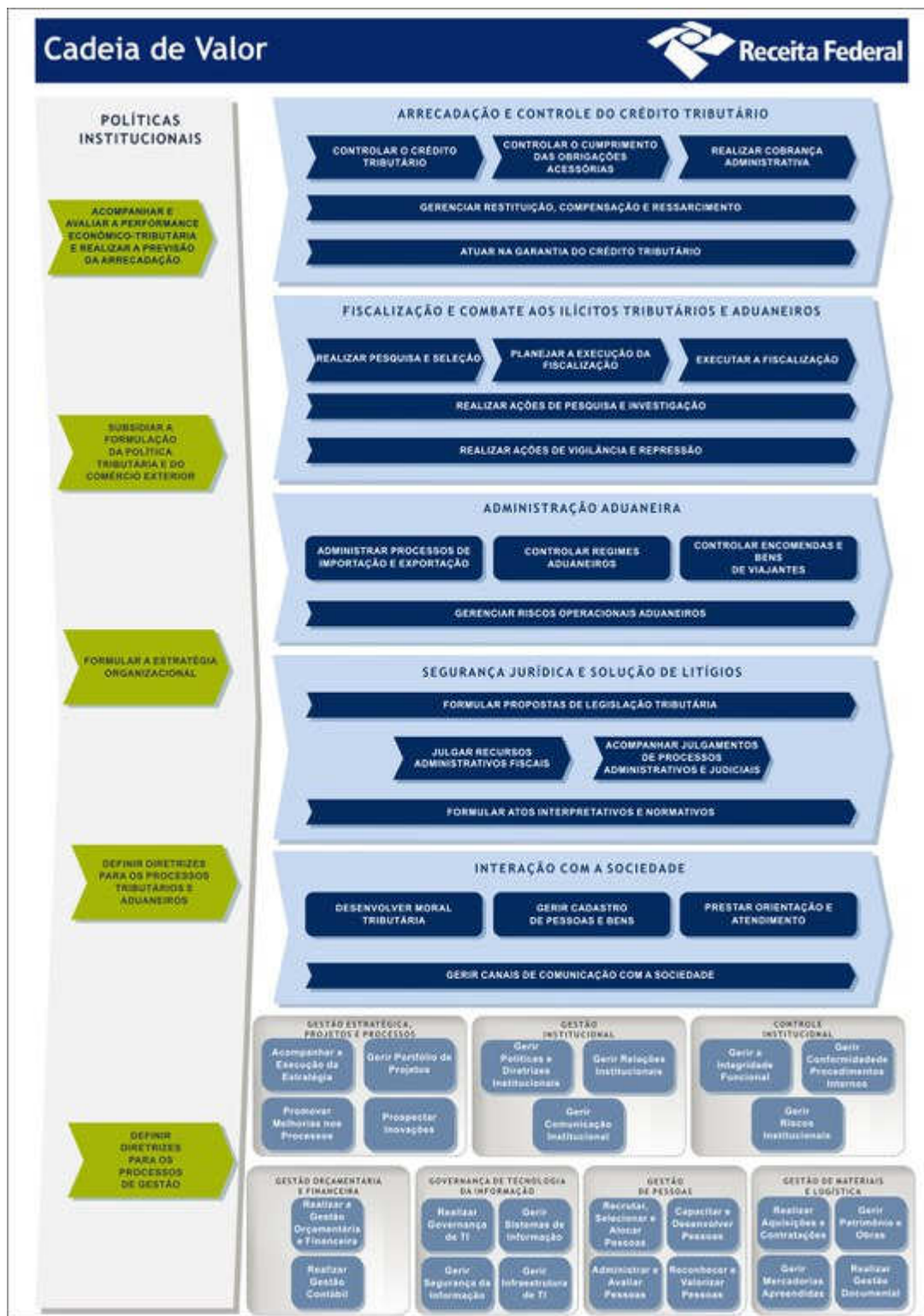
1- Macroprocessos Finalísticos: correspondem às grandes funções da organização e para as quais devem estar voltadas suas unidades internas e descentralizadas. Além disso, também orientam os processos internos, os objetivos estratégicos e a geração de produtos e serviços para os clientes interno e externo;

2 – Macroprocesso de Políticas Institucionais: apresenta os Processos de Trabalho relacionados às políticas gerais do órgão;

3 - Macroprocessos de Apoio: dão suporte aos Macroprocessos Finalísticos conforme as políticas institucionais.

Esse modelo de Cadeia de Valor foi definido em 2011, sendo incorporada ao processo de Planejamento Estratégico da Organização como um dos mais importantes subsídios para sua formulação.

Figura: Cadeia de Valor da RFB



Fonte: Intranet RFB

Considerando que as Unidades Centrais desenvolvem atividades normativas, de supervisão e de planejamento, e que as Unidades Descentralizadas (regionais e locais), por sua vez, desempenham atividades táticas e operacionais, sob o comando Central, torna-se essencial a integração entre elas, no âmbito da maior parte dos Macroprocessos Finalísticos.

As tabelas a seguir identificam os cinco Macroprocessos Finalísticos da RFB constantes de sua Cadeia de Valor; a descrição desses Macroprocessos; as áreas responsáveis pela sua condução; os principais produtos e serviços decorrentes dos processos de trabalho; e os principais clientes. Abaixo de cada tabela, encontra-se uma descrição, sucinta, de como o macroprocesso foi conduzido pelas áreas estratégicas da RFB durante o ano de 2014.

Como já mencionado, a execução das atividades contidas na maior parte dos macroprocessos depende da atuação combinada de mais de uma área responsável da RFB e, em geral, pode envolver também os dois níveis organizacionais (Central e Descentralizado), de modo a garantir uma completa integração e continuidade administrativa dos trabalhos.

Quadro 2: Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário

Macroprocesso Finalístico	Arrecadação e Controle do Crédito Tributário				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
<ul style="list-style-type: none"> - Controlar o Crédito Tributário. - Controlar o cumprimento das Obrigações Acessórias. - Realizar cobrança administrativa. - Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento. - Atuar na garantia do Crédito Tributário. 	<ul style="list-style-type: none"> - Suara (Codac, Corec). - Sufis (Cofis). - Superintendências Regionais e Unidades Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crédito tributário constituído acompanhado dos bens nos casos previstos pela legislação. - Débitos confessados decorrentes de obrigações acessórias. - CT lançado de Ofício. - CT de MAED. - Demais CT confessados (declarações de compensação, e parcelamentos). - Informações sobre pagamentos e depósitos. - Resultados da consulta de tabelas e cálculos. - Resultado da cobrança administrativa. - Processo instruído com despacho visando alteração, manutenção ou cancelamento da inscrição na Dívida Ativa. - Resultado do julgamento. - Dados de arrecadação. - Documentos de arrecadação. - DJE. - Devolução e restituição de Depósitos. - Pedido de devolução. - Retorno de informações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Executores do processo de fiscalização. - Fiscalização. - Sistema MAED - Contribuinte. - Sistema Arrecadação. - Sistema de cálculo. - Sistema de cobrança. - PGFN. - DRJ e CARF. - Rede arrecadadora. - Contribuinte. - CEF. - STN. - interessado. - Contribuinte ou responsável. 	<ul style="list-style-type: none"> - Administração da arrecadação tributária, incluindo sua classificação e destinação. - Gestão da cobrança administrativa dos créditos tributários e obrigações acessórias. - Gerenciamento de ressarcimentos, reembolsos, restituições e compensações. - Atendimento aos contribuintes. - Gestão dos cadastros da RFB. - Acompanhamento da Rede Arrecadadora. - Dimensionamento da arrecadação potencial. - Propor metas e avaliar a execução na Região das atividades relativas às ações judiciais, restituição, 	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuintes. - CARF. - PGFN. - Banco do Brasil. - Gabinete do Ministro da Fazenda. - Gabinete do Secretário da Receita Federal. - Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. - Tribunal de Contas da União. - AGU - Tribunais de Justiça - Polícia Federal

	<ul style="list-style-type: none"> - Pedido de emissão de certidão (CND ou CPDEN) ou Consulta Situação Fiscal Contribuintes. - Obrigação tributária principal ou informações relacionadas. - CT com saldo devedor. - Hipóteses de cautelar fiscal e de arrolamento. 	<ul style="list-style-type: none"> compensação, ressarcimento, reembolso, imunidade, suspensão, isenção e redução de alíquotas em matéria tributária. 	
--	---	--	--

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

→ **Processo: Controlar o crédito tributário**

Este processo de trabalho, gerido no âmbito da Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento (Suara), realiza as seguintes atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
- Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
- Controlar, de forma integrada, todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

Em 2014, a arrecadação das receitas federais de impostos, contribuições e taxas (administradas pela RFB) e de outras receitas recolhidas, porém administradas por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 1.187 trilhões, sendo que deste montante R\$ 1.146 trilhões são decorrentes de receitas administradas pela RFB. O processo de arrecadação conduzido pela RFB abrangeu a recepção e processamento de quase 300 milhões de documentos de arrecadação (DARF, DJE, DAS e GPS) e uma rede arrecadadora composta por 26 bancos credenciados.

A arrecadação da 7ª Região Fiscal foi de 182.150 milhões no ano de 2014. Comparada com igual período do ano de 2013, apresentou uma variação nominal de (2,29%) e real de (8,10%).

O índice de realização da meta global de arrecadação em 2014 foi de 95,45% (95,00% fazendária e 96,81% previdenciária). Tomando-se como base a previsão técnica, o índice de realização foi de 98,90% (99,55% fazendária e 97,04% previdenciária).

→ **Processo: Controlar o cumprimento das obrigações acessórias**

Este processo de trabalho, também gerido no âmbito da Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento (Suara), realiza as seguintes atividades:

- Verificar e exigir o cumprimento das obrigações acessórias; e,
- Realizar a cobrança administrativa de créditos decorrentes do descumprimento das obrigações acessórias.

As principais iniciativas implementadas, em 2014, são:

- Atualmente, há um indicador estratégico, o Índice de Adimplência de Obrigação Acessória (IAOA) que mede o grau de entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa

Física (Dirpf) de quem é obrigado a cumprir a obrigação. No 4º trimestre de 2014, o resultado desse índice, para o nível Brasil, alcançou 97,8%.O resultado da 7ª Região Fiscal ficou próximo ao nacional, atingindo o percentual de 97,6%.

→ **Processo: Realizar cobrança administrativa**

Ainda sob a gestão da Suara, este processo é composto pelas seguintes atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder ao encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder ao encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
- Proceder à análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).

Alguns resultados apresentados, em 2014:

- Entrou em produção o Pré-Cadin, que tem por objetivo suprir a necessidade de controle das inclusões no Cadin/Sisbacen pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Direta e Indireta, no âmbito do macroprocesso do crédito público.

→ **Processo: Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento**

A Suara atua nas seguintes atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir sobre pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou da PGFN.

Alguns resultados alcançados no ano de 2014:

- Foram recepcionados, pela RFB, 1.157.482 Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), incluindo os pedidos referentes às contribuições previdenciárias, sendo 648.043 declarações de compensação, 374.319 pedidos de restituição, 78.191 pedidos de ressarcimento, 12.094 pedidos de reembolso e 44.835 pedidos de cancelamento. Em termos de valores, as declarações de compensação transmitidas em 2014 totalizam mais de R\$ 87 bilhões em débitos compensados, enquanto os pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso perfazem 42,4 bilhões em créditos pleiteados. Do total de PER/DCOMP ativos (cerca de 10.437.994 documentos), 70,4% haviam sido trabalhados em procedimentos eletrônicos ou manuais, totalizando R\$ 324,3 bilhões em débitos compensados e R\$ 140,8 bilhões em créditos em pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso. Na 7ª Região Fiscal, a meta para redução do tempo médio do estoque inicial de restituições pendentes foi superada. O atingimento da meta foi de 131% do estabelecido para o ano. A temporalidade foi reduzida de 804 dias para 612 dias, em 2014.

- Foram emitidas, aproximadamente, 96 mil comunicações eletrônicas pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensações - SCC, sendo 40.571 intimações (em razão de incorreções ou inconsistências detectadas nos PER/DCOMP ou de solicitação de documentos complementares), 3.525 despachos decisórios de não admissibilidade de cancelador ou retificador e 51.881 despachos decisórios com apreciação de mérito envolvendo créditos de cerca de R\$ 6,5 bilhões. O índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes da 7ª Região Fiscal foi de 48,55%, frente a meta estabelecida de 52% para a redução do estoque.

→ **Processo: Atuar na garantia do crédito tributário**

Este processo tem como áreas gestoras a Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento (Suara), por meio da Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança (Codac), bem como a Subsecretaria de Fiscalização (Sufis), no âmbito de sua Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis), cujas atuações serão descritas a seguir.

A Suara atua nas atividades a seguir:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes, tanto do lançamento de ofício, quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para o bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

Em 2014, foram implementadas Iniciativas:

- No âmbito de natureza normativa e de orientação: publicação da nota de roteiro operacional de Arrolamento e Medidas Cautelares Fiscais, com o objetivo de orientar e padronizar os procedimentos afetos às medidas cautelares fiscais e procedimentos afetos ao arrolamento de bens.
- No âmbito de ordem operacional: disponibilização de listas com os créditos tributários dos sujeitos passivos às unidades descentralizadas para realização de arrolamentos de bens e direitos.
- Na 7ª Região Fiscal, houve um crescimento percentual de 7,07% no valor de bens e direitos arrolados e de 194,30% na propositura de medidas cautelares fiscais, no 4º trimestre de 2014, comparativamente ao 4º trimestre de 2013. Paralelamente, o valor total dos débitos a serem trabalhados no 4º trimestre de 2014 teve uma redução de (3,20%) em relação ao mesmo trimestre de 2013.

A Sufis atua nas seguintes atividades:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

No âmbito de iniciativas operacionais, a Sufis realizou, em 2014, a homologação de novas funcionalidades no sistema de controle da garantia – Conprovi.

Quadro 3: Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros

Macroprocesso Finalístico	Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar pesquisa e seleção. - Planejar a execução da fiscalização. - Executar a fiscalização. - Realizar ações de pesquisa e investigação. - Realizar ações de vigilância e repressão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sufis (Cofis, Copes e Comac). - Copei. - Suari (Coana). - Superintendências Regionais e Unidades Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Documentação apresentada pelo sujeito passivo. - Informações derivadas de diligências. - Demandas externas requisitórias e não requisitórias. - Resultado dos procedimentos fiscais para análise do cumprimento de metas e diretrizes. - Resultado das investigações. - Relato, fatos, dados, documentos, etc. oriundos de outras unidades da RFB, de outros órgãos públicos, de notícia veiculada na mídia ou de qualquer outra fonte de informação acerca do cometimento de ilícitos tributário-aduaneiros ou irregularidades fiscais e criminais. - Sistemas informatizados da Receita Federal. - Cães de faro. - Armamento institucional. - Veículos oficiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sujeitos passivos da obrigação tributária e terceiros. - Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos públicos externos. - Executores do processo de fiscalização. - Área de inteligência da RFB. - Unidades da RFB. - Órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência. - Unidades de inteligência fiscal dos fiscos estaduais. - Outros órgãos de governo. - Representações de outros países e organismos internacionais. - Sociedade. - Servidores da Receita Federal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de estudos tributário-fiscais. - Análise, seleção, planejamento e fiscalização de contribuintes. - Acompanhamento dos Grandes Contribuintes. - Monitoramento de Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias. - Atividades de Inteligência Fiscal. - Prevenção e combate aos crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores. - Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado. - Órgãos do governo. - Sociedade.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

→ **Processo: Realizar Pesquisa e Seleção**

Este processo de trabalho, gerido no âmbito Subsecretaria de Fiscalização (Sufis), tem como escopo um conjunto de etapas, que vão desde a pesquisa até a seleção dos contribuintes a serem

fiscalizados, aplicando-se ao procedimento de seleção os princípios da razoabilidade, da objetividade e da impessoalidade. Sua importância está centrada na possibilidade de gerar conhecimento e informações que vão otimizar e direcionar as ações fiscais, permitindo o alcance das metas e de objetivos estratégicos, tais como: “aproximar a arrecadação efetiva da potencial”, “elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras” e “elevar a percepção de risco e a presença fiscal”.

Nesse sentido, atua na realização de estudos sobre operações evasivas e elisão fiscal e sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias, atua em pesquisas e estudos para subsidiar sua seleção de contribuintes a serem fiscalizados, além de elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações e monitorar tanto os grandes contribuintes como os segmentos econômicos.

Em 2014, destacaram-se as seguintes ações:

- Aprimoramento do sistema informatizado para levantamento e identificação do passivo tributário do contribuinte – ContÁgil, com a liberação de ferramenta de construção e visualização das conexões entre as pessoas (Grafo de Relacionamentos) e a disponibilização de consulta aos dados do sistema Dossiê Integrado, ampliando as fontes de pesquisa na plataforma de suporte à fiscalização.
- Manutenção do elevado percentual de realização, no Portfólio de Produtos de TI (PPTI) dos anos anteriores, dos sistemas de seleção (Siga DW e SIF), os quais terminaram o exercício com as informações completas do ano-calendário 2013, foco da programação em 2015.
- Produção de 14 notas técnicas Copes orientativas sobre procedimentos de seleção.
- Produção de 11 notas Copes de análises de ilícitos tributários, como subsídios para o planejamento da fiscalização.

→ **Processo: Planejar a Execução da Fiscalização**

Em continuidade ao processo Realizar Pesquisa e Seleção, este processo engloba as etapas necessárias ao planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados que foram selecionados no processo anterior.

A atuação se dá no planejamento, acompanhamento e avaliação da revisão de declarações; no planejamento e acompanhamento das ações fiscais realizadas; na avaliação de seus resultados em relação às estimativas feitas (tempo de execução, valor do crédito lançado, etc.); bem como no monitoramento do grau de aderência entre o crédito lançado e o crédito efetivamente cobrado.

No âmbito desse processo, foram realizadas as seguintes iniciativas:

- A continuidade à iniciativa implementada no início de 2013, após publicação da Portaria RFB 2.207/2012, na qual a Fiscalização tem intensificado o trabalho de análise dos lançamentos efetuados e discutidos na 2ª Instância Administrativa, com o objetivo principal de avaliar e melhorar a aderência dos lançamentos da fiscalização, mediante atuação detalhada, perene e articulada de várias áreas envolvidas, entre as quais a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Nesse sentido, com o objetivo de garantir a manutenção do crédito tributário e o constante aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização, até o ano de 2014, foram registrados cerca de 1035 processos para avaliação, dos quais mais de 357 foram encaminhados à PGFN e cerca de R\$

172 bilhões de crédito tributário em processos foram analisados pela Fiscalização (dados acumulados até 05/01/2015).

Referidos resultados são decorrentes da participação efetiva das divisões de fiscalização das Superintendências e das Delegacias, que trabalham de forma integrada às áreas responsáveis pelo monitoramento do contencioso administrativo e da PGFN.

No planejamento das fiscalizações aduaneiras, o grau de eficácia da seleção igualou a meta projetada de 91% para a realização das auditorias (número de auditorias com resultado em relação ao total de auditorias realizadas).

→ **Processo: Executar a Fiscalização**

Este processo abrange a realização de fiscalizações, de revisão de declarações e de diligências; lavratura de autos de infração; expedição de notificações de lançamento; arrolamento de bens dos contribuintes; propositura de medida cautelar fiscal; elaboração de representação fiscal para fins penais; e aplicação de regimes especiais de fiscalização.

No ano de 2014, a Fiscalização da Receita Federal constituiu crédito tributário no valor de R\$ 150,5 bilhões, 2º melhor resultado histórico. O montante lançado resultou de 16.989 procedimentos de auditoria externa e 348.843 procedimentos de revisão interna de declarações de pessoas físicas, jurídicas e ITR, que totalizaram 365.832 procedimentos de fiscalização.

No período compreendido entre 2010 e 2014, houve uma evolução nominal do crédito tributário lançado de 67,13%. Tal evolução reforça a estratégia implementada em 2010, no sentido de selecionar os sujeitos passivos a partir de regras nacionais compartilhadas, bem como atuar de maneira mais próxima ao fato gerador em relação aos contribuintes de grande porte, combinado com um intenso programa de capacitação continuada dos servidores e o uso intensivo de tecnologia da informação.

A 7ª Região Fiscal tem apresentado um crescimento contínuo no valor do crédito tributário lançado. No período compreendido entre 2010 e 2014, a evolução nominal do crédito tributário lançado decorrente de procedimentos de fiscalização foi de 85,5 %, atingindo o ápice em 2014, com valor de lançamento de R\$ 33 bilhões. O montante lançado resultou de 2.071 procedimentos de auditoria externa e 51.789 procedimentos de revisão interna de declarações de pessoas físicas, jurídicas e ITR, que totalizaram 53.860 procedimentos de fiscalização.

Em 2014, destacaram-se as seguintes atividades na condução desse processo de trabalho:

- A Divisão de Fiscalização da Superintendência na 7ª RF também atuou na **otimização do estoque de selos – controle de bebidas, cigarros e relógios**, ajustando-os à realidade atual da 7ª RF, reduzindo assim o patrimônio imobilizado e custos com transporte e armazenagem.
- No que se refere à fiscalização aduaneira, em 2014 foram encerradas 4.039 ações fiscais, sendo 1.454 auditorias posteriores ao despacho, 802 auditorias no curso do despacho (Procedimentos Especiais de Controle) e 1.783 diligências fiscais. As 1.454 auditorias posteriores ao despacho correspondem a 92% do total de ações fiscais executadas no mesmo período de 2013 (1.585 ações fiscais). O total de créditos tributários e apreensões chegou a R\$ 4,5 bilhões.
- No âmbito da 7ª RF, no ano de 2014, ainda com relação à fiscalização aduaneira, foram encerradas 1.040 ações fiscais, sendo 357 auditorias posteriores ao despacho, 178 auditorias

no curso do despacho (Procedimentos Especiais de Controle - PEC) e 510 diligências fiscais. O total de créditos tributários e apreensões chegou a R\$ 1.004.682.990,00.

- As auditorias posteriores ao despacho, que representam a principal atividade do macroprocesso de fiscalização aduaneira, na 7ª RF é centralizada em duas unidades: Inspetoria da Receita Federal no Rio de Janeiro (IRF/RJO), que concentra as fiscalizações do estado do RJ, apesar das Delegacias poderem atuar de forma concorrente, e Alfândega do Porto de Vitória (ALF/VIT), que executa a fiscalização do estado do ES. Já as auditorias no curso do despacho, PEC's, são executadas pelas unidades de despacho, Alfândega do Porto do Rio de Janeiro (ALF/RJO), Alfândega do A.I do Galeão (ALF/GIG), Alfândega do Porto de Itaguaí (ALF/IGI), Delegacia da Receita Federal de Macaé (DRF/MCE), Delegacia da Receita Federal de Niterói (DRF/NIT), Delegacia da Receita Federal de Nova Iguaçu (DRF/NIU), Delegacia da Receita Federal de Volta Redonda (DRF/VRA) e Alfândega do Porto de Vitória.

Unidade Local	Auditorias Fiscais	Procedimentos Especiais de Controle	Crédito
DRF/NIT	3	0	R\$ 2.015.416,58
DRF/NIU	7	9	R\$ 1.511.819,41
DRF/VRA	2	14	R\$ 399.222,00
DRF/MCE	1	0	-
ALF/RJO	N/A	61	R\$ 11.294.443,00
ALF/GIG	N/A	35	R\$ 1.688.168,34
ALF/IGI	N/A	14	R\$ 40.639,91
ALF/VIT	118	45	R\$ 313.898.426,36
IRF/RJO	226	N/A	R\$ 673.834.853,94
TOTAL	357	178	R\$ 1.004.682.989,54

Fonte: Diana da 7ª RF

→ **Processo: Realizar ações de pesquisa e investigação**

As ações de Pesquisa e Investigação da RFB resultaram, em 2014, na realização de 32 operações de impacto, contabilizadas apenas aquelas com expressiva exposição na mídia, deflagradas pela instituição em parceria com outros órgãos públicos, principalmente com o Departamento de Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Ministério Público Federal.

Em tais operações foram cumpridos 557 mandados de busca e apreensão e realizadas 203 prisões temporárias ou preventivas, números que ajudam a consolidar a estratégia organizacional de elevar a percepção de risco e a presença fiscal com o desenvolvimento de ações de combate ao crime organizado, particularmente em casos envolvendo crimes contra a ordem tributária, de contrabando e descaminho e de lavagem de dinheiro.

→ **Processo: Realizar ações de vigilância e repressão**

Este processo de trabalho, ocorre no âmbito da Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais (Suari) que, em 2014, implementou diversas iniciativas na RFB, voltadas a aprimorar e estruturar a atividade de vigilância e repressão. Nesse sentido, merecem destaque aquelas relacionadas ao Projeto Armamento Institucional, o qual envolve: o treinamento e acautelamento de pistola em calibre 40 e de equipamento não letal para os servidores da atividade; a construção de Reservas de Armamento; a aquisição de coletes balísticos e o desenvolvimento do Projeto Cães de Faro.

Além disso, foram realizadas 3.110 operações de vigilância e repressão, sendo que parte delas foram realizadas conjuntamente ou contaram com o apoio de outros órgãos, entre os quais: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Força Aérea Brasileira e Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). A apreensão total de mercadorias resultante da atuação de RFB nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem), foi superior ao atingido no ano de 2013, com um total de R\$ 1,8 bilhão.

Importante mencionar que, entre os fatores que provocaram o incremento nas apreensões, destacam-se a utilização de Scanners, sejam móveis ou fixos, existentes em portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados, bem como a presença de Cães Farejadores, que constituem a Equipe de Cães de Faro da Receita Federal.

Ao longo de 2014, a 7ª Região Fiscal realizou 255 operações de vigilância e repressão para uma meta de 252, atingindo em 101,19% do indicador regional mensurado pelo Índice de Realização da Meta das Operações de Vigilância e Repressão. Em termos de valor, a 7ª RF apreendeu mercadorias que totalizaram cerca de R\$ 73,9 milhões para uma meta de R\$ 32,9 milhões para o ano de 2014, atingindo cerca de 124% acima do valor previsto.

Importante ressaltar que a 7ª Região Fiscal implementou diversas iniciativas voltadas a aprimorar e estruturar a atividade de vigilância e repressão em 2014. Merecem destaques aquelas relacionadas à participação da Direp da SRRF07 na coordenação dos eventos para qualificação dos servidores da região para uso do armamento institucional; na reestruturação e qualificação dos servidores das equipes náuticas; na consolidação do intercâmbio e atuação conjunta com as Secretarias de Governo e Fazenda do Estado do RJ, com a PRF e com a Marinha do Brasil e na realização de diversas palestras sobre o combate da RFB à Pirataria e ao Contrabando e Descaminho na Firjan, na Academia de Polícia Civil e na Polícia Militar.

Em nível operacional, destacam-se:

1- A participação da Direp07 durante a Copa do Mundo com a execução de várias operações interagências no combate ao contrabando, descaminho e à pirataria:

<http://acoesdareceita.receita.fazenda.gov.br/posts/2014/6/rj-direp-07-apreende-r-1-5-milhao-de-mercadorias-em-operacao-conjunta>

2- A participação da Direp07 na Operação Otefis, grande operação conjunta organizada pela PRF com participação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, das Vigilâncias Sanitárias estadual e municipais e do HSI – U.S. Homeland Security Investigations (agência federal americana de investigações de segurança interna). Mais de R\$ 2.000.000,00 de mercadorias apreendidas. Participação destacada com uso de cães de faro e scanners;

3- Participação da Direp07, com uso da lancha, juntamente com a Marinha do Brasil, na Operação Amazônia Azul, preparatória para a Copa do Mundo e na Operação Deportex, preparatória para as Olimpíadas.

Quadro 4: Macroprocesso Administração Aduaneira

Macroprocesso Finalístico	Administração Aduaneira				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
- Administrar processos de importação e exportação. - Controlar regimes aduaneiros. - Controlar encomendas e bens de viajantes. - Gerenciar riscos operacionais aduaneiros.	- Suari (Coana). - Superintendências Regionais e Unidades Locais.	- Sistemas informatizados (Siscomex, e-DBV, Sistema Remessa e outros). - Informações e documentos apresentados pelo importador, exportador, transportador ou viajante. - Legislação aduaneira e tributária aplicada.	- Servidores da Receita Federal. - Despachantes. - Importadores. - Exportadores. - Transportadores. - Viajantes. - Órgãos públicos intervenientes no comércio exterior (Anvisa, Vigiagro, Ministério da Defesa, Ibama e outros).	- Despacho aduaneiro de importação e exportação. - Despacho de internação (ZFM). - Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior. - Execução e controle das políticas para operações de importação e exportação. - Controle de cargas. - Habilitação dos intervenientes no comércio exterior.	- Pessoas Físicas e Jurídicas. - Órgãos Públicos. - Organizações Estrangeiras. - Países Estrangeiros etc.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

Os quatro processos que compõem este macroprocesso são desenvolvidos pela Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais (Suari), no âmbito da Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana). As etapas desses processos são interdependentes e se comunicam em diferentes momentos e de diferentes formas.

A Copa do Mundo foi outro tema importante que contou com a atuação da Receita Federal, em 2014:

- Em 31/03/2014, por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.461, foi publicado o Guia Aduaneiro para a Copa do Mundo FIFA 2014. Esse guia, elaborado com base na Lei da Copa (Lei nº 12.350, de 2010) e em diversas normas tributárias e aduaneiras, teve por objetivo informar sobre os procedimentos aduaneiros a serem utilizados na Copa do Mundo de 2014. As orientações se destinaram às delegações estrangeiras de futebol e a entes que participaram da organização e execução dos eventos, como também aos profissionais de imprensa não residentes no Brasil que trouxeram do exterior, em suas bagagens, equipamentos profissionais para a cobertura jornalística dos eventos.
- Durante o evento, nos 15 aeroportos internacionais envolvidos, a Receita Federal mobilizou um contingente adicional de 232 servidores, significando 97% de incremento da força fiscalizatória, de modo a bem atender o significativo aumento da demanda de passageiros e cargas. Foram realizados 62 atendimentos às delegações esportivas estrangeiras participantes da competição por meio de operações integradas com diversos órgãos federais, tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Departamento de Polícia Federal (DPF).

- A 7ª Região Fiscal foi fortemente impactada pelo evento em questão, visto jurisdicionar o segundo maior aeroporto internacional do Brasil, o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro / Galeão – Antônio Carlos Jobim (Alfandega do A.I do Galeão – ALF/GIG), sediar importantes jogos, como a final, e possuir a cidade com maior atratividade turística do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro. Assim, durante os meses de maio a junho, a ALF/GIG atendeu a 6.298 vôos internacionais, dentre chegadas e partidas, o que correspondeu a 986.009 passageiros em viagem internacional (fonte: SRRF07/Equipe Regional de Grandes Eventos).

Outra operação realizada pela Receita Federal que também merece destaque é a Operação GOL 14, realizada em conjunto com a Organização Mundial das Aduanas (OMA), a qual teve como foco o combate à importação de produtos contrafeitos, em especial os relacionados a grandes eventos esportivos. No decorrer da operação, foram fiscalizadas mais de 200 unidades de carga nos principais portos do país e retidas, aproximadamente, 720 mil mercadorias. Na 7ª Região Fiscal foram apreendidas, somente na ALF/RJO, cerca de 200 mil bolas de futebol e 20 toneladas de roupas com marcas adulteradas.

Ainda na Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, em outra operação denominada "Operação Mudança", foram apreendidos cerca de R\$ 10 milhões em obras de arte (obras já doadas e que foram expostas no Museu Nacional de Belas Artes) e 17 toneladas de mercadorias, entre equipamentos eletônicos, esportivos e móveis.

Também como destaque na 7ª RF, pode-se citar a Operação Bijuterias, visto que, a partir de denúncia da Divisão de Administração Aduaneira/07 (Dirad07) sobre subfaturamento nas importações de bijuterias de uma de terminada empresa, as importações do segmento passaram a ser monitoradas nacionalmente e, além da prática de fraude de valor, foi constatado que vários produtos representavam perigo à saúde do consumidor brasileiro. Em um período de apenas 7 meses, o preço médio declarado saltou de US\$ 7,80/kg para US\$ 19,18/kg (Fonte: Coana/Cerad - DW Comércio Exterior).

Dentre as inúmeras ações implementadas de forma conjunta e integrada entre as unidades aduaneiras de todo o Brasil, ao longo de 2014, estão:

- Na 7ª Região Fiscal, foram processadas 404.249 Declarações de Importação – DI/DSI e Declarações de Exportação – DE/DSE, sendo 279.869 despachos de importação (incluindo DI e DSI) e 124.380 despachos de exportação (incluindo DE e DSE). O valor aproximado dos tributos recolhidos atingiu o montante de 13,1 milhões de reais. Importante mencionar que a 7ª Região Fiscal concentra a quase totalidade das importações nacionais amparadas pelo regime suspensivo do Repetro, o que, em linhas gerais, não representa pagamento de tributos. (fontes: DW-Aduaneiro e DW Arcomex).
- Assim, na 7ª Região Fiscal, para o ano de 2014, cerca de 85 % das DI's e 93,7 % das DE's foram parametrizadas no canal verde, percentuais próximos dos números nacionais, conforme visualizado nos gráficos anteriores.
- O quadro a seguir mostra, por unidade aduaneira da 7ª RF, a quantidade de DI's, o percentual de canal verde e o percentual de DI's desembaraçadas em menos de 1 dias (indicador de desempenho "Grau de Fluidez no Despacho de Importação - IGFDI").

Unidade Local da 7ª RF	Quantidade de DI	% Canal Verde	Resultado de 2014 IGFDI
DRF/NIT	3.078	37,00 %	35,26 %
DRF/NIU	4.716	81,00 %	74,17 %
DRF/VRA	16.524	92,00 %	93,30 %
DRF/MCE	1.883	58,00 %	63,33 %
ALF/RJO	81.669	83,00 %	73,36 %
ALF/GIG	104.712	90,00 %	87,21 %
ALF/IGI	13.270	77,00 %	67,34 %
ALF/VIT	46.467	82,00 %	80,64 %
TOTAL 7ª RF	272.319	85,00 %	80,30 %

Fonte: Sistema Gerencial do Desempenho Aduaneiro

- A tabela a seguir mostra, por unidade aduaneira da 7ª Região Fiscal, a quantidade de Declarações de Exportação – DE

Unidade Local da 7ª RF	Quantidade de DE
DRF/NIT	627
DRF/NIU	149
DRF/VRA	592
DRF/MCE	173
ALF/RJO	33.386
ALF/GIG	21.319
ALF/IGI	4.779
ALF/VIT	45.033
TOTAL 7ª RF	106.058

Fonte: Sistema Gerencial do Desempenho Aduaneiro

- Quanto às remessas expressas, os sistemas informatizados da Receita Federal apuraram um total de 1,89 milhão de remessas na importação desembaraçadas no ano, contendo 3,7 milhões de volumes. A título de informação, as remessas do tipo “documento” são, aproximadamente, 48% do total na importação. Já na exportação, o quantitativo processado no ano de 2014 foi de 1,4 milhão de volumes / remessas. Portanto, somando-se as Remessas Expressas de importação e Exportação, foram processados, pela Receita Federal, 5,1 milhões de volumes no ano de 2014.
- Já no âmbito da 7ª Região Fiscal, na ALF/GIG, foram 183.042 de remessas desembaraçadas na importação, correspondendo a 287.813 volumes. Na exportação foram desembaraçados 1.168 volumes.
- Já em relação ao processamento de remessas postais internacionais – RPI, a Receita Federal realizou o processamento de 21,58 milhões de remessas postais internacionais na importação, o que representa um crescimento de 3,7% em relação ao ano de 2013, conforme se pode observar na tabela abaixo.
- A 7ª Região Fiscal processou 1,10 milhões de declarações no CTI Rio de Janeiro, subordinado à ALF/GIG.
- No controle de bens de viajantes, um total de 20,23 milhões de passageiros circularam pelos aeroportos internacionais brasileiros, quantidade 2,2% superior à de 2013 (19,79 milhões). Este total indica que mais de 55 mil passageiros/dia se deslocaram pelas unidades da Receita Federal em aeroportos internacionais no ano de 2014.
- Pela 7ª Região Fiscal, que jurisdiciona três aeroportos internacionais, A.I. do Rio de Janeiro/Galeão, A.I de Cabo Frio e A.I de Vitória/ES, sendo que este último não opera com

passageiros, somente carga. Em nosso principal aeroporto, a ALF/GIG, circularam 4,05 milhões de passageiros (fonte: ALF/RJO e RIOgaleão).

Tendo em vista o elevado crescimento do tráfego aéreo internacional e a realização de grandes eventos esportivos internacionais no País, a Receita Federal tem planejado e executado investimentos com o objetivo de adequar os seus serviços aos padrões internacionais de agilidade e segurança. Entre as principais iniciativas da RFB na conjuntura apresentada, merecem destaque as que aperfeiçoam o controle aduaneiro de viajantes:

A Receita Federal disponibilizou para *download* a nova versão do App Viajantes da Receita Federal, na qual os viajantes têm acesso ao módulo da forma off-line da e-DBV, ou seja, na qual a declaração de bens poderá ser preenchida, em smartphones ou tablets, sem a necessidade de conexão com a internet. Dessa forma, os passageiros podem preencher os dados da declaração e calcular o imposto devido durante o voo. A conexão com a internet será necessária apenas na hora de transmitir a declaração à Receita Federal. Até o final do ano de 2014 foram realizadas, por meio da Declaração eletrônica de Bens de Viajantes (e-DBV), cerca de 32 mil declarações, tendo o valor dos bens declarados ultrapassado R\$ 2,4 bilhões. No âmbito da 7ª Região Fiscal, foram registradas 2973 declarações espontâneas de e-DBV, correspondendo ao valor dos bens de R\$1,98 bilhões (sendo quase a totalidade de admissões temporárias concedidas) e 10.094 declarações não espontâneas, sendo o valor dos bens correspondente a R\$ 42.523 mil.

Quadro 5: Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios

Macroprocesso Finalístico	Segurança Jurídica e Solução de Litígios				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
<ul style="list-style-type: none"> - Formular propostas de legislação tributária. - Julgar recursos administrativos fiscais. - Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais. - Formular atos interpretativos e normativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sutri (Cocaj, Cosit e DRJ). - Superintendências Regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Demandas, propostas, estudos, análises. - Processos administrativos e judiciais. - Informações armazenadas em sistemas. - Legislações diversas, julgados, consultas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cidadãos. - Órgãos da administração pública. - Pessoas jurídicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de proposta de Legislação Tributária. - Julgamento dos recursos administrativos fiscais em primeira instância. - Acompanhamento do julgamento de processos administrativos e judiciais. - Soluções de consultas sobre a interpretação da legislação tributária e aduaneira. - Formulação de atos normativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - PGFN. - CARF. - Ministro da Fazenda. - Presidência da República. - Organismos Internacionais.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

A Subsecretaria de Tributação e Contencioso (Sutri), composta pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), pela Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial (Cocaj) e pelas Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), atua majoritariamente no

Macroprocesso “Segurança Jurídica e Solução de Litígio”. Esse Macroprocesso é composto pelo conjunto de quatro processos de trabalho, sendo que somente no processo a seguir participam as regiões fiscais.

→ **Processo: Formular atos interpretativos e normativos:**

Em 2014 foram mapeados os subprocessos Solucionar Consultas Externas e Solucionar Recurso ou Representação de Divergência e avançou-se no mapeamento dos subprocessos Solucionar Consultas Internas, Formular Atos Normativos e Formular Atos Interpretativos, os quais têm conclusão prevista para o início de 2015.

Abaixo estão descritos os principais resultados de 2014 da atividade deste processo que tem participação regional:

1) Realizar soluções de consultas.

- No estoque inicial de 2014 havia 1.081 consultas, tendo sido protocoladas mais 2.286 no decorrer do ano. Desse total, foram solucionadas pelas Disits/Cosit e revisadas pela Cosit 2.164 consultas.
- Em relação às consultas internas, ao estoque inicial de 88 consultas somaram-se 43 novas consultas, tendo sido solucionadas 53 no decorrer do ano.
- O estoque inicial de consultas externas em 2014 (1º de janeiro) era de 36 processos, na Divisão de Tributação da 7ª Região Fiscal (Disit 07). Durante o ano de 2014, ingressaram na Disit 07, distribuídos pelo GT-Triagem da Cosit, 457 processos de consulta externa. As distribuições destes processos, feitas pela Cosit, ocorreram nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de 2014. Foram trabalhados e saíram da Disit 07, em 2014, 317 processos de consulta. É importante informar que a Disit 07 não trabalha apenas solucionando consultas, mas também julga recursos hierárquicos em processos administrativos fiscais; analisa pedidos de concessão de regimes especiais de escrituração; analisa pedidos de substituição tributária do IPI; analisa pedidos de aquisição de veículos com isenção de IPI para os corpos diplomáticos e consulares estrangeiros; analisa pedidos de registro especial para empresas comerciais exportadoras e suas atualizações; elabora informações em mandado de segurança; e presta assessoria jurídica à Superintendência desta 7ª Região Fiscal, dentre outras atribuições.
- Em relação às consultas internas na 7ª RF, ao estoque inicial em 2014 era de 8 consultas, somaram-se a estas, 4 novas consultas, tendo sido solucionadas 10 consultas internas no decorrer do ano.
- Durante o ano de 2014, a Disit 07 decidiu reduzir o estoque de recursos hierárquicos em processos administrativos fiscais, com o objetivo de, ao eliminar tais processos, redistribuir os esforços para os processos de solução de consulta externa.

Quadro 6: Macroprocesso Interação com a Sociedade

Macroprocesso Finalístico	Interação com a Sociedade				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
- Desenvolver moral tributária. - Gerir cadastro de pessoas e bens. - Prestar orientação e atendimento. - Gerir canais de comunicação com a sociedade.	- Suara (Coaf e Cocad). - Ascom. - Ouvidoria. - Superintendências Regionais e Unidades Locais.	- Sugestões - Reclamações. - Notícias. - Pesquisas de Avaliação. - Fatos relevantes e notícias de interesse dos diversos públicos da RFB, incluindo ações de combate a contrabando, descaminho, pirataria e tráfico de drogas. - Campanhas, dicas e mensagens de interesse da RFB. - Resultado da prestação de serviços e demais ações, legislação pertinente, projetos estratégicos, processos internos e o balanço dos principais fatos que envolveram a RFB. - Notícias do dia relativas à RFB.	- Ouvidoria. - Unidades da Receita Federal. - Imprensa. - Contribuintes. - FGV. - Gestores de conteúdo da internet das unidades da RFB. - Equipes que atuam diretamente na repressão a ilícitos aduaneiros. - Administração da RFB. - Todas as unidades da RFB. - Empresa de clipping. - Produtora de vídeo. - Secom/PR.	- Atendimento aos contribuintes. - Alimentação e manutenção do cadastro. - Alimentação e manutenção da página da RFB na Internet. - Ações de Educação Fiscal e moral tributária, incluídas parcerias com outras instituições. - Atividades de ouvidoria. - Comunicação externa.	- Sociedade. - Contribuintes. - Servidores. - Órgãos públicos. - Outros entes federados. - Imprensa / jornalistas.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

O macroprocesso Interação com a Sociedade abrange o desenvolvimento de atividades que dizem respeito ao relacionamento da RFB com a sociedade e que são operacionalizados em várias áreas da organização.

→ **Processo: Desenvolver Moral Tributária:**

Esse processo possui dois campos de atuação:

1. Desenvolver Moral Tributária Interna: compreende desenvolver um conjunto de valores, princípios e ações que norteiem as atividades dos servidores e da Administração Tributária e Aduaneira para a criação de um ambiente propício ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias e aduaneiras;

2. Desenvolver Moral Tributária Externa: contempla o desenvolvimento, por meio da Administração Tributária e Aduaneira, de um conjunto de valores, princípios e ações que motivem os contribuintes a cumprirem voluntariamente as suas obrigações tributárias e aduaneiras.

A Coordenação de Atendimento e Educação Fiscal (Coaef) atua nas seguintes atividades:

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da Instituição e da sociedade; e,
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

Em 2014, o foco das ações de educação fiscal promovidas pela RFB esteve voltado a estudantes universitários e a profissionais da área contábil e aduaneira. Ao longo do ano, foram realizados 11.355 eventos de Educação Fiscal em todo o Brasil, quantidade superior à de 2013 (10.026). Na 7ª Região Fiscal foram realizados 968 eventos de Educação Fiscal, quantidade superior à de 2013 (892).

No mesmo sentido, o programa de visitação às unidades aduaneiras, conhecido como “A Receita Federal Convida: conheça a nossa Aduana”, demonstrou, mais uma vez, ser um exemplo de sucesso no alinhamento das ações de educação fiscal aos objetivos estratégicos da Instituição. Ocorrido em 18 de novembro de 2014, no qual foram recebidos, em 48 unidades, mais de 1.800 visitantes. O programa “A Receita Federal Convida: conheça a nossa Aduana” recebeu 64 visitantes em 3 unidades aduaneiras da 7ª Região Fiscal.

Outro Projeto significativo é o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), que tem por objetivo difundir conhecimento, prestar auxílio fiscal e contábil a pessoas físicas e jurídicas hipossuficientes e proporcionar aprendizado a graduados de cursos ligados à área fiscal. O NAF é o resultado de parcerias entre a Receita Federal e universidades públicas e privadas interessadas nessa atividade de extensão acadêmica. Esse Projeto teve continuidade em 2014 com destaque para a expansão das unidades devido à criação de 21 NAFs, totalizando 50 no Brasil. Dentre as novas unidades e, como fruto da cooperação técnica entre a RFB e o Eurosocietal, foram implementados NAF no México, Costa Rica, Guatemala e Honduras. Além disso, foi iniciado o processo de implantação no Chile, Bolívia, Peru, El Salvador e Equador. Em 2014 foi instalado um NAF na 7ª Região Fiscal.

As principais atividades da Coaef relacionadas com a Memória da Receita Federal são concursos, publicações, exposições e projetos. Para a RFB, recuperar a história de um órgão público significa prestar às gerações que se antecederam o reconhecimento pelo trabalho executado, incentivando os contemporâneos no desenvolvimento atual de suas atribuições e legando às gerações futuras a ciência dos caminhos percorridos, sucessos e aprendizados no cumprimento do serviço público. Foi realizada a Exposição "História da Administração Tributária no Brasil" na 7ª Região Fiscal aberta em 17/11/2014.

→ **Processo: Prestar Orientação e Atendimento:**

A RFB atua na orientação e atendimento ao cidadão nas formas presencial e eletrônica e, além de gerir parcerias para a orientação e o atendimento, também estimula ações que facilitem, tanto o cumprimento, como a prevenção de erros na prestação das obrigações tributárias.

Durante o ano de 2014, a fim de atender com qualidade o volume de solicitações presenciais e não presenciais, foi dado andamento aos seguintes projetos: Modernização do Atendimento Presencial; Novo Portal de Atendimento ao Contribuinte; Visão Integrada do Atendimento (VIA);

Integração do Atendimento de Tributos Internos e Aduana; e Modelo de Autoatendimento Orientado – Fases 2 e 3.

As medidas adotadas em 2014 que contribuíram para a execução desses projetos foram:

- Entrada em vigor da Instrução Normativa nº 1.412, de 22 de novembro de 2013, que dispõe sobre a transmissão e a entrega de documentos digitais para juntada a processo digital ou a dossiê digital de atendimento e que vem dar maior celeridade ao atendimento e conveniência ao contribuinte na entrega de sua documentação.
- A implantação da Declaração e Informações sobre Obras (Diso) por meio da Internet trouxe a simplificação da regularização de obras junto à Receita Federal, agilizando o atendimento, com redução significativa do tempo de atendimento do serviço, diminuição da quantidade de documentos a serem apresentados ao órgão, além da redução do número de contribuintes em nossas Unidades.
- Publicação da Instrução Normativa nº 1.511, de 6 de novembro de 2014 que, dispondo sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, trouxe um importante avanço na simplificação da baixa da inscrição no CNPJ, facilitando a obtenção do serviço pelo contribuinte e simplificando o atendimento prestado pela Receita Federal.
- Publicação da Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014, com a qual foi alcançada a unificação das certidões negativas que fazem prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive as contribuições previdenciárias, trazendo maior simplificação e facilidade na obtenção do serviço pelos contribuintes e, ao mesmo tempo, redução de custos para a Administração Tributária.

Os Resultados de 2014 podem ser observados no quadro a seguir, que mostra, também, o número de atendimentos ao contribuinte no ano de 2013.

	Tipos e Indicadores de atendimentos ao contribuinte	Número de Atendimentos	
		2013	2014
1	Atendimento Presencial	20.008.077	18.353.967
2	Tempo Médio de Espera	10m e 42s	10m e 59s
3	e-CAC	78.779.798	106.980.633
4	CPF em Conveniadas	10.635.817	10.941.506
5	Atendimento Telefônico	11.185.503	9.311.782
6	TME15	86,70%	85,29%
7	Autoatendimento Orientado	203.678	883.901
	Total (soma das linhas 1,3,4,5 e 7)	120.812.873	146.471.789

Fonte: Coaef

Na comparação entre 2013 e 2014, os dados mostram que houve um aumento de 21,14% no número de atendimentos prestados, passando de 120.812.873 atendimentos em 2013, para 146.471.789 atendimentos em 2014.

O atendimento eletrônico teve destaque com o uso massivo do Portal e-CAC. No ano de 2014, foram mais de 106 milhões de serviços acessados por meio desse Portal. Esse número é 5,8 vezes maior que a quantidade de atendimentos presenciais realizados no mesmo período, que foi de 18,3 milhões.

	Tipos e Indicadores de atendimentos ao contribuinte na 7ª Região Fiscal	Número de Atendimentos	
		2013	2014
1	Atendimento Presencial	1.986.954	2.034.997
2	Tempo Médio de Espera	15m e 33s	16m e 14s
3	e-CAC	9.860.895	12.935.025
4	CPF em Conveniadas	1.007.983	987.771
5	Atendimento Telefônico	-	-
6	TME15	95,53%	93,66%
7	Autoatendimento Orientado	36.647	110.021
	Total (soma das linhas 1, 3, 4, 5 e 7)	12.892.479	16.067.814

Fonte: Divic07

Comparando os dados da 7ª Região Fiscal, referentes à 2013 e 2014, observa-se que, acompanhando a tendência nacional, houve um aumento de 24,63 no número de atendimentos prestados, passando de 12.892.479 atendimentos em 2013, para 16.067.814 atendimento em 2014.

Na 7ª Região Fiscal, o atendimento eletrônico também teve destaque com o uso massivo do Portal e-CAC. No ano de 2014, foram mais 9 milhões de serviços acessados por meio desse Portal. Esse número é quase 5 vezes maior que a quantidade de atendimentos presenciais realizados no mesmo período, que foi de 1,9 milhões.

No mesmo sentido e, como resultado do esforço da RFB em ampliar o acesso do contribuinte ao atendimento não presencial, verifica-se que, em 2013, comparando-se apenas o atendimento presencial com o atendimento prestado por meio do Portal e-CAC, 74,7% do atendimento foi realizado pelo canal remoto. Já em 2014, 82,9% do atendimento foi realizado pelo Portal e-CAC.

É importante salientar que o volume de serviços prestados de maneira eletrônica tende a aumentar ainda mais, já que a RFB tem investido, intensamente, no desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis. Um exemplo é o desenvolvimento, em 2014, do “app atendimento”, um aplicativo que vai possibilitar, ainda nos primeiros meses de 2015, que o contribuinte agende o seu serviço e, ainda, realize a avaliação do atendimento prestado pela RFB.

→ **Processo: Gerir Canais de Comunicação com a Sociedade**

Devido a sua finalidade, jurisdição e complexidade, a RFB é uma Instituição que necessita atuar de forma ampla e diversa com os seus diferentes públicos ou clientes (contribuintes, servidores, órgãos públicos, outros entes federados e imprensa/jornalistas). Em decorrência disso, a RFB atua nesse processo, principalmente, por meio da Assessoria de Comunicação Social da Receita Federal (Ascom) e da Ouvidoria.

A Ascom tem implementado diversas iniciativas a fim de melhor divulgar as ações da RFB e fortalecer a imagem da Instituição.

Já no âmbito da Ouvidoria, a atuação pode ocorrer por meio da Ouvidoria da Unidade Central, bem como de forma centralizada ou descentralizada nas Regiões Fiscais, a fim de receber, tratar e responder as mensagens encaminhadas pelos cidadãos e, a partir disso, manter e buscar a qualidade nos serviços prestados à Sociedade.

As principais ações implementadas por essas áreas para o alcance de resultados do Processo Gerir Canais de Comunicação com a Sociedade, serão descritas a seguir.

A Ascom realizou, no âmbito de suas competências, durante o ano de 2014, as seguintes iniciativas:

- **Internet:** O sítio da RFB na internet é um dos mais acessados do Brasil, onde o contribuinte pode encontrar enorme gama de informações e serviços. Para facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio, reformulando o layout e a forma de alimentação do conteúdo disponível. Agora, o sítio da RFB na Internet está mais atraente e melhor organizado e em conformidade com o padrão IDG (Identidade Digital de Governo). A nova forma de gestão do conteúdo passa a ser descentralizada, o que permite maior agilidade na alimentação das informações das diversas unidades da RFB que servem de insumos para o Sítio.
- **Sítio Operação Fronteira Blindada:** localizado dentro do sítio da RFB na Internet, o blog Operação Fronteira Blindada divulga, em tempo real, notícias de combate permanente a contrabando, descaminho, pirataria e tráfico de drogas, sobretudo nas regiões de fronteira. As informações são inseridas pelas equipes que atuam diretamente na área de repressão aos ilícitos.
- **Facebook:** em 09/12/2014, a Receita Federal ingressou no Facebook, atualmente a maior rede social do mundo, com o objetivo de ficar mais próxima do cidadão. A página da RFB no Facebook é mais um canal de divulgação dessa Instituição. As regras de uso deixam claro que não se trata de um canal de atendimento ao contribuinte. Por meio dessa rede social, a Receita Federal pretende estabelecer laços menos formais no relacionamento com o contribuinte Pessoa Física por meio da disseminação de campanhas, dicas e mensagens de interesse oriundas da administração.
- **Campanhas Publicitárias de Utilidade Pública:** em 2014 houve duas campanhas publicitárias de utilidade pública, a “IRPF 2014” e a “Aduana da Receita Federal”, realizadas por meio da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) e veiculadas através da internet, rádio, televisão e revistas. Voltando a fazer anúncios na mídia depois de muitos anos, a RFB demonstra preocupação em prestar informações ao contribuinte e, ao mesmo tempo, fortalecer a imagem da nossa Instituição junto à opinião pública.

Durante o ano de 2014, foi dada continuidade a iniciativas anteriormente implementadas que contribuem para o alcance dos resultados do Processo Gerir Canais de Comunicação com a Sociedade. São elas:

- **Revista Fato Gerador:** a Revista Fato Gerador contribui para a produção e a divulgação de informações de interesse da mídia e da sociedade. Está disponível em formato impresso e eletrônico e publica o resultado semestral das ações fiscais, dos projetos estratégicos e do balanço dos principais fatos que envolveram a RFB no período a partir de contribuições de todas as áreas da Instituição. Para os administradores do Órgão, a revista representa material de consulta prático, atualizado e útil no contato com a imprensa e com os outros órgãos. Para os servidores, permite acompanhar ações das diferentes áreas, proporcionando uma visão integrada da RFB. Para a sociedade, o caderno possibilita que a Receita preste contas das suas atribuições legais.
- **Relatório Anual de Atividades Receita Federal 2013:** foi o primeiro relatório, criado para atender ao Princípio da Transparência e divulgar as realizações da Instituição que nem sempre chegam ao conhecimento do grande público, como aquelas decorrentes dos seus processos internos. Ao dar visibilidade a projetos como de Tecnologia da Informação ou de Gestão de Pessoas, a RFB facilita a troca de experiências com outras administrações tributárias e órgãos públicos e a busca constante pelas melhores práticas na administração

pública. Esse Relatório foi publicado em 2014 também serve como um registro histórico para que, no futuro, seja possível acompanhar a evolução dos processos de trabalho da Instituição. Tal como a Revista Fato Gerador, o Relatório de Atividades recebe as contribuições vindas de todos os setores da Receita Federal.

- **Identidade Visual da RFB:** para gerir a sua identidade visual, a Receita padronizou a forma de utilização da sua marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações e uniformes são alguns dos itens padronizados com o propósito de fortalecer a imagem da Instituição por meio do reforço da identidade visual institucional. As unidades podem se orientar a respeito do uso da marca da RFB por meio de consulta às instruções e definições a respeito contidas no Manual de Identidade Visual da RFB, que é atualizado sempre que necessário.
- **Atendimento à Imprensa:** o serviço de atendimento à Imprensa da RFB encaminha as demandas da imprensa por notícias relacionada às unidades pertinentes, prestando, igualmente, suporte e assessoria às áreas técnicas na elaboração das suas ações de esclarecimentos para a imprensa e demais públicos acerca de atos e fatos protagonizados pela RFB ou dos quais ela faça parte.
- **Acompanhamento da Mídia - Clipping de Notícias:** a RFB faz o acompanhamento da mídia através de clipping diário de notícias, enviado pelo sistema de correio eletrônico - "Notes" - aos seus funcionários com informações provenientes das notícias dos jornais de circulação nacional e regional, que se referem, direta ou indiretamente, à RFB. Esse mecanismo permite que os funcionários conheçam o que se passa na imprensa a respeito da Instituição.
- **TV Receita:** a TV Receita divulga vídeos institucionais, especiais e programas jornalísticos, nos quais os temas relevantes e de interesse do servidor são tratados em entrevistas, debates e reportagens. Há, ainda, transmissão de eventos ao vivo, que são gravados para veiculação no mesmo dia ou posteriormente. A TV Receita objetiva tornar a divulgação institucional mais atraente e dinâmica, de modo a contribuir para maior integração do órgão. Em 2014, foi efetuada a contratação de uma produtora de vídeo, aumentando, significativamente, a capacidade de produção da TV Receita. Os assuntos tratados se originam de colaborações e iniciativas nascidas nas unidades da Instituição.
- **Youtube:** No canal da TV Receita no Youtube, os servidores da RFB e o público em geral podem acompanhar as principais notícias relacionadas à Instituição que foram produzidas e veiculadas pela imprensa. Assim, quem não conseguir assistir as reportagens nos meios tradicionais pode acompanhar a Receita na mídia pelo Youtube.

No nível regional, a Assessoria de Comunicação da 7ª Região Fiscal, além de prestar apoio à Ascom Nacional na execução e desdobramentos locais das ações descritas acima, também desenvolveu atividades específicas para a sua área de atuação, a saber:

- cursos de capacitação, em sua área técnica, para gestores e colaboradores, tais como:
 - Oficinas de Comunicação Assertiva
 - Media Training
 - Redação Jornalística
 - Fotografia Jornalística

Os cursos foram ministrados por equipes internas que, além de conhecerem profundamente a realidade da Instituição, propiciaram grande economia na realização desses treinamentos. Cerca de 80 servidores foram capacitados:

- participação na realização da 48ª Assembleia Geral do Ciat em maio, no Rio de Janeiro, em apoio que incluiu o desenvolvimento de folheteria, logopmarca e identidade visual para o evento, além do fornecimento de informações para a imprensa;
- participação na elaboração do Guia de Referência para a Produção de Grandes Eventos, criado pela Assessoria Técnica da Superintendência da 7ª Região Fiscal, e lançado na Intranet RFB em janeiro de 2015. O guia traz informações úteis para servidores que estejam envolvidos na realização de eventos, externos ou mesmo internos;
- inauguração da seção Meio Ambiente na Intranet/RF07, com publicação de conteúdos produzidos pelo setor e por colaboradores das Unidades;
- criação de indicadores de leitura de matérias no Informe-se Regional, de produção de conteúdos informativos por unidade, e de capacitação e treinamento de servidores, para acompanhamento gerencial.

Outra atuante nesse processo é a Ouvidoria da RFB, a qual representa um canal de diálogo entre o cidadão e a RFB, na busca pela contínua melhoria dos serviços prestados. Nesse sentido, a partir do recebimento das mensagens dos seus usuários-cidadãos, ela coordena as atividades de exame, encaminhamento para as áreas responsáveis pelo conteúdo das mensagens, respostas e soluções das demandas.

No decorrer do exercício de 2014 foram recepcionadas 78.924 mensagens na Ouvidoria da Receita Federal, com média mensal de 6.577 manifestações. Isso corresponde a um aumento de 22% em relação ao ano de 2013. Dessas mensagens recebidas, 79% foram respondidas dentro do mês de recebimento.

- Quanto ao tipo de mensagem, foram contabilizadas:
 - 622 Elogios.
 - 610 Sugestões.
 - 1.927 Solicitações diversas.
 - 17.137 Pedidos de Informação.
 - 55.865 Reclamações.

Na 7ª Região Fiscal, foram recepcionadas 10.447 mensagens no decorrer do exercício de 2014, com média mensal de 870,58 manifestações. Diferentemente da tendência nacional, esse número teve uma redução de 4,28%. Dessas mensagens recebidas, 90% foram respondidas dentro do mês de recebimento.

- Quanto ao tipo de mensagem, foram contabilizadas:
 - 128 Elogios.
 - 11 Sugestões.
 - 424 Solicitações diversas.
 - 2.712 Pedidos de Informação.
 - 6.744 Reclamações.

Além disso, a Ouvidoria realizou as seguintes iniciativas:

- Mais de 20 atuações da Ouvidoria na área de Tecnologia da Informação, demandando manutenção reparativa e/ou evolutiva nos sistemas disponibilizados para os cidadãos.
- Sucessivas intervenções nos serviços de agendamento e de atendimento presencial das unidades da RFB, que melhoraram esses serviços.
- Está em fase de implantação, para o exercício de 2015, um sistema de relatórios que permitirá apurar e avaliar todas as melhorias implementadas nos serviços prestados pela Receita Federal em decorrência das demandas trabalhadas na Ouvidoria.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 7ª REGIÃO
FISCAL – SRRF07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 2: Informações sobre a Governança

(Item 2, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O Subitem anteriormente marcado como **“2.2 – Demonstração da execução das atividades de correição no âmbito da Unidade Jurisdicionada”** não fará parte do Relatório de Gestão das Superintendências Regionais, pois a administração da unidade de correição é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

2.1 - Descrição das Estruturas de Governança da Unidade Jurisdicionada

Segundo o Referencial Básico de Governança (RBG), aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme a Portaria-TCU nº 25, de 29 de janeiro de 2014 "a Governança no setor público compreende, essencialmente, os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade."

Nesse sentido, as boas práticas de governança estão relacionadas à adoção de boas práticas desses mecanismos por parte da Administração Pública, para que as funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) sejam executadas de forma satisfatória.

São exemplos de ações para uma boa governança: os controles internos dos órgãos; a gestão e análise de riscos; a criação de planos estratégicos; a definição e monitoramento de indicadores e metas; a contratação de bons servidores; a criação de programas de capacitação e avaliação de servidores; a transparência; a gestão da Tecnologia da Informação, entre outros.

Atualmente, a RFB possui 8 instâncias de governança que otimizam a busca tanto pela melhoria contínua de sua gestão, como pela maior qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade.

1- Núcleo Estratégico da RFB:

Quanto à estratégia, na RFB não há uma estrutura formal de governança. No entanto, com a finalidade de analisar se os resultados da Instituição estão sendo alcançados, o Núcleo Estratégico da RFB avalia e acompanha as Iniciativas Estratégicas, periodicamente, com a realização de Reuniões de Avaliação Estratégicas (RAE).

A RAE é organizada pelo Gabinete do Secretário, com apoio metodológico da Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav). O Núcleo Estratégico da RFB possui os seguintes membros: Secretário da Receita Federal do Brasil, Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil, Subsecretário de Gestão Corporativa, Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais, Subsecretário de Fiscalização, Subsecretário de Tributação e Contencioso, titulares das 9 Unidades de Assessoramento Direto ao Secretário e os 10 Superintendentes Regionais da RFB.

As Reuniões são realizadas trimestralmente e têm o objetivo de monitorar a execução da estratégia e, avaliar, analisar e definir mudanças de rumos a serem adotadas, caso sejam necessárias. Antes das reuniões, a Copav avalia os resultados obtidos a partir dos desempenhos estratégicos do respectivo período e, em acordo com os Subsecretários, decide quais objetivos e indicadores estratégicos devem pautar a reunião e, assim, serem objetos de avaliação e análise por seus membros. Desse modo, a RAE contribui para a boa governança da RFB, na medida que subsidia os processos de avaliação, direcionamento e monitoramento da Estratégia Institucional pelo Núcleo Estratégico da RFB.

No nível regional, com a finalidade de analisar os resultados da região, o Núcleo Estratégico da 7ª Região Fiscal avalia e acompanha suas iniciativas estratégicas, periodicamente, com a realização de Encontros de Alinhamento Estratégico, organizados pelo Escritório de Projetos. O Núcleo Estratégico da 7ª Região Fiscal possui os seguintes membros: Superintendente, 2 Superintendentes Adjuntos, 10 chefes de Divisão, titulares das 14 Unidades jurisdicionadas e assessorias da superintendência. Além da assessoria direta, há o Escritório de Projetos, a Assessoria de Comunicação, o Centro de Educação Corporativa e o Comitê Regional de Grandes Eventos.

2- Coordenação-Geral de Auditoria Interna (AUDIT):

Quanto ao controle interno, na RFB não há uma estrutura formal de governança. Entretanto, há uma unidade de auditoria interna responsável pelas iniciativas de proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; de coordenação e execução de atividades de auditoria interna e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas; e de proposição de políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há extensão da unidade de auditoria nas Superintendências Regionais da RFB e a administração, gerência e tomada de decisões relacionadas à auditoria interna cabem ao Órgão Central da RFB.

3- Ouvidoria Interna da RFB

Quanto à Ouvidoria, na RFB não há uma estrutura formal de governança. Entretanto, há uma estrutura de Ouvidoria Interna responsável por receber, examinar e encaminhar as mensagens dos cidadãos, referentes a procedimentos e ações de agentes e unidades, no âmbito da RFB.

A Ouvidoria Interna, composta por Unidades Central e Regionais da RFB, atua como canal de diálogo entre o cidadão e a RFB, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços prestados.

A Ouvidoria da RFB faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda (MF), o qual é composto por uma rede de ouvidorias, hierarquicamente distribuídas por áreas de competência e jurisdição, coordenadas por uma Ouvidoria-Geral.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas, primeiramente, pelo Sistema Ouvidor (Sisouvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia ou reclamação), classificadas por tipo de serviço e repassadas às Unidades Central e Regionais da RFB.

As 5 formas de recepção das mensagens são: portal da ouvidoria na internet <http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/>; call center da ouvidoria pelo número: 0800.702.1111; correspondências e fax; formulários próprios, disponíveis nos Centros de Atendimento aos Contribuintes (Cac); e pessoalmente. Uma vez recebidas, cem por cento das mensagens são respondidas aos cidadãos, sendo o prazo máximo para resposta de até trinta dias.

De acordo com o seu conteúdo, o tratamento das mensagens é realizado por diferentes áreas da RFB. Os pedidos de informação, normalmente, são respondidos pela Ouvidoria da Unidade Central; as denúncias relativas à sonegação são encaminhadas e respondidas pelas Divisões de Fiscalização e as referentes a desvios de conduta de servidor à Corregedoria; os elogios, sugestões e reclamações são encaminhados às chefias das divisões responsáveis para conhecimento e providências; e as reclamações relativas a TI são direcionadas ao setor, mediante chamados de intervenção, com prioridade de atendimento.

Como resultado do processo de recebimento, exame, encaminhamento, respostas e medidas de correção e saneamento relativas às mensagens, são elaborados os relatórios de informações gerenciais, encaminhados ao respectivos gestores.

4- Sistema de Correição (Corregedoria da RFB):

A Corregedoria da RFB (Coger), foi instituída pelo Decreto nº 2.331, de 01/10/1997, com a finalidade de supervisionar, coordenar, executar, controlar e acompanhar todas as atividades correicionais no âmbito da RFB. Ela é uma das Unidades de Assessoramento Direto ao Secretário da RFB, com sede na cidade de Brasília. Além da sede, ela é composta por 10 (dez) Escritórios de Corregedoria (Escor), localizados nas capitais das sedes das Regiões Fiscais da RFB, e de um Núcleo de Corregedoria (Nucor), localizado em Manaus, vinculado ao Gabinete do Corregedor.

O Regimento Interno (RI) da RFB, alterado pela Portaria MF nº 499, de 11 de dezembro de 2014, dispõe sobre as competências da Coger e dos Chefes que a gerenciam. As competências

específicas da Coger, de seus Escor e do Nucor estão dispostas do art. 18 ao art. 25 e as competências comuns estão descritas nos arts. 203, 204, 207 e 208, todos do RI. Em complemento, as atribuições específicas do Corregedor-Geral, do Corregedor-Geral Adjunto, dos Chefes de Escor e do Chefe do Nucor estão dispostas nos arts. 285 a 288 e as competências comuns estão descritas no art. 312 e 313, todos do RI.

A Coger atua de forma a promover ações preventivas ao desvio de conduta e ações repressivas referentes à disciplina do corpo funcional da RFB, bem como para verificar os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e realizar procedimentos correicionais para apurar irregularidades praticadas no âmbito do órgão.

5- Comissão de Ética Pública da Seccional da Receita Federal do Brasil (CEPS-RFB):

A Comissão de Ética Pública da Seccional da RFB foi constituída pela Portaria RFB nº 3262, de 19 de agosto de 2011, com a finalidade de cumprir o previsto no Capítulo II do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, além de exercer as competências previstas no Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, na Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública, (CEP) e nas demais normas pertinentes à matéria.

A CEPS-RFB é composta por três membros titulares, denominados Conselheiros, e três suplentes, todos designados pelo Secretário da RFB, entre servidores titulares de cargo efetivo da Receita Federal. Esses membros terão mandato de três anos, admitida uma recondução.

A Comissão conta com uma Secretaria-Executiva provida pelo Gabinete da RFB, cabendo-lhe promover os serviços de secretariado ao seu Presidente, a instrução dos procedimentos e a assistência administrativa aos demais Conselheiros.

De acordo com o Regimento Interno da CEPS-RFB, aprovado pela Portaria RFB nº 3693 de 28 de novembro de 2011, essa Comissão tem como atribuições: atuar como instância consultiva do Secretário e dos servidores da RFB; aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal; representar a RFB na Rede de Ética do Poder Executivo Federal; supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal; comunicar à CEPS situações que possam configurar descumprimento de suas normas; aplicar o código de ética ou de conduta próprio; orientar e aconselhar sobre a conduta ética do servidor; responder consultas que lhes forem dirigidas; receber denúncias e representações contra servidores por suposto descumprimento das normas éticas; instaurar processo para apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado aos agentes públicos; convocar servidor e convidar outras pessoas a prestar informação; requerer informações e documentos necessários à instrução de expedientes a agentes públicos e a órgãos e entidades de outros entes da Federação ou de outros Poderes da República; aplicar a penalidade de censura ética a servidor e encaminhar cópia do ato à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da RFB, podendo, ainda, adotar outras medidas para evitar ou sanar desvios éticos, lavrando, se for o caso, o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP); dentre outras.

As reuniões são ordinárias, pelo menos uma vez por mês, ou extraordinárias, mediante iniciativa do Presidente, dos demais membros ou do Secretário-Executivo.

A CEPS-RFB atua nos casos envolvendo os agentes públicos em exercício na RFB, preservada a competência da Comissão de Ética Pública da Setorial do Ministério da Fazenda (CEPS-MF), nos termos do art. 3º da Portaria MF nº 39, de 18 de fevereiro de 2008.

Na Superintendência da 7ª Região Fiscal, há um representante desta Comissão de Ética, responsável pela disseminação do Código de Ética Profissional no âmbito regional.

6- Comitê de Política Tributária e Aduaneira (CPTA da RFB):

Foi instituído pela Portaria RFB nº 1286, de 10 de setembro de 2013 e tem por finalidade subsidiar a formulação das políticas tributária e aduaneira, em consonância com as demais políticas institucionais. É composto pelos seguintes membros: Secretário da Receita Federal do Brasil, Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil, Chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais, Subsecretário de Tributação e Contencioso, Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Subsecretário de Fiscalização, Subsecretário de Gestão Corporativa, Coordenador Geral de Pesquisa e Investigação, Chefe da Assessoria de Acompanhamento Legislativo.

O Comitê tem como atribuições: promover discussões institucionais sobre temas tributários e aduaneiros, com a finalidade de analisar, propor ou recomendar ajustes na legislação tributária e aduaneira federal; coordenar reuniões institucionais com a participação de organismos e entidades representativas dos diversos setores econômicos, que apresentam propostas ou recomendações para as políticas tributária e aduaneira; instituir e supervisionar Grupos de Estudos Temáticos (GET); gerenciar o encaminhamento das propostas e recomendações às instâncias decisórias; bem como o acompanhamento da tramitação das medidas no processo legislativo.

A finalidade dos GET é elaborar estudos, análises e pesquisas necessárias à formulação das políticas tributária e aduaneira. São competências dos GET: submeter à aprovação do CPTA Projeto de Pesquisa e, após a aprovação do Projeto pelo CPTA, realizar as atividades programadas, as quais terão prioridade definida no ato de designação; concluída a pesquisa, apresentar os resultados na forma de relatórios técnicos; e, na hipótese de proposta de modificação normativa, esta é acompanhada das justificativas pertinentes e da demonstração de sua viabilidade econômico-financeira, técnica e jurídica.

Os GET são integrados por servidores das áreas envolvidas, indicados conforme a natureza e especificidade do tema objeto do estudo, designando-se um supervisor e um substituto dentre seus membros. O supervisor pode demandar outras áreas da RFB, com a finalidade de obter dados e informações gerenciais necessárias à análise de Projeto de Pesquisa de um grupo. A conclusão e apresentação do estudo não implica a adoção, a implementação ou o encaminhamento das propostas do GET, as quais são submetidas às instâncias decisórias competentes.

As reuniões são ordinárias, conforme calendário previamente definido, e extraordinárias, mediante convocação do Presidente. São realizadas preferencialmente na sede da RFB, em Brasília. O Presidente ou qualquer outro membro do Comitê pode se fazer acompanhar por assessor. O CPTA é presidido pelo Secretário da Receita Federal do Brasil e, em seus afastamentos ou impedimentos legais, pelo seu substituto ou, na ausência deste, pelo Chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros.

A Portaria RFB nº 1286/2013 institui, também, a Secretaria Executiva do CPTA, com a finalidade de administrar o funcionamento do Comitê, sistematizar e documentar seus trabalhos.

7- Comitê de Execução Orçamentária da RFB:

Quanto às Finanças Públicas, o planejamento, a transparência, a prevenção de riscos e a correção de desvios estão entre os pressupostos da gestão fiscal responsável, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tais pressupostos visam preservar o equilíbrio das contas públicas, de forma a controlar o endividamento público.

Com a finalidade de assistir o Secretário e o Subsecretário de Gestão Corporativa na execução do orçamento da RFB, em consonância com os objetivos estratégicos institucionais, foi instituído pela Portaria RFB nº 1970, de 18 de novembro de 2014 o Comitê de Execução Orçamentária da RFB. Ele é composto pelos seguintes membros: Secretário da Receita Federal do Brasil, Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil, Chefe de Gabinete da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Subsecretário de Gestão Corporativa, Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Subsecretário

de Aduana e Relações Internacionais, Subsecretário de Fiscalização, Subsecretário de Tributação e Contencioso, Representante das Superintendências da RFB, Coordenador-Geral de Programação e Logística e Coordenador-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional.

O Comitê tem como atribuições: assistir o Secretário e o Subsecretário de Gestão Corporativa na execução orçamentária do órgão, acompanhar a execução orçamentária e examinar e manifestar-se sobre pedidos de alteração dos referenciais orçamentários estabelecidos. Esses pedidos referem-se aos recursos associados a Iniciativas Estratégicas, conforme definidas em ato específico do Secretário, e aos tipos de despesas de relevante interesse, conforme definidos em ato específico do Subsecretário de Gestão Corporativa.

As reuniões são ordinárias, conforme calendário previamente definido, e extraordinárias, mediante convocação do Presidente. São realizadas, preferencialmente, na sede da RFB, em Brasília, com um quórum mínimo de cinco membros, sendo um deles, necessariamente, o Presidente.

Este Comitê é presidido pelo Secretário da Receita Federal do Brasil e, em seus afastamentos ou impedimentos legais, pelo seu substituto ou, na ausência deste, pelo Subsecretário de Gestão Corporativa. As matérias para deliberação poderão ser inclusas na pauta do Comitê mediante a solicitação do Secretário ou do Subsecretário de Gestão Corporativa e, atendido o quórum mínimo, elas são tomadas por maioria simples dos votos de seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade. As deliberações do Comitê são qualificadas como Resoluções, de caráter orientativo.

8- Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação (CTSI da RFB):

Segundo o TCU, a governança de TI é a parte da governança corporativa que tem por objetivo assegurar que o uso da TI agregue valor ao negócio com riscos aceitáveis. Desse modo, ela tende a diminuir ou, até mesmo, evitar deficiências da gestão institucional consideradas comuns, mas que prejudicam a qualidade e a eficiência dos serviços prestados. É o caso de planejamentos inadequados, da reincidência de projetos mal sucedidos ou de contratações que não alcançam seus objetivos.

O atual CTSI da RFB foi instituído pela Portaria RFB nº 229, de 26 de fevereiro de 2013, com a finalidade de deliberar sobre diretrizes e investimentos em tecnologia e segurança da informação, alinhando-os aos objetivos estratégicos institucionais. Ele apresenta a seguinte composição: Secretário da Receita Federal do Brasil, Subsecretário de Gestão Corporativa, Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais, Subsecretário de Fiscalização, Subsecretário de Tributação e Contencioso, Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação e Coordenador-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional.

À Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Cotec) da RFB ou, subsidiariamente, à Subsecretaria de Gestão Corporativa, compete o apoio técnico necessário ao funcionamento do Comitê, exercendo o papel de Secretaria Executiva.

De acordo com o seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria RFB nº 230, de 26 de fevereiro de 2013, o CTSI da RFB tem como atribuições: estabelecer as políticas e diretrizes gerais de tecnologia e segurança da informação, alinhadas aos objetivos estratégicos institucionais; aprovar as políticas e diretrizes para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); definir prioridades na execução dos planos e projetos relacionados à tecnologia e segurança da informação, observado o portfólio de projetos estratégicos da RFB; e aprovar as políticas e diretrizes gerais do plano de ações e investimentos para a área de tecnologia e segurança da informação.

As reuniões são ordinárias, conforme calendário previamente definido, e extraordinárias, mediante convocação do Presidente. São realizadas, preferencialmente, na sede da RFB, em Brasília, com um quórum mínimo de cinco membros, sendo um deles, necessariamente, o Presidente. O Presidente ou qualquer membro do Comitê pode se fazer acompanhar por um assessor.

Este Comitê é presidido pelo Secretário da Receita Federal do Brasil e, em seus afastamentos ou impedimentos legais, pelo seu substituto ou, na ausência deste, pelo Subsecretário de Gestão Corporativa. As deliberações do Comitê são qualificadas como: Resoluções (caráter normativo e orientativo); Decisões (determinam procedimentos a serem adotados pelos membros do Comitê e pela Secretaria Executiva); e Comunicados (informam as atividades e eventos relacionados ao Comitê).

2.2 - Avaliação, pelos próprios dirigentes da Unidade Jurisdicionada, da qualidade e suficiência dos Controles Internos

Consideramos que a avaliação do sistema de controle interno da UJ alcançou algum aperfeiçoamento em relação ao último exercício. Essa melhora deve-se à melhor difusão da estratégia da instituição, seus objetivos e metas, aliados à maior consciência dos riscos envolvidos nos processos. Assim, alguns elementos do sistema de controles internos mereceram uma gradação superior à alcançada no exercício anterior.

No ano de 2014, a UJ colaborou com a instituição no mapeamento dos processos de trabalho, a fim de aumentar a segurança, a padronização e a gestão dos riscos. Fez-se um grande esforço nesse mapeamento, que ainda está em curso. A UJ pretende avançar na gestão dos riscos relacionados aos processos de trabalho, principalmente após concluída a etapa de mapeamento de processos.

Em paralelo, a expectativa de emprego de ferramenta de TI, no curto prazo, para facilitar o registro dos riscos, as avaliações e os tratamentos dos riscos colaborará decisivamente para melhor absorção da cultura de gestão de risco por meio da metodologia preconizada pela instituição.

Quadro 7 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos					

seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 7ª REGIÃO
FISCAL – SRRF07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 3: Relacionamento com a Sociedade

(Item 3, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

3.1 - Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão para fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, Sugestões, etc.

A Ouvidoria Interna, composta por Unidades Central e Regionais da RFB, atua como canal de diálogo entre o cidadão e a RFB, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços prestados.

A Ouvidoria da RFB faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda (MF), o qual é composto por uma rede de ouvidorias, hierarquicamente distribuídas por áreas de competência e jurisdição, coordenadas por uma Ouvidoria-Geral.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas, primeiramente, pelo Sistema Ouvidor (Sisouvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia ou reclamação), classificadas por tipo de serviço e repassadas às Unidades Central e Regionais da RFB.

As formas de recepção das mensagens são:

- portal da ouvidoria na internet <http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/>;
- call center da ouvidoria pelo número: 0800.702.1111;
- correspondências e fax;
- formulários próprios, disponíveis nos Centros de Atendimento aos Contribuintes (Cac);
- pessoalmente. Uma vez recebidas, cem por cento das mensagens são respondidas aos cidadãos, sendo o prazo máximo para resposta de até trinta dias.

Na 7ª Região Fiscal, foram recepcionadas 10.447 mensagens no decorrer do exercício de 2014, com média mensal de 870,58 manifestações. Diferentemente da tendência nacional, esse número teve uma redução de 4,28%. Dessas mensagens recebidas, 90% foram respondidas dentro do mês de recebimento.

- Quanto ao tipo de mensagem, foram contabilizadas:
 - 128 Elogios.
 - 11 Sugestões.
 - 424 Solicitações diversas.
 - 2.712 Pedidos de Informação.
 - 6.744 Reclamações.

3.2 - Informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão, é de responsabilidade do Órgão Central e está disponibilizada no *site* do Ministério da Fazenda e no Portal da RFB.

3.3 - Demonstração dos Mecanismos para medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade Jurisdicionada

Em novembro de 2013 foi realizada uma pesquisa de imagem da Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme informações abaixo, as quais demonstram a impressão dos usuários dos serviços no âmbito de atuação regional.

Notas sobre a metodologia (1)

Objetivo: Avaliar a imagem da Instituição junto ao seu público externo, visando fornecer informações que permitam subsidiar tomadas de decisão e planejamento estratégico.

Pesquisa: Quantitativa

Método: Entrevista pessoal.

População: O público é dividido em dois segmentos:

- Pessoa Física - Cidadão brasileiro que tenha CPF em seu próprio nome; e,
- Pessoa Jurídica - Representantes de empresas junto à RFB.

Período: As entrevistas foram realizadas entre os dias 10 de setembro e 20 de outubro de 2013.

Notas sobre a metodologia (2)

Amostra e Erro amostral: Foram realizadas 3.000 entrevistas, distribuídas da seguinte forma, com seus respectivos erros amostrais, a um nível de confiança de 95,5%:

REGIÃO	TOTAL (PJ + PF)			PESSOA FÍSICA			PESSOA JURÍDICA		
	POPULAÇÃO	AMOSTRA	ERRO AMOST.	POPULAÇÃO	AMOSTRA	ERRO AMOST.	POPULAÇÃO	AMOSTRA	ERRO AMOST.
1ª	15.415.105	340	5%	13.964.308	250	6%	1.450.797	90	10%
2ª	11.658.471	380	5%	10.952.785	300	6%	705.686	80	11%
3ª	15.218.467	190	7%	14.355.081	150	8%	863.386	40	16%
4ª	16.638.413	250	6%	15.657.983	200	7%	980.430	50	14%
5ª	13.841.255	140	8%	12.875.788	100	10%	965.467	40	16%
6ª	19.130.288	170	8%	17.577.358	100	10%	1.552.930	70	11%
7ª	19.762.744	500	4%	18.158.544	350	5%	1.604.200	150	8%
8ª	43.822.939	750	4%	39.238.377	550	4%	4.584.562	200	7%
9ª	17.024.439	140	8%	15.327.586	100	10%	1.696.853	40	16%
10ª	11.344.837	140	8%	10.169.475	100	10%	1.175.362	40	16%
TOTAL	183.856.958	3000	1,8%	168.277.285	2200	2,1%	15.579.673	800	3,5%

E também pela proporção de PF e PJ:

TIPO	POPULAÇÃO	AMOSTRA	%	MULTIPLICADOR
PF	168.277.285	2200	92%	1,248085
PJ	15.579.673	800	8%	0,317768
TOTAL	183.856.958	3000	100%	--

Notas sobre a metodologia (4)

Apresentação dos Resultados:

Todas as perguntas apresentam o índice de entrevistados que, por alguma razão, não a responderam.

Para título de avaliação de cada pergunta, são excluídos os questionários que não responderam à pergunta. Desse modo, as tabulações de frequência, bem como o cálculo da média, são apurados levando-se em conta apenas os questionários que tiveram a questão respondida.

Todos os resultados são apresentados por total, e, quando a base estatística é significativa, segmentados por Tipo, Atendimento e Unidade.

Todos os resultados segmentados são testados estatisticamente (Teste T e Teste Z), e, quando há alguma diferença ao nível de 95% de significância, ocorre uma sinalização em vermelho nos quadros.

Os dados, sempre que possível, são comparados com os resultados obtidos na pesquisa realizada em 2010. E, nesse caso, também é feito um teste estatístico para apontar se a diferença entre os dois resultados (o de 2010 e o atual) é, estatisticamente, significativo. Em caso positivo, e para maior, o resultado deste ano está assinalado em roxo.

Notas sobre a metodologia (5)

Testes Estatísticos

Os testes T e Z são dois Testes de Hipóteses, de Métodos Paramétricos utilizados em Pesquisa de Marketing para comparação de uma média (número absoluto) ou de uma porcentagem (número relativo - %) de uma população total com a respectiva média ou porcentagem de uma subpopulação (segmento).

O Nível de significância dessa comparação aponta o quão diferente (ou não diferente) são esses dois valores comparados. Pode ser de 99%, 98%, 95% ou 90%. O padrão utilizado nas Pesquisas de Marketing é de 95% de significância.

Notas sobre a metodologia (6)

Testes Estatísticos

Todos os resultados segmentados são testados estatisticamente (Teste T e Teste Z). Quando se encontrou um percentual na amostra segmentada com uma diferença significativa (ao nível de 95% de significância) em relação à amostra geral, esses percentuais foram assinalados em vermelho nos respectivos quadros. Ou seja, sempre que as diferenças encontradas entre os resultados segmentados e o resultado total da pesquisa forem expressivas e consistentes (vale dizer, significativas ao nível de 95%) e que, portanto, não foram um mero efeito do acaso, esses percentuais foram assinalados em vermelho.

No caso da comparação dos resultados das duas pesquisas (de 2010 e 2013), os Testes utilizados são os mesmos, o Teste T e o Teste Z com a ressalva de que são para amostras diferentes.

Notas sobre a metodologia (7)

Testes Estatísticos

O fato de existirem resultados segmentados não assinalados em vermelho não os invalida de forma alguma. Simplesmente indica que as diferenças em relação à média nacional não apresentam o nível de significância-padrão estabelecido.

Todos os resultados obtidos (médias nacionais e amostras segmentadas) são consistentes com a margem de erro e nível de confiança calculados para a amostra global e para cada subamostra. Por outro lado, os valores assinalados em vermelho nos dão uma informação adicional.

Assim, se as diferenças observadas forem consideradas como uma informação importante para subsidiar iniciativas gerenciais para aprofundar o conhecimento de um determinado segmento (região, categoria de servidor, tipo de contribuinte, etc.), os segmentos cujos valores foram assinalados em vermelho, indicariam uma ordem de prioridade para intervenções.

Notas sobre a metodologia (8)

Escala de Likert

Em várias perguntas é utilizado o recurso de Pesquisa de Opinião e de Marketing conhecido como “Escala de *Likert*”, que consiste numa “régua” de 5 graus adaptada às necessidades do que se deseja avaliar.

A nota mais baixa (1) é sempre associada ao conceito mais negativo, ao passo que a nota 5 é associada ao conceito mais positivo. Vale destacar que a nota intermediária, 3, refere-se àqueles que não têm opinião formada sobre o assunto perguntado.

Ao final, é sempre calculada uma média levando-se em considerações as frequências das 5 opções da Escala de *Likert*.

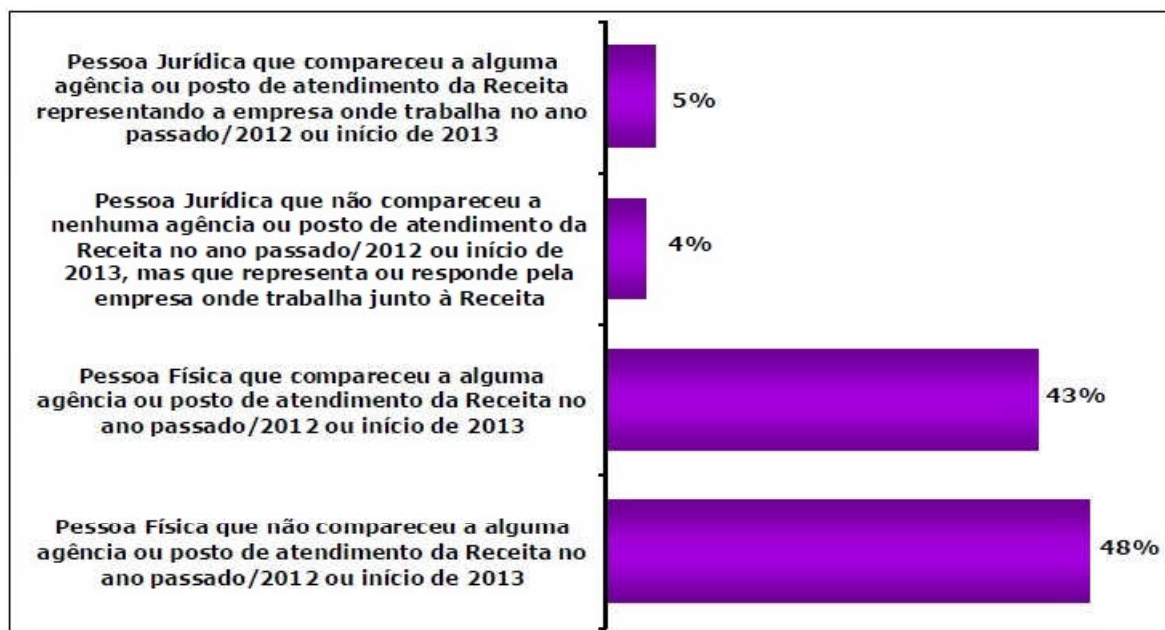
Deve-se ter um cuidado especial quando a média se posicionar muito próxima do valor intermediário (3) porque podem existir duas interpretações:

- Elevado índice de entrevistados sem opinião formada; ou
- Dicotomia expressiva entre os extremos da Escala de *Likert*.

**PLANO AMOSTRAL
PONDERADO
Plano Amostral – Ponderado**

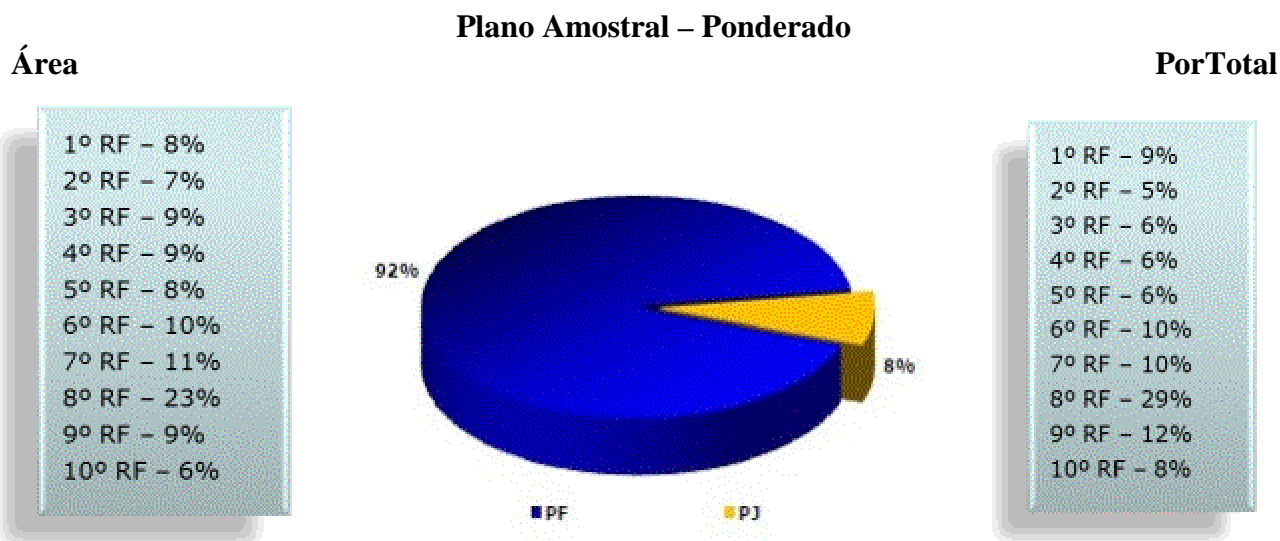
Classificação

Por Total



Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

P.2: Em relação à Receita Federal, como você se classifica? Estimulada – RU



Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

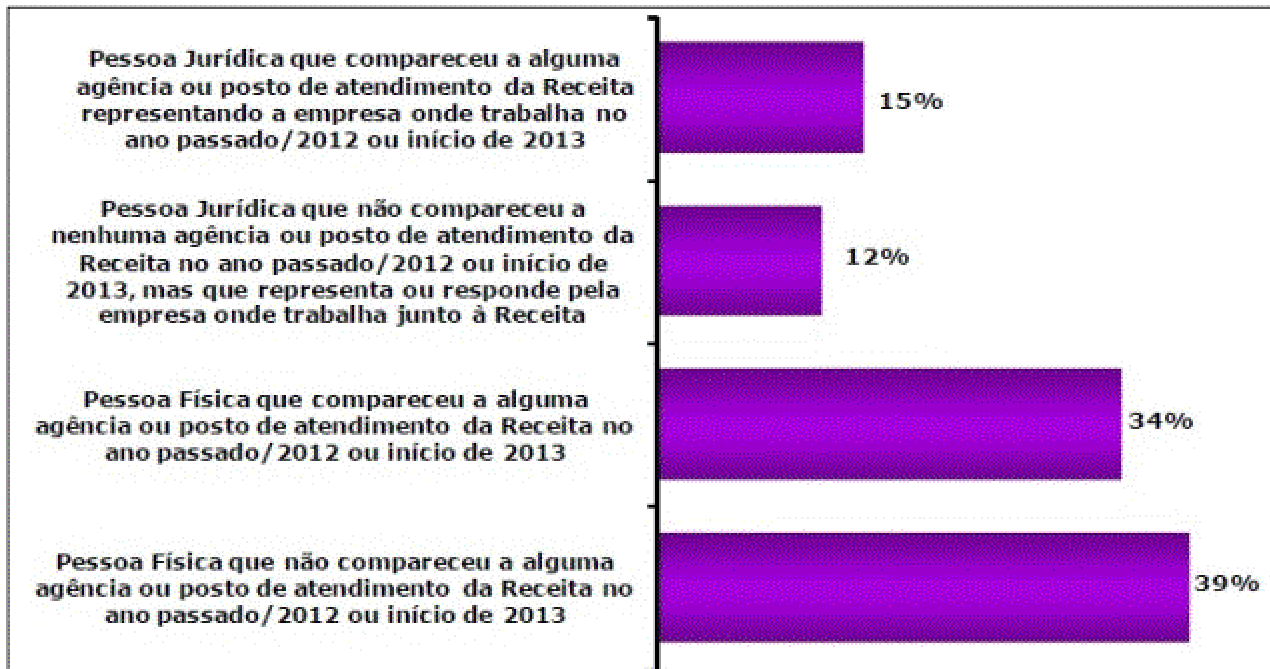
P.54: Estado/Unidade da Federação e Cidade. Espontânea – RU

PLANO AMOSTRAL NAO PONDERADO

Plano Amostral – Não Ponderado

Classificação

Por Total



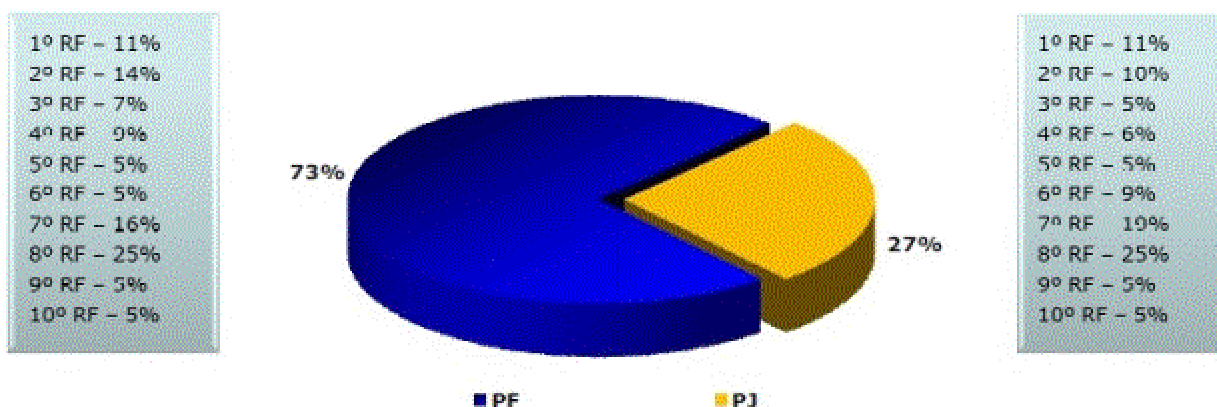
Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

P.2: Em relação à Receita Federal, como você se classifica? Estimulada - RU

Plano Amostral – Não Ponderado

Área

Por Total



Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

P.54: Estado/Unidade da Federação e Cidade. Espontânea – RU

**Imagem da Secretaria da Receita Federal
Apresentação de Resultados**

P.4) A palavra associada à RFB

Principais respostas	2010 (3000)	2013 (3000)
Tributos / impostos	29%	27%
Imposto de renda	14%	21%
CPF	11%	13%
Leão	4%	5%
Fiscalização / fiscal	3%	4%
Burocracia	3%	4%
Cobrança	2%	3%
Competência	0%	3%
Problema / dor de cabeça	3%	2%
Dinheiro	2%	2%
Órgão Federal	1%	2%
Sonegação de impostos	1%	2%
Documentações certidões	2%	2%
Responsabilidade	1%	1%
Governo Federal	2%	1%
Corrupção	2%	1%
Pagar / pagamento	1%	1%
Polícia Federal	0%	1%
Taxas / juros	1%	1%
CNPJ	1%	1%
Dívida	1%	1%
Outros	10%	1%
Não sabe	3%	1%

Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

P.4: Quando você pensa na RECEITA FEDERAL DO BRASIL, qual a primeira palavra que lhe vem à cabeça? Espontânea – RU

P.4) A palavra associada à RFB (por Total, Tipo e Atendimento)

Principais respostas	Total (3000)	Tipo		Atendimento		
		PF (2200)	PJ (800)	Nenhum (1161)	Presencial (1485)	Virtual (511)
Tributos / impostos	27%	26%	36%	29%	25%	30%
Imposto de renda	21%	21%	22%	21%	19%	23%
CPF	13%	13%	4%	12%	14%	8%
Leão	5%	5%	3%	6%	3%	6%
Fiscalização / fiscal	4%	4%	5%	4%	4%	5%
Burocracia	4%	4%	4%	2%	6%	3%
Cobrança	3%	3%	2%	3%	3%	2%
Competência	3%	3%	2%	2%	3%	3%
Problema / dor de cabeça	2%	2%	3%	2%	3%	2%
Dinheiro	2%	3%	1%	2%	2%	3%
Órgão Federal	2%	2%	2%	4%	2%	0%
Sonegação de impostos	2%	2%	2%	2%	2%	3%
Documentações certidões	2%	2%	1%	2%	2%	1%
Responsabilidade	1%	1%	1%	0%	2%	2%
Governo Federal	1%	1%	1%	1%	2%	0%
Corrupção	1%	1%	2%	2%	1%	0%
Pagar / pagamento	1%	1%	0%	1%	1%	1%
Polícia Federal	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Taxas / juros	1%	1%	1%	0%	1%	1%
CNPJ	1%	0%	3%	1%	1%	1%
Dívida	1%	1%	1%	1%	0%	0%
Outros	1%	2%	3%	-	3%	4%
Não sabe	1%	1%	0%	2%	0%	1%

Base: Total da amostra

P.4: Quando você pensa na RECEITA FEDERAL DO BRASIL, qual a primeira palavra que lhe vem à cabeça? Espontânea - RU

P.4) A palavra associada à RFB (por Total e Unidade)

Principais respostas	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
Tributos / impostos	27%	42%	32%	41%	33%	21%	23%	19%	23%	14%	34%
Imposto de renda	21%	11%	17%	8%	9%	21%	8%	25%	37%	26%	15%
CPF	13%	6%	18%	10%	6%	22%	6%	8%	22%	7%	8%
Leão	5%	3%	5%	8%	5%	2%	4%	14%	2%	8%	1%
Fiscalização / fiscal	4%	7%	4%	3%	4%	1%	7%	3%	3%	7%	5%
Burocracia	4%	3%	2%	6%	6%	5%	12%	7%	0%	1%	2%
Cobrança	3%	2%	4%	6%	4%	1%	3%	3%	1%	1%	9%
Competência	3%	4%	2%	4%	4%	5%	4%	0%	0%	2%	6%
Problema / dor de cabeça	2%	1%	1%	1%	5%	4%	7%	1%	1%	1%	3%
Dinheiro	2%	4%	2%	1%	4%	6%	3%	2%	1%	3%	-
Órgão Federal	2%	2%	1%	1%	2%	3%	8%	1%	0%	5%	3%
Sonegação de impostos	2%	3%	1%	1%	5%	1%	-	2%	2%	4%	3%
Documentações / certidões	2%	3%	3%	1%	1%	3%	0%	2%	0%	-	6%
Responsabilidade	1%	2%	2%	1%	1%	1%	2%	0%	2%	1%	-
Governo Federal	1%	2%	0%	1%	1%	2%	5%	1%	-	2%	1%
Corrupção	1%	0%	0%	0%	1%	0%	3%	1%	1%	2%	-
Pagar / pagamento	1%	0%	0%	-	1%	1%	-	1%	0%	5%	-
Polícia Federal	1%	1%	1%	-	-	-	-	2%	1%	2%	2%
Taxas / juros	1%	1%	-	1%	-	-	0%	2%	1%	1%	0%
CNPJ	1%	-	0%	3%	-	0%	-	0%	1%	-	-
Dívida	1%	2%	2%	1%	1%	1%	-	0%	0%	-	-
Outros	1%	1%	3%	2%	6%	-	4%	3%	2%	3%	2%
Não sabe	1%	-	0%	-	1%	-	1%	3%	0%	5%	-

Base: Total da amostra

P.5) As funções da RFB - Comparativo (por Total)

Principais respostas	2010 (3000)	2013 (3000)
MISSÃO CORRETA	90%	94%
Órgão que faz arrecadação dos impostos	51%	48%
Órgão que cadastra / cancela / regulariza o CPF	28%	28%
Órgão responsável pela arrecadação do imposto de renda / recebe declaração	15%	22%
Órgão que fiscaliza a sonegação	14%	18%
Órgão que fiscaliza os tributos	7%	11%
Órgão que cadastra / cancela o CNPJ	8%	9%
Órgão que fiscaliza os ganhos das pessoas jurídica e física	9%	8%
Fiscaliza as fronteiras / alfândega	0%	6%
Orienta os contribuintes	-	1%
MISSÃO ERRADA	10%	14%
Órgão que legaliza os documentos	4%	4%
Órgão que administra entrada/saída de recursos nos cofres públicos	2%	3%
Tirar o passaporte	1%	2%
É um órgão que investe na economia do país	1%	1%
Cuida dos aeroportos	2%	1%
Órgão responsável pela distribuição de renda	-	1%
Órgão que controla o fisco do país	1%	1%
Órgão que regulariza documentos (CND, PIS, COFINS, etc.)	-	1%
Parcelamento de débitos	-	1%
Outras	1%	1%
Não sabe	5%	3%

Base: Total da amostra

A soma dos percentuais das respostas excede 100% porque a pergunta é de respostas múltiplas, isto é, os entrevistados podiam dar mais de uma resposta.

P.5: Quais são as funções da RECEITA FEDERAL DO BRASIL? Para que serve a RECEITA FEDERAL DO BRASIL? Espontânea - RM

P.5) As funções da RFB (por Total, Tipo e Atendimento)

Principais respostas	Total (3000)	Tipo		Atendimento		
		PF (2200)	PJ (800)	Nenhum (1161)	Presencial (1485)	Virtual (511)
MISSÃO CORRETA	94%	94%	95%	93%	94%	95%
Órgão que faz arrecadação dos impostos	48%	47%	52%	48%	47%	49%
Órgão que cadastra / cancela / regulariza o CPF	28%	29%	18%	26%	31%	24%
Órgão responsável pela arrecadação do imposto de renda / recebe declaração	22%	22%	21%	21%	22%	24%
Órgão que fiscaliza a sonegação	18%	18%	17%	19%	15%	21%
Órgão que fiscaliza os tributos	11%	10%	17%	11%	11%	10%
Órgão que cadastra / cancela o CNPJ	9%	8%	12%	7%	11%	6%
Órgão que fiscaliza os ganhos das pessoas jurídica e física	8%	7%	11%	7%	8%	9%
Fiscaliza as fronteiras / alfândega	6%	6%	9%	7%	5%	6%
Orienta os contribuintes	1%	1%	1%	1%	1%	-
MISSÃO ERRADA	14%	13%	20%	10%	17%	16%
Órgão que legaliza os documentos	4%	4%	3%	3%	5%	3%
Órgão que administra entrada/saída de recursos nos cofres públicos	3%	3%	4%	3%	3%	5%
Tirar o passaporte	2%	2%	2%	2%	2%	2%
É um órgão que investe na economia do país	1%	1%	2%	1%	1%	2%
Cuida dos aeroportos	1%	1%	0%	1%	1%	0%
Órgão responsável pela distribuição de renda	1%	1%	2%	0%	1%	2%
Órgão que controla o fisco do país	1%	1%	1%	0%	1%	1%
Órgão que regulariza documentos (CND, PIS, COFINS, etc.)	1%	1%	3%	0%	1%	1%
Parcelamento de débitos	1%	0%	4%	0%	1%	-
Outras	1%	1%	1%	0%	1%	1%
Não sabe	3%	3%	1%	4%	2%	2%

A soma dos percentuais das respostas excede 100% porque a pergunta é de respostas múltiplas, isto é, os entrevistados podiam dar mais de uma resposta.

P.5: Quais são as funções da RECEITA FEDERAL DO BRASIL? Para que serve a RECEITA FEDERAL DO BRASIL? Espontânea - RM

P.5) As Funções da RFB (por Total e Unidade)

Principais respostas	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
MISSÃO CORRETA	94%	89%	98%	99%	94%	96%	96%	87%	95%	90%	95%
Órgão que faz arrecadação dos impostos	48%	55%	58%	43%	52%	46%	60%	51%	40%	42%	39%
Órgão que cadastra / cancela / regulariza o CPF	28%	20%	42%	35%	30%	28%	24%	18%	38%	14%	21%
Órgão responsável pela arrecadação do imposto de renda / recebe declaração	22%	11%	11%	24%	13%	25%	8%	23%	37%	16%	27%
Órgão que fiscaliza a sonegação	18%	16%	27%	21%	26%	30%	15%	15%	15%	16%	4%
Órgão que fiscaliza os tributos	11%	13%	10%	6%	11%	5%	8%	14%	7%	21%	21%
Órgão que cadastra / cancela o CNPJ	9%	9%	21%	21%	9%	17%	3%	2%	4%	5%	14%
Órgão que fiscaliza os ganhos das pessoas jurídica e física	8%	7%	10%	14%	11%	17%	6%	5%	5%	5%	4%
Fiscaliza as fronteiras / alfândega	6%	7%	4%	4%	6%	6%	0%	7%	9%	7%	4%
Orienta os contribuintes	1%	-	4%	-	-	-	8%	-	-	-	-
MISSÃO ERRADA	14%	17%	21%	13%	12%	19%	7%	13%	11%	19%	17%
Órgão que legaliza os documentos	4%	4%	2%	3%	3%	4%	1%	5%	1%	7%	14%
Órgão que administra entrada/saída de recursos nos cofres públicos	3%	6%	3%	3%	5%	1%	-	4%	2%	7%	1%
Tirar o passaporte	2%	1%	1%	-	1%	1%	-	1%	5%	2%	-
É um órgão que investe na economia do país	1%	1%	5%	5%	1%	-	0%	1%	1%	1%	-
Cuida dos aeroportos	1%	1%	1%	1%	1%	6%	-	0%	1%	1%	-
Órgão responsável pela distribuição de renda	1%	1%	3%	0%	1%	3%	-	1%	0%	1%	-
Órgão que controla o fisco do país	1%	2%	0%	-	1%	2%	-	1%	1%	-	1%
Órgão que regulariza documentos (CND, PIS, COFINS, etc.)	1%	0%	2%	0%	0%	1%	4%	-	0%	-	-
Parcelamento de débitos	1%	0%	3%	1%	-	2%	0%	0%	-	-	-
Outras	1%	0%	1%	0%	1%	0%	2%	1%	0%	1%	1%
Não sabe	3%	5%	-	-	1%	2%	2%	7%	2%	3%	0%

A soma dos percentuais das respostas excede 100% porque a pergunta é de respostas múltiplas, isto é, os entrevistados podiam dar mais de uma resposta.

P.5: Quais são as funções da RECEITA FEDERAL DO BRASIL? Para que serve a RECEITA FEDERAL DO BRASIL? Espontânea - RM

Quadro Resumo Comparativo: P.6A, 6B, 6C, 6D, 6E, 6F e 6G (por Total)

	2010	2013
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão público burocrático e moroso na solução de questões que envolvem o contribuinte	2,12	2,01
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão compromissado com a situação econômica brasileira	3,71	4,04
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão transparente e confiável	3,41	3,71
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que combate a sonegação	3,65	4,05
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que busca melhorar o atendimento prestado aos contribuintes	3,61	3,93
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que favorece o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes (pagamento dos impostos, entrega de declarações etc.)	4,01	4,23
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que investe em novas tecnologias e na informatização de seus serviços	3,88	4,06

Base filtro: respondeu à pergunta

Média na escala de 1 a 5: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não tem opinião formada (3), Concorda parcialmente (4), Concorda totalmente (5)

Quadro resumo: P.6A, 6B, 6C, 6D, 6E, 6F e 6G (por Total, Tipo e Atendimento)

	Total	Tipo		Atendimento		
		PF	PJ	Nenhum	Presencial	Virtual
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão público burocrático e moroso na solução de questões que envolvem o contribuinte	2,01	2,02	1,90	1,97	2,03	2,15
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão compromissado com a situação econômica brasileira	4,04	4,05	4,01	4,02	4,06	4,01
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão transparente e confiável	3,71	3,71	3,68	3,60	3,79	3,76
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que combate a sonegação	4,05	4,05	4,03	3,98	4,08	4,19
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que busca melhorar o atendimento prestado aos contribuintes	3,93	3,94	3,85	3,94	3,91	3,94
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que favorece o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes (pagamento dos impostos, entrega de declarações etc.)	4,23	4,25	4,09	4,26	4,20	4,25
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que investe em novas tecnologias e na informatização de seus serviços	4,06	4,05	4,07	3,99	4,08	4,14

Base filtro: respondeu à pergunta

Média na escala de 1 a 5: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não tem opinião formada (3), Concorda parcialmente (4), Concorda totalmente (5)

Quadro resumo: P.6A, 6B, 6C, 6D, 6E, 6F e 6G (por Total e Unidade)

	Total	Unidade									
		1ª RF	2ª RF	3ª RF	4ª RF	5ª RF	6ª RF	7ª RF	8ª RF	9ª RF	10ª RF
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão público burocrático e moroso na solução de questões que envolvem o contribuinte	2,01	2,08	2,48	1,88	2,23	2,16	1,98	1,92	1,66	2,10	2,49
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão compromissado com a situação econômica brasileira	4,04	3,91	4,02	4,08	3,81	4,19	3,74	4,02	4,30	4,00	4,19
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão transparente e confiável	3,71	3,63	3,74	4,04	3,53	3,67	3,34	3,40	3,80	3,85	4,21
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que combate a sonegação	4,05	3,95	4,05	4,00	3,95	3,75	4,01	3,89	4,35	3,87	4,21
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que busca melhorar o atendimento prestado aos contribuintes	3,93	3,73	3,96	4,07	3,60	3,92	3,53	3,77	4,27	4,05	4,07
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que favorece o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes (pagamento dos impostos, entrega de declarações etc.)	4,23	4,19	4,37	4,11	4,00	4,32	4,38	4,04	4,35	4,16	4,30
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que investe em novas tecnologias e na informatização de seus serviços	4,06	3,93	4,10	4,12	3,79	4,13	4,07	3,95	4,21	4,02	4,06

Base filtro: respondeu à pergunta

Média na escala de 1 a 5: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não tem opinião formada (3), Concorda parcialmente (4), Concorda totalmente (5)

P.6A: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não tem opinião formada (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6A) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão público burocrático e moroso na solução de questões que envolvem o contribuinte”

Média na escala de 1 (concorda totalmente) a 5 (discorda totalmente)
Por Total e Unidade

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (280)	3ª RF (190)	4ª RF (230)	5ª RF (190)	6ª RF (170)	7ª RF (300)	8ª RF (230)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	2%	3%	0%	1%	0%	-	2%	3%	3%	4%	3%
AVALIOU	98%	97%	100%	99%	100%	100%	98%	97%	97%	96%	97%

	Total (2039)	Unidade									
		1ª RF (331)	2ª RF (375)	3ª RF (188)	4ª RF (249)	5ª RF (140)	6ª RF (167)	7ª RF (490)	8ª RF (727)	9ª RF (136)	10ª RF (136)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	72%	71%	58%	75%	68%	70%	68%	70%	83%	72%	64%
Concorda totalmente (1)	34%	38%	18%	31%	26%	35%	42%	32%	37%	46%	26%
Concorda parcialmente (2)	38%	33%	40%	44%	42%	35%	26%	38%	46%	26%	38%
<i>Não concorda nem discorda (3)</i>	<i>13%</i>	<i>11%</i>	<i>15%</i>	<i>16%</i>	<i>11%</i>	<i>9%</i>	<i>16%</i>	<i>18%</i>	<i>15%</i>	<i>6%</i>	<i>9%</i>
Discorda parcialmente (4)	9%	8%	22%	7%	16%	13%	8%	10%	3%	10%	9%
Discorda totalmente (5)	6%	10%	5%	2%	5%	8%	8%	2%	1%	12%	18%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	15%	18%	27%	9%	21%	21%	16%	12%	4%	22%	27%
MÉDIA	2,01	2,08	2,48	1,88	2,23	2,16	1,98	1,92	1,66	2,1	2,49

Base: Total da amostra

P.6B: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6B) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão compromissado com a situação econômica brasileira”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)
Por Total e Unidade

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (240)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (230)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	2%	3%	0%	1%	2%	1%	1%	2%	1%	1%	4%
AVALIOU	98%	97%	100%	99%	98%	99%	99%	98%	99%	99%	96%

	Total (2957)	Unidade									
		1ª RF (329)	2ª RF (379)	3ª RF (188)	4ª RF (245)	5ª RF (139)	6ª RF (169)	7ª RF (491)	8ª RF (743)	9ª RF (139)	10ª RF (135)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	72%	68%	73%	81%	68%	82%	63%	71%	68%	81%	75%
Concorda totalmente (5)	31%	36%	31%	28%	27%	49%	35%	21%	25%	36%	34%
Concorda parcialmente (4)	41%	32%	42%	53%	41%	33%	28%	50%	43%	45%	41%
<i>Não concorda nem discorda (3)</i>	17%	14%	14%	10%	11%	6%	15%	21%	30%	7%	17%
Discorda parcialmente (2)	6%	10%	8%	6%	17%	5%	9%	3%	2%	1%	5%
Discorda totalmente (1)	5%	8%	5%	3%	4%	7%	13%	5%	-	11%	3%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	11%	18%	13%	9%	21%	12%	22%	8%	2%	12%	8%
MÉDIA	4,04	3,91	4,02	4,08	3,81	4,19	3,74	4,02	4,30	4,00	4,19

Base: Total da amostra

P.6C: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6C) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão transparente e confiável”

**Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)
Por Total e Unidade**

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	2%	3%	1%	3%	1%	1%	1%	4%	2%	-	3%
AVALIOU	98%	97%	99%	97%	99%	99%	99%	96%	98%	100%	97%

	Total (2942)	Unidade									
		1ª RF (326)	2ª RF (378)	3ª RF (186)	4ª RF (249)	5ª RF (139)	6ª RF (169)	7ª RF (483)	8ª RF (736)	9ª RF (140)	10ª RF (136)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	62%	62%	62%	74%	60%	68%	52%	48%	61%	72%	65%
Concorda totalmente (5)	27%	31%	27%	31%	21%	34%	24%	17%	26%	30%	33%
Concorda parcialmente (4)	35%	31%	35%	43%	39%	34%	28%	31%	35%	42%	32%
Não concorda nem discorda (3)	19%	14%	16%	13%	15%	7%	18%	30%	24%	11%	27%
Discorda parcialmente (2)	8%	11%	16%	10%	15%	11%	13%	8%	2%	6%	5%
Discorda totalmente (1)	11%	13%	6%	3%	10%	14%	17%	14%	13%	11%	3%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	19%	24%	22%	13%	25%	25%	30%	22%	15%	17%	8%
MÉDIA	3,71	3,63	3,74	4,04	3,53	3,67	3,34	3,40	3,80	3,85	4,21

Base: Total da amostra

P.6D: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6D) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que combate a sonegação”

**Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)
Por Total e Unidade**

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (280)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	1%	3%	1%	1%	2%	2%	-	2%	1%	2%	2%
AVALIOU	99%	97%	99%	99%	98%	98%	100%	98%	99%	98%	98%

	Total (2958)	Unidade									
		1ª RF (331)	2ª RF (376)	3ª RF (189)	4ª RF (246)	5ª RF (137)	6ª RF (170)	7ª RF (491)	8ª RF (743)	9ª RF (138)	10ª RF (137)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	74%	71%	73%	78%	75%	63%	70%	65%	84%	69%	79%
Concorda totalmente (5)	32%	39%	36%	27%	28%	34%	43%	21%	31%	33%	34%
Concorda parcialmente (4)	42%	32%	37%	51%	47%	29%	27%	44%	53%	36%	45%
<i>Não concorda nem discorda (3)</i>	<i>15%</i>	<i>12%</i>	<i>13%</i>	<i>11%</i>	<i>11%</i>	<i>15%</i>	<i>14%</i>	<i>24%</i>	<i>15%</i>	<i>14%</i>	<i>13%</i>
Discorda parcialmente (2)	6%	9%	10%	6%	10%	10%	7%	5%	1%	5%	7%
Discorda totalmente (1)	5%	8%	4%	5%	4%	12%	9%	6%	-	12%	1%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	11%	17%	14%	11%	14%	22%	16%	11%	1%	17%	8%
MÉDIA	4,05	3,95	4,05	4,00	3,95	3,75	4,01	3,89	4,35	3,87	4,21

Base: Total da amostra

P.6E: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6E) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que busca melhorar o atendimento prestado aos contribuintes”

**Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)
Por Total e Unidade**

	Total (37000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	2%	4%	1%	1%	3%	1%	2%	2%	1%	3%	3%
AVALIOU	98%	96%	99%	99%	97%	99%	98%	98%	99%	97%	97%

	Total (2945)	Unidade									
		1ª RF (526)	2ª RF (375)	3ª RF (188)	4ª RF (242)	5ª RF (139)	6ª RF (168)	7ª RF (490)	8ª RF (745)	9ª RF (137)	10ª RF (135)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	69%	67%	70%	74%	60%	73%	61%	64%	71%	80%	74%
Concorda totalmente (5)	27%	30%	28%	23%	24%	37%	26%	16%	26%	38%	31%
Concorda parcialmente (4)	42%	37%	42%	51%	36%	36%	35%	48%	45%	42%	43%
Não concorda nem discorda (3)	17%	12%	16%	18%	15%	10%	13%	23%	26%	8%	15%
Discorda parcialmente (2)	8%	10%	11%	7%	17%	8%	11%	6%	3%	3%	9%
Discorda totalmente (1)	6%	11%	3%	1%	8%	9%	15%	7%	0%	9%	2%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	14%	21%	14%	8%	25%	17%	26%	13%	3%	12%	11%
MÉDIA	3,93	3,73	3,96	4,07	3,60	3,92	3,53	3,77	4,27	4,05	4,07

Base: Total da amostra

P.6F: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6F) “A RECEITA FEDERAL é um órgão que favorece o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes (pagamento dos impostos, entrega de declarações, etc.)”

**Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)
Por Total e Unidade**

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (730)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	1%	2%	2%	1%	3%	1%	1%	2%	1%	3%	0%
AVALIOU	99%	98%	98%	99%	97%	99%	99%	98%	99%	97%	100%

	Total (2961)	Unidade									
		1ª RF (338)	2ª RF (378)	3ª RF (189)	4ª RF (244)	5ª RF (139)	6ª RF (168)	7ª RF (494)	8ª RF (745)	9ª RF (137)	10ª RF (139)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	77%	77%	73%	73%	77%	65%	74%	71%	68%	84%	70%
Concorda totalmente (5)	38%	44%	36%	32%	34%	36%	61%	24%	34%	48%	43%
Concorda parcialmente (4)	39%	33%	37%	41%	43%	29%	13%	47%	54%	36%	27%
Não concorda nem discorda (3)	15%	12%	23%	17%	8%	30%	14%	21%	10%	5%	22%
Discorda parcialmente (2)	4%	7%	3%	7%	12%	1%	6%	3%	1%	2%	6%
Discorda totalmente (1)	4%	4%	1%	3%	3%	4%	6%	5%	1%	9%	2%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	8%	11%	4%	10%	15%	5%	12%	8%	2%	11%	8%
MÉDIA	4,23	4,19	4,37	4,11	4,00	4,32	4,38	4,04	4,35	4,16	4,30

Base: Total da amostra

P.6G: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6G) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que investe em novas tecnologias e na informatização de seus serviços”

**Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)
Por Total e Unidade**

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	5%	12%	2%	3%	7%	2%	0%	4%	6%	3%	6%
AVALIOU	95%	88%	98%	97%	93%	98%	100%	96%	94%	97%	94%

	Total (2801)	Unidade									
		1ª RF (295)	2ª RF (374)	3ª RF (186)	4ª RF (235)	5ª RF (138)	6ª RF (108)	7ª RF (486)	8ª RF (712)	9ª RF (135)	10ª RF (132)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	70%	66%	72%	77%	68%	75%	63%	65%	71%	77%	63%
Concorda totalmente (5)	29%	39%	29%	30%	24%	40%	36%	21%	22%	36%	29%
Concorda parcialmente (4)	41%	29%	43%	47%	44%	35%	27%	44%	49%	41%	34%
<i>Não concorda nem discorda</i> (3)	19%	14%	19%	14%	14%	12%	23%	25%	26%	10%	26%
Discorda parcialmente (2)	7%	10%	6%	7%	11%	9%	12%	4%	3%	3%	8%
Discorda totalmente (1)	4%	8%	3%	2%	7%	4%	2%	6%	0%	10%	3%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	11%	18%	9%	9%	18%	13%	14%	10%	3%	13%	11%
MÉDIA	4,06	3,93	4,10	4,12	3,79	4,13	4,07	3,95	4,21	4,02	4,06

Base: Total da amostra

P.7) A Imagem dos Servidores da RFB

Por Total, Tipo e Atendimento

Principais Respostas	Total (3000)	Tipo		Atendimento		
		PF (2200)	PJ (800)	Nenhum (1161)	Presencial (1485)	Virtual (511)
São funcionários inteligentes / qualificados / competentes	39%	39%	35%	36%	42%	38%
São funcionários educados / atenciosos / gentis	27%	27%	23%	18%	35%	22%
São funcionários lentos / preguiçosos / morosos	13%	13%	15%	13%	13%	15%
São funcionários prestativos	6%	6%	5%	5%	8%	5%
São funcionários exigentes / rigorosos	6%	6%	7%	7%	5%	10%
São funcionários ágeis / rápidos / práticos	5%	5%	3%	4%	7%	4%
São funcionários descompromissados / desinteressados	4%	4%	6%	4%	5%	4%
São funcionários desqualificados / despreparados	4%	4%	6%	3%	6%	5%
São funcionários normais	3%	3%	2%	2%	4%	3%
São funcionários mal educados / desatenciosos	3%	3%	2%	3%	3%	3%
Tratam as pessoas friamente /são arrogantes	3%	3%	4%	2%	4%	3%
São funcionários compromissados / interessados	3%	3%	2%	3%	2%	3%
São funcionários honestos	3%	3%	2%	4%	2%	2%
São funcionários corruptos /desonestos	2%	2%	4%	3%	2%	1%
Metade atende bem e a outra metade compromete o trabalho	2%	2%	3%	1%	3%	1%
São funcionários concursados /públicos	2%	2%	1%	3%	2%	2%
Não sabe	11%	11%	10%	18%	4%	13%

Base: Total da amostra

A soma dos percentuais das respostas excede 100% porque a pergunta é de respostas múltiplas, isto é, os entrevistados podiam dar mais de uma resposta.

P.7: Vamos avaliar a sua impressão sobre o corpo de funcionários da Receita Federal do Brasil.

Que palavras você utilizaria para definir os funcionários da Receita Federal do Brasil?

Espontânea - RM.

P.7) A Imagem dos Servidores da RFB

Por Total e Unidade

Principais respostas	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
São funcionários inteligentes / qualificados / competentes	39%	44%	46%	43%	31%	61%	43%	20%	26%	56%	55%
São funcionários educados / atenciosos / gentis	27%	28%	23%	32%	26%	55%	16%	24%	26%	29%	17%
São funcionários lentos / preguiçosos / morosos	13%	8%	6%	11%	12%	1%	5%	10%	30%	5%	6%
São funcionários prestativos	6%	9%	12%	6%	2%	10%	4%	7%	2%	10%	8%
São funcionários exigentes / rigorosos	6%	7%	2%	1%	3%	6%	4%	14%	11%	-	1%
São funcionários ágeis / rápidos / práticos	5%	5%	8%	11%	8%	12%	3%	3%	2%	3%	5%
São funcionários descompromissados / desinteressados	4%	4%	2%	5%	3%	1%	9%	5%	6%	2%	1%
São funcionários desqualificados / despreparados	34%	4%	6%	4%	9%	6%	6%	3%	3%	1%	1%
São funcionários normais	3%	1%	0%	1%	3%	-	2%	3%	7%	4%	1%
São funcionários mal educados / desatenciosos	3%	4%	2%	3%	8%	6%	-	4%	1%	2%	1%
Tratam as pessoas friamente / são arrogantes	3%	2%	7%	3%	1%	3%	5%	5%	3%	1%	0%
São funcionários compromissados / interessados	3%	9%	1%	0%	2%	9%	2%	-	4%	-	-
São funcionários honestos	3%	4%	2%	-	1%	4%	1%	2%	2%	7%	5%
São funcionários corruptos / desonestos	2%	0%	1%	1%	0%	3%	1%	2%	5%	3%	-
Metade atende bem e a outra metade compromete o trabalho	2%	1%	4%	2%	2%	5%	7%	1%	1%	-	-
São funcionários concursados / públicos	2%	7%	1%	1%	2%	4%	4%	2%	1%	-	-
Não sabe	11%	8%	7%	9%	18%	-	12%	16%	11%	10%	14%

Base: Total da amostra

A soma dos percentuais das respostas excede 100% porque a pergunta é de respostas múltiplas, isto é, os entrevistados podiam dar mais de uma resposta.

P.7: Vamos avaliar a sua impressão sobre o corpo de funcionários da Receita Federal do Brasil.

Que palavras você utilizaria para definir os funcionários da Receita Federal do Brasil?

Espontânea - RM.

3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

Conforme o Referencial Básico de Governança, aprovado pela Portaria TCU nº 25/2014, aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, a transparência é um dos componentes do mecanismo de governança denominado “controle”. A transparência nos resultados e na forma de atuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é de fundamental importância para o alcance de sua finalidade e para o bom desempenho de suas competências institucionais.

A organização, para ter transparência, deve divulgar oportunamente as questões relevantes relacionadas à organização, inclusive sua situação financeira, desempenho, composição e governança da organização. A organização deve dar transparência às informações, especialmente para as de alta relevância, que impactem os negócios e que envolvam resultados, oportunidades e riscos. A transparência, no entanto, não é ilimitada, e há informações que, de acordo com a legislação, requerem salvaguarda.

A RFB busca facilitar o acesso a informações referentes às suas atividades utilizando-se de diversos instrumentos de divulgação.

A maioria dos instrumentos de divulgação é de responsabilidade do Órgão Central da RFB, e estarão informados no Relatório de Gestão do Órgão Central.

Dentre esses instrumentos, destacamos a Carta de Serviços ao Cidadão, de responsabilidade do Órgão Central, disponibilizada no site do Ministério da Fazenda e no Portal da RFB.

Informamos que esta unidade não possui página própria na internet, e que quase todas as informações de interesse dos usuários como, por exemplo, acesso a serviços, legislação, orientações, endereços, telefones e titulares das Unidades da Região Fiscal são disponibilizadas no portal da RFB, endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br>. Por meio desse portal, são disponibilizados links para outros portais de interesse dos usuários dos serviços da RFB.

Quanto aos Relatórios de Gestão da Unidade, Relatórios de Auditoria de Gestão e demais documentos e informações correlatas, informamos que, devido a esta unidade não possuir página própria na internet, a publicação é realizada pelo Órgão Central, no endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/auditorias>.

Essa publicação ocorre em cumprimento ao Decreto nº 5.481, de 30 de junho de 2005, que alterou o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000. A Portaria CGU nº 262, de 30 de agosto de 2005, e a Norma de Execução nº 01, aprovada pela Portaria CGU nº 650, de 28 março de 2014, também orientam a forma de divulgação.

Essas normas determinam que o Relatório de Gestão, o Relatório de Auditoria, o Certificado de Auditoria, o Parecer do Órgão de Controle Interno e o Pronunciamento Ministerial devem ser publicados no site da entidade na internet, no link “Processos de Contas Anuais”. Além desses documentos, as normas determinam a publicação de informações complementares, como os números dos processos, situação do julgamento dos processos pelo TCU, entre outras.

A publicação desses documentos também é realizada no site do Ministério da Fazenda, no link Auditoria da página de transparência ativa, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), endereço <http://www1.fazenda.gov.br/acessoainformacao/>.

Ressalta-se que, para alguns exercícios, não há Relatório de Gestão e/ou documentos do Órgão de Controle Interno e Pronunciamento Ministerial, tendo em vista que essa documentação é produzida de acordo com a previsão normativa do Tribunal de Contas União (TCU). Em alguns exercícios, o TCU dispensou esta unidade de apresentar Relatório de Gestão e/ou dispensou o Órgão de Controle Interno de realizar a auditoria de contas.

3.5 - Resultados da avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada na prestação de serviços ao cidadão

A partir do resultado das pesquisas de satisfação e imagem realizadas em 2010 e 2013, são apresentados a seguir os resultados da 7ª Região Fiscal, para os temas relacionados ao atendimento aos usuários, em que a nota mais baixa (1) é sempre associada ao conceito mais negativo ao passo que a nota 5 ao conceito mais positivo. Vale destacar que a nota intermediária, 3, refere-se àqueles que não têm opinião formada sobre o assunto perguntado. Ao final, é sempre calculada uma média levando-se em consideração as frequências das 5 opções da Escala de Likert, como já descrito no subitem 3.3.

	2013	2010
Rapidez no atendimento	3,56	3,42
Cortesia e educação	3,87	3,75
Tempo de espera para ser atendido	3,39	3,29
Capacidade dos funcionários	3,74	3,74
Confiança de que o serviço seja feito corretamente	3,85	3,86
Atendimento esperado x atendimento recebido	3,75	3,89

AVALIARAM A PERGUNTA	Total	Estado (UF)	
		RJ	ES
2013	100%	100%	100%
2010	%	%	%

2013	Total (202)	Estado (UF)	
		RJ (174)	ES (28)*
<i>POSITIVO</i>	63%	62%	68%
<i>NEGATIVO</i>	7%	7%	4%
MÉDIA	3,64	3,59	3,90

2010	Total (244)	Estado (UF)	
		RJ (215)	ES (29)*
<i>POSITIVO</i>	72%	70%	75%
<i>NEGATIVO</i>	10%	11%	8%
MÉDIA	3,75	3,73	3,83

Pontos fortes do atendimento

2013	Total (298)	Estado (UF)	
		RJ (260)	ES (38)
Atendentes são bem educados / gentis / atenciosos	20%	17%	36%
Atendentes são bem treinados / orientados / informados / capacitados	18%	20%	10%
Facilidade dos serviços na Internet / informatizado	13%	13%	13%
Rapidez / é atendido rapidamente	12%	10%	20%
Organização/ dividido em setores	9%	10%	6%
Agilidade na resolução dos problemas	9%	8%	12%
Atendimento na Internet é eficaz / bom / rápido	8%	9%	-
Objetividade / já sai com o que se quer / com o problema resolvido	8%	9%	-
Nenhum	9%	9%	9%
Não sabe	13%	14%	6%

2010	Total (270)	Estado (UF)	
		RJ (232)	ES (38)
Atendentes são bem educados / gentis / atenciosos	21%	22%	18%
Atendentes são bem treinados / orientados / informados / capacitados	13%	10%	23%
Facilidade dos serviços na Internet / informatizado	14%	12%	22%
Rapidez / é atendido rapidamente	18%	17%	21%
Organização/ dividido em setores	2%	1%	3%
Agilidade na resolução dos problemas	9%	10%	8%
Atendimento na Internet é eficaz / bom / rápido	3%	2%	6%
Objetividade / já sai com o que se quer / com o problema resolvido	5%	2%	18%
Nenhum	10%	12%	-
Não sabe	14%	16%	9%

3.6 - Medidas adotadas pelos órgãos para o cumprimento das normas relativas à Acessibilidade

O Acórdão nº 2.170/2012-TCU-Plenário é decorrente de auditoria operacional, conduzida pelo TCU, que teve como objetivo avaliar as condições de acesso das pessoas com deficiência, ou com mobilidade reduzida, nos prédios e serviços públicos de órgãos e entidades da administração pública federal.

Por meio do citado Acórdão, o Plenário do TCU consignou a seguinte deliberação para a RFB e demais órgãos auditados:

"9.3. determinar à Caixa Econômica Federal, à Receita Federal do Brasil, à Defensoria Pública da União, aos Correios, ao Instituto Nacional do Seguro Social e ao Ministério do Trabalho e Emprego que, no prazo de 90 (noventa) dias, definam plano interno para sanar os problemas de acessibilidade em suas unidades de atendimento identificados na auditoria realizada por este Tribunal;"

Por intermédio do Ofício nº 1030/2012-RFB/Gabin, de 30 de novembro de 2012, foi encaminhada ao TCU, em atenção ao Ofício nº 169/2012-SEPROG/TCU, de 24 de agosto de 2012, a Nota RFB/Audit/Diaex nº 34, de 23 de novembro de 2012, contendo informações referentes ao planejamento interno para melhoria das condições de acesso das pessoas com deficiência, ou com mobilidade reduzida, nos prédios e serviços públicos da RFB,

Na fase atual de monitoramento, por intermédio do Ofício nº 614/2014-TCU/SecobUrban, de 13/10/2014, o TCU solicitou o encaminhamento do plano interno que contenha:

- “a) As ações propostas para corrigir as deficiências apontadas no relatório de auditoriado TCU;
 b) As respectivas etapas e prazos de implementação;
 c) As metas a serem alcançadas;
 d) Eventuais ações já implementadas e seus respectivos percentuais de execução;
 e) Os responsáveis pela execução de cada ação proposta; e
 f) Os recursos orçamentários necessários para executar as referidas ações.”

A RFB, por meio de seu plano nacional de engenharia executado nos exercícios 2013 e 2014, contratou intervenções específicas de adequações de acessibilidade física para 106 unidades, com valor total de R\$ 4.136.996,48. Nesses contratos foram contempladas iniciativas de identificação tátil, piso tátil, colocação de corrimão, substituição de alças de segurança nos banheiros, confecção de placas de identificação, adaptação de mesas/balcões de atendimento, alargamentos de rampas, instalação de plataforma de elevação, indicação sonora e braile em elevador e reforma de banheiros.

A Superintendência Regional da RFB na 7ª Região Fiscal contratou, em outubro de 2014, projeto de acessibilidade para as unidades regionais com valor total de R\$ 100.457,11 (cem mil reais, quatrocentos e cinquenta e sete reais e onze centavos).

Além dessas iniciativas específicas de acessibilidade, a RFB aplicou recursos no Projeto Unidades Modelo, cujo escopo compreende a construção de Agências concebidas dentro de critérios de identidade visual, flexibilidade, acessibilidade e sustentabilidade. No quadro abaixo estão demonstradas todas as unidades da 7ª Região Fiscal cujas contratações foram realizadas em 2014.

RF	UF	UG Sigla	UA Denominação	Grupo	Iniciativa - Descrição	Previsão 2014
07	RJ	DRF/CGZ	ARF-ITAPERUNA	4-UNM	CONSTRUÇÃO DE AGÊNCIA MODELO - PROJETO	83.074,55
07	RJ	DRF/NIT	ARF-CABO FRIO	4-UNM	CONSTRUÇÃO DE AGÊNCIA MODELO - PROJETO	14.650,00
07	RJ	DRF/VRA	ARF-BARRA DO PIRÁI	4-UNM	CONSTRUÇÃO DE AGÊNCIA MODELO - PROJETO	55.550,00
07	RJ	DRF/VRA	ARF-RESENDE	4-UNM	CONSTRUÇÃO DE AGÊNCIA MODELO - OBRA	60.550,00
UC Total						213.824,55

Em 86 unidades da RFB, as necessidades de adequações de acessibilidade foram contempladas como itens de reformas mais amplas ou em obras de construção de novas sedes administrativas, dentre as quais estão as relacionadas para a 7ª RF, as seguintes:

RF	UF	UG Sigla	UA Denominação	Grupo	Iniciativa - Descrição	Previsão 2014
07	ES	SRRF07	DRF-VITÓRIA	5-OBD	148H - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DRF-VITÓRIA	10.000.000,00
07	RJ	DRF/VRA	DRF-VOLTA REDONDA	7-OBS	PROJETO BÁSICO PARA REFORMA DA SEDE DA DRF	65.000,00
07	RJ	DRF/CGZ	ARF-SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	7-OBS	CONCERTO DA CALÇADA EM FRENTE A UNIDADE	13.960,00
07	RJ	DRF/CGZ	DRF-CAMPOS DOS GOYTACAZES	7-OBS	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA O RETROFIT DA SEDE DA DRF/C	14.650,00
07	RJ	DRF/CGZ	DRF-CAMPOS DOS GOYTACAZES	7-OBS	ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA REPARO DE ELEVADORES	12.500,00
07	RJ	DRF/NIU	DRF-NOVA IGUAÇU	7-OBS	SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO CENTRAL	680.000,00
07	RJ	DRF/RJ2	DRF-RIO DE JANEIRO II	7-OBS	OBRA ADAPTAÇÃO CAC-CAMPO GRANDE	14.780,00
						10.800.890,00

A RFB, por meio de seu plano nacional de engenharia planeja para o exercício de 2015 a contratação de intervenções específicas de adequações de acessibilidade física para 159 unidades, com valor total de R\$ 20.454.059,47. Nessas, planejam-se a contratação de iniciativas de identificação tátil, piso tátil, colocação de corrimão, substituição de alças de segurança nos banheiros, confecção de placas de identificação, adaptação de mesas/balcões de atendimento, alargamentos de rampas, instalação de plataforma de elevação, indicação sonora e braile em elevador e reforma de banheiros, conforme demonstrado na tabela regional abaixo:

RF	UF	UG Sigla	C/I	UA Sigla	Edifica	Grupo	Descrição	PE2015	Valor 2015
07	ES	DRF/VIT	I	ARF/VVA	ES0022	2-ACS	AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA ACESSIBILIDADE	S	182.434,00
07	ES	SRRF07	I	ALF/VIT	ES0017	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	10.000,00
07	ES	SRRF07	C	ALF/VIT	ES0017	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	30.000,00
07	ES	SRRF07	C	ARF/CIM	ES0012	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	12.000,00
07	ES	SRRF07	C	ARF/LIN	ES0005	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	12.000,00
07	ES	SRRF07	C	ARF/SMA	ES0004	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	12.000,00
07	ES	SRRF07	C	ARF/VVA	ES0022	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	6.000,00
07	ES	SRRF07	C	ARF/VVA	ES0023	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	6.000,00
07	ES	SRRF07	I	ARF/VVA	ES0022	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	I	ALF/RJO	RJ0050	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	25.000,00
07	RJ	SRRF07	C	ALF/RJO	RJ0050	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	50.000,00
07	RJ	SRRF07	C	ARF/DCS	RJ0017	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	C	ARF/IGI	RJ0055	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	C	ARF/NFO	RJ0021	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	15.000,00
07	RJ	SRRF07	C	ARF/PET	RJ0065	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	C	ARF/RBT	RJ0020	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	C	ARF/SAD	RJ0031	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	C	ARF/SGO	RJ0059	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	C	ARF/TER	RJ0047	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	C	ARF/TRS	RJ0072	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	C	DEMAC/RJC	RJ0048	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	30.000,00
07	RJ	SRRF07	C	DRF/CGZ	RJ0028	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	30.000,00
07	RJ	SRRF07	C	DRF/MCE	RJ0035	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE- CAC	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	C	DRF/MCE	RJ0034	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE – DRF	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	I	DRF/NIT	RJ0076	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	25.000,00
07	RJ	SRRF07	C	DRF/NIT	RJ0076	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	30.000,00
07	RJ	SRRF07	I	DRF/NIU	RJ0029	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	25.000,00
07	RJ	SRRF07	C	DRF/NIU	RJ0029	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE	S	30.000,00
07	RJ	SRRF07	C	DRF/RJ1	RJ0023	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO NORMAS ACESSIBILIDADE – ARQ PENHA	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	C	DRF/RJ1	RJ0069	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO NORMAS ACESSIBILIDADE – CAC LAR	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	C	DRF/RJ1	RJ0024	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO NORMAS ACESSIBILIDADE – CAC TIJ	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	C	DRF/RJ1	RJ0019	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO NORMAS ACESSIBILIDADE – CAC IPA	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	C	DRF/RJ2	RJ0036	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO NORMAS ACESSIBILIDADE – CAC MAD	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	C	DRF/RJ2	RJ0052	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESS – CAC MEIER	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	C	DRF/RJ2	RJ0042	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESS – CAC BARRA	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	I	DRF/RJ2	RJ0042	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESS – CAC BARRA	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	C	SRRF07	RJ0049	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO NORMAS ACESSIBILIDADE – DIREP	S	10.000,00
07	RJ	SRRF07	C	SRRF07	RJ0025	2-ACS	INSTALAÇÃO-ADEQUAÇÃO NORMAS ACESSIBILIDADE – 13 MAIO	S	10.000,00
Total Geral									740.434,00

Importante esclarecer que a execução das iniciativas citadas é responsabilidade das unidades gestoras enumeradas, cabendo à Coordenação-Geral de Programação e Logística da Secretaria da Receita Federal do Brasil a tarefa de consolidar as necessidades de obras e serviços de engenharia, garantir os recursos necessários e acompanhar sua execução.

As metas a serem alcançadas com a implementação da ação foram definidas a nível nacional. Os resultados esperados, ao final dos prazos para implementação são os seguintes:

- Para Unidades que prestam atendimento em um ou mais pavimentos ou andares:

Adequação de acessibilidade	Meta
Disponibilidade de mapa tátil na entrada da Unidade de atendimento	90% das Unidades
Disponibilidade de piso tátil direcional na entrada do edifício	90% das Unidades
Banheiro acessível na Unidade de atendimento	70% das Unidades
Disponibilidade de mesas e balcões acessíveis a pessoas em cadeira de rodas	70% das Unidades
A inclinação das rampas permite a circulação de uma pessoa em cadeira de rodas sem que seja necessária a ajuda de outra pessoa	90% das Unidades

- Para Unidades que prestam atendimento em mais de um pavimento ou andar:

Adequação de acessibilidade	Meta
Disponibilidade de piso tátil de alerta próximo ao elevador	90%
Disponibilidade de piso tátil de alerta próximo às escadas	90%
Disponibilidade de indicação sonora e em braile em elevadores utilizados pelos usuários	45%
Disponibilidade de rampa, elevador ou outro equipamento ligando os pavimentos ou vencendo desníveis	70%

A Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal analisou algumas possibilidades, as quais transcrevemos a seguir, por serem as mesmas de alcance nacional:

- A proposta de fornecer capacitação em Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) aos servidores do atendimento mostrou-se inviável, devido a características próprias da atividade de atendimento na RFB, que comprometem a eficácia dessa solução. Embora os servidores assimilem corretamente o conteúdo do treinamento, o conhecimento se perde com o tempo, devido a pouca ou quase nenhuma utilização da Libras no cotidiano. Além disso, há uma rotatividade significativa de servidores, retirando da atividade mão de obra capacitada para realizar esse tipo de atendimento.
- Diante das dificuldades apontadas, a solução indicada pela Receita Federal para possibilitar a prestação de serviços a surdos e deficientes auditivos será a implementação de um serviço de intermediação por vídeo.
- Trata-se de solução tecnológica que possibilita a comunicação entre surdos e deficientes auditivos e ouvintes, no caso, os atendentes da RFB. Com esse sistema, que deverá funcionar a partir de equipamentos a serem instalados em todas as unidades de atendimento, o contribuinte poderá ser atendido pelo servidor deste órgão que acionará o intérprete de Libras no equipamento, realizando o atendimento.
- Antes da implementação desta solução, entretanto, a área de Tecnologia da Informação da RFB está elaborando Nota Técnica para homologação do produto, uma vez que qualquer aquisição pela RFB de soluções tecnológicas passa por esse controle. Vários itens estão sendo estudados para possibilitar a aprovação desta solução no âmbito da RFB, tais como banda mínima requerida para que o sistema funcione adequadamente, existência de criptografia na comunicação da estação local com o servidor do serviço, existência de bateria interna do hardware, controle de acesso à estação local, suporte técnico entre outros.
- Após a homologação, deverão ser adquiridas aproximadamente 600 (seiscentas) unidades deste equipamento, viabilizando a comunicação bilateral entre surdos e ouvintes, com a intermediação de intérpretes de uma central de atendimento, integrando-os à sociedade.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 7ª REGIÃO
FISCAL – SRRF07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 4: Planejamento e Resultados Alcançados

(Item 4, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O subitem “**4.5 - Avaliação sobre possíveis alterações significativas nos custos de produtos e/ou serviços ofertados**” anteriormente presente no Relatório de Gestão das Superintendências, não será apresentado pois a administração da Unidade de Custos é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

Introdução:

Neste Relatório de Gestão não são apresentadas informações sobre "Acompanhamento e avaliações relacionadas à supervisão de entidades públicas e privadas com contrato de gestão" e "Acompanhamento das ações e resultados relacionados a contratos de gestão regidos pela Lei 9.637/1998" (itens 60 e 61 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 - Conteúdo Específico), pois esta Unidade não tem a incumbência de supervisionar a execução de contratos de gestão, nem é signatária de contrato de gestão.

Neste Relatório de Gestão não são apresentadas informações sobre "Indicadores Específicos", pois esta Unidade não é responsável pela apresentação dos referidos indicadores, conforme os itens 8, 9 e 16 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 - Conteúdo Específico.

4.1 - Planejamento da Unidade Jurisdicionada

A SRRF07 segue o plano estratégico da RFB que abrange o período de 2012 a 2015. No decorrer de 2014, foram intensificadas as ações voltadas para disseminação do Planejamento Estratégico da Receita Federal do Brasil para o quadriênio 2012-2015, que teve início em 2011. A SRRF da 7ª Região Fiscal, através da criação do Escritório de Projetos (Eproj07), investiu em capacitação em Gestão Estratégica e na Metodologia de Gerenciamento de Projetos, ambas difundidas pelo órgão central. O Escritório de Projetos (Eproj) tem tido um trabalho destacado, que vem sendo realizado em conjunto com os Núcleos de Planejamento Estratégico (NPE), pequenas células criadas em cada Unidade Descentralizada para apoiar no âmbito local estas ações, e também merecem especial destaque neste trabalho.

No tocante às Iniciativas regionais, há 60 propostas de projetos e ações no Portfólio regional, considerando o período 2014, com objetivos de melhoria e inovação em diversas áreas.

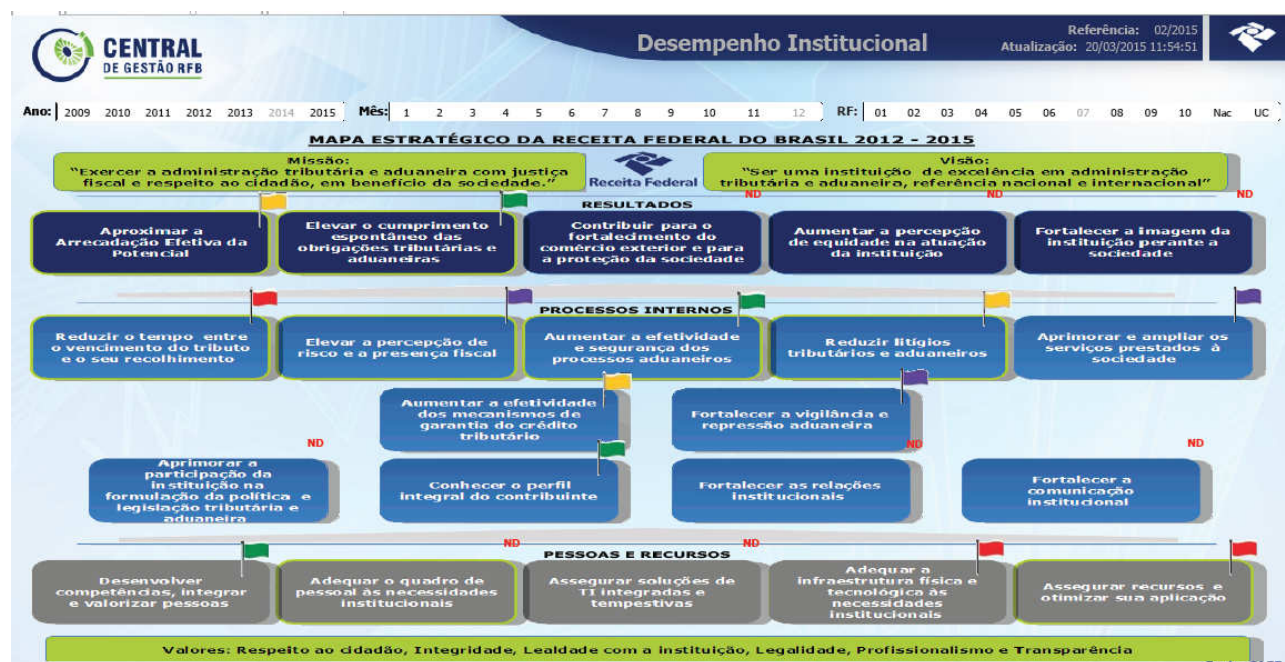
4.1.1 – Cadeia de Valor e Processos de Trabalho:

No processo de formulação da Estratégia para o período 2012-2015, foi incorporada a construção da Cadeia de Valor da RFB, que é a representação gráfica de como são organizados e agrupados os processos de trabalho para que a Instituição cumpra sua Missão e gere valor para os seus clientes. Processos de Trabalho são o conjunto de recursos e de atividades inter-relacionadas ou interativas que transformam insumos (entradas) em serviços/produtos (saídas), tendo como principal resultado a agregação de valor ao cliente/cidadão. As atividades envolvidas em um processo normalmente utilizam como recursos pessoas, equipamentos, instalações, infraestrutura e sistemas de informação e estão sujeitas a controles de políticas, regras, procedimentos operacionais, indicadores e metas. Ao longo de 2014, foram publicados 90 processos de trabalho da RFB. Somando-se tal dado ao número de processos publicados no ano de 2013, atualmente, a RFB dispõe de 98 processos de trabalho publicados.

4.1.2 - Mapa Estratégico:

O Mapa Estratégico da RFB tem sua construção baseada na Cadeia de Valor e traduz a Missão, a Visão e a Estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos interligados por relação de causa e efeito que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados. O Plano Estratégico em vigência abrange o Ciclo 2012-2015 e a vinculação desse plano com suas competências constitucionais, legais e normativas pode ser demonstrada a partir do conjunto de 6 elementos que compõem esse Mapa: Missão; Visão; Objetivos Estratégicos de Resultados; Objetivos Estratégicos de Processos Internos; Objetivos Estratégicos de Pessoas e Recursos; e Valores.

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, determinando, assim, as estratégias a serem desenvolvidas ao longo do ciclo 2012-2015. No total, são 21 Objetivos Estratégicos, distribuídos em 3 perspectivas: Resultados, Processos Internos e Pessoas e Recursos. Os Objetivos de Resultado demonstram o que a Instituição quer e os Objetivos de Processos Internos e de Pessoas e Recursos o que a Instituição deve fazer para alcançar os resultados desejados. A seguir, o Mapa Estratégico da RFB, ano de referência 2014, com os símbolos referentes a cada Objetivo Estratégico, evidenciando o resultado da 7ª RF.



Abaixo, a descrição do significado de cada um dos símbolos que podem aparecer no Mapa:

- **Bandeira Verde:** quando todos os indicadores do referido Objetivo Estratégico estejam com semáforo verde.
- **Bandeira Roxa:** quando ao menos um indicador do referido Objetivo Estratégico esteja com semáforo roxo e os demais verde. Importante ressaltar que a cor roxa substitui a cinza utilizada atualmente no SAGE.
- **Bandeira Amarela:** quando ao menos um indicador do referido Objetivo Estratégico esteja com semáforo amarelo e os demais com semáforo verde e/ou roxo.
- **Bandeira Vermelha:** quando ao menos um indicador do referido Objetivo Estratégico esteja com semáforo vermelho, independente do semáforo dos demais indicadores.
- **Bandeira Branca:** quando, por algum motivo, todos os indicadores do referido Objetivo Estratégico não possam ser mensurados.
- **Sigla ND:** quando todos os indicadores do respectivo Objetivo Estratégico estejam "Não Disponíveis", ou seja, quando seja impossível medi-los no período consultado.

4.1.3 – Painel de Desempenho, Indicadores e Sistemas de Gestão:

Quando da elaboração do Mapa Estratégico, depois de estabelecidos a Missão, a Visão e os objetivos estratégicos, foram associados a esses objetivos Indicadores que pudessem ser ferramentas para determinar se a Organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada Indicador Estratégico, a fim de mostrar o quanto a RFB deve melhorar em cada um desses Indicadores. Após a construção de um elenco de Indicadores Estratégicos, outra ação considerada relevante pelos gestores da RFB foi a construção do Painel de Desempenho da RFB, uma ferramenta de avaliação, acompanhamento e controle do atingimento da Estratégia desta Organização. Esse Painel é a representação gráfica dos Indicadores Estratégicos vinculados a cada um dos Objetivos.

O Painel de Desempenho é gerado no SAGE-RFB (Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da Receita Federal do Brasil), que tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição, nos âmbitos nacional, regional e local, com base em uma visão integrada dos seus diversos elementos: Objetivos Estratégicos (conforme Mapa Estratégico), Indicadores Estratégicos e Iniciativas Estratégicas.

O acompanhamento dos resultados que a Instituição está obtendo em relação às metas estabelecidas para cada um de seus Indicadores Estratégicos e em relação ao grau de realização dos Objetivos Estratégicos é feito ao longo de todo o ano. A sistemática para o acompanhamento e a avaliação dos resultados dos Indicadores e Objetivos Estratégicos baseia-se num instrumento de comunicação visual – Semáforos de Desempenho – que pretende sinalizar, de forma simples e de fácil compreensão, por meio de codificação por cores e símbolos, como está o desempenho da Instituição e de suas unidades administrativas (nacionais, regionais e locais).

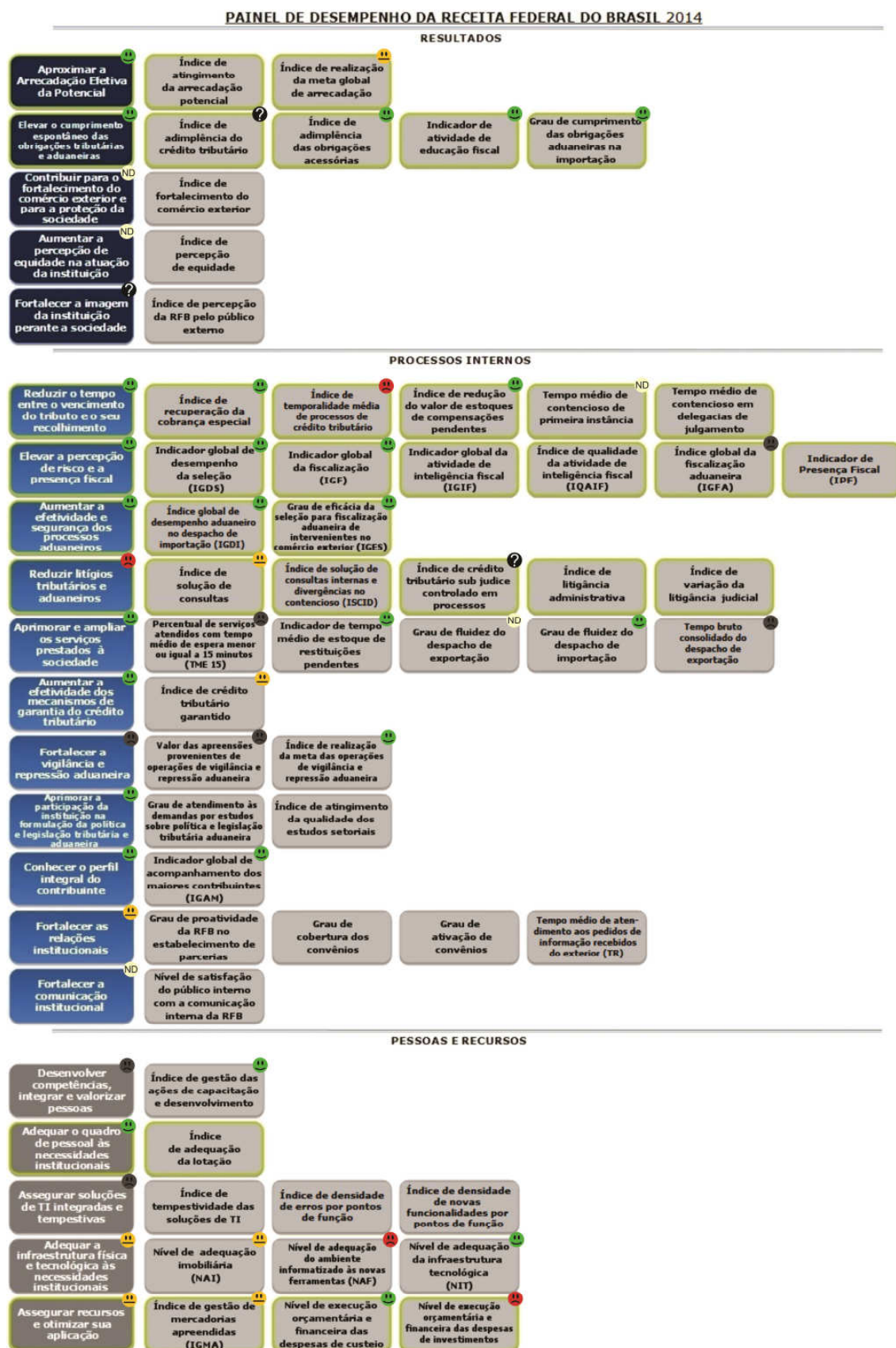
Esses semáforos servem de base para a elaboração das análises de desempenho das dimensões da gestão estratégica, para a realização das reuniões de avaliação nos diversos níveis e para o eventual redirecionamento da Estratégia da Instituição, funcionando como alerta para a possível ocorrência de situações que exigiriam cuidados e providências especiais, dando subsídios para a tomada de decisões.

Abaixo, a descrição dos Semáforos:

- **Semáforo Transparente (com ponto de exclamação):** utilizado para casos nos quais ainda não é possível calcular o desempenho do Indicador, seja porque não há base de comparação para estabelecimento de meta, ou não se completou, ainda, o período de apuração do resultado.
- **Semáforo Branco:** status igual a “Não disponível”.
- **Semáforo Preto (com um ponto de interrogação):** indicadores com resultados acumulados no ano ou metas anuais não informados.
- **Semáforo Vermelho:** indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) inferior a 50%; indicadores de arrecadação com o percentual de atingimento da meta anual inferior a 97,5%; indicadores advindos da pesquisa de ambiência interna e externa com o resultado inferior a 37,5%.
- **Semáforo Amarelo:** indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) superior ou igual a 50% e inferior a 80%; indicadores de arrecadação com o percentual de atingimento da meta anual superior ou igual a 97,5% e inferior a 100%; indicadores advindos da pesquisa de ambiência interna e externa com o percentual de atingimento da meta anual superior ou igual a 37,5% e menor que 62,5%.
- **Semáforo Verde:** indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) superior ou igual a 80% e inferior a 130%; indicadores de arrecadação com o percentual de atingimento da meta anual superior ou igual a 100% e inferior a 130%; indicadores advindos da pesquisa de ambiência interna e externa com o resultado superior ou igual a 62,5%.

- **Semáforo Cinza:** todos os Indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) superior ou igual a 130%.

Painel de Desempenho – Resultado de 2014 da 7ª Região fiscal.



Além do SAGE, a RFB utiliza a Central de Gestão RFB, que é um Portal Corporativo no qual são divulgadas as análises de informações gerenciais da Instituição. É um produto do Centro de Informações RFB e armazena um conjunto de painéis de controle (*dashboards*) organizados por processos de trabalho da Cadeia de Valor da RFB. Em cada processo dessa Cadeia há um link para acessar os painéis de controle publicados.

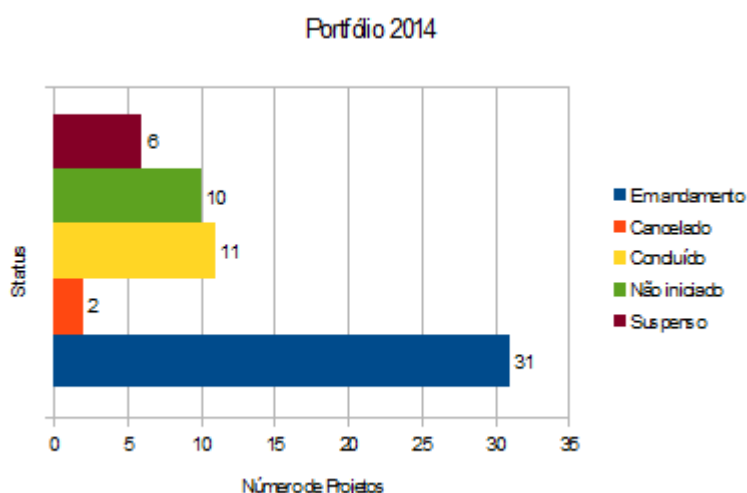
As conclusões, realizadas a partir da análise dos Indicadores, referente ao ano de 2014, estão no item 4.4 deste Documento.

Nas atividades do processo de "Acompanhar a Execução da Estratégia", foram realizadas, em 2014, quatro Encontros de Alinhamentos Estratégicos na 7ª Região Fiscal, sob tutela do Gabinete da SRRF07, através do Escritório de Projetos regional. Essas reuniões são realizadas trimestralmente, com a participação dos Superintendentes da SRRF07, dos gestores das Unidades Descentralizadas e representantes dos Núcleos de Planejamento Estratégico. Nesses encontros, são avaliados os resultados dos Indicadores, em que medida as metas foram alcançadas, bem como os motivos e as justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas para cada um dos deles no âmbito regional e local.

4.1.4 – Projetos Estratégicos da 7ª RF:

A SRRF07, em sintonia com a Estratégia definida para o Ciclo 2012-2015, definiu o Portfólio de Projetos Estratégicos regionais. Para essa definição, foram consideradas as orientações do Plano Plurianual – PPA – 2012/2015, os Objetivos do Mapa Estratégico e os Macroprocessos da Cadeia de Valor. Os Projetos Estratégicos regionais são projetos que contribuem para o alcance dos Objetivos Estratégicos da RFB e devem estar alinhados à Missão da Organização e possuir característica de transversalidade. São patrocinados pela alta administração da SRRF07, por ela selecionados e acompanhados e têm prioridade na utilização de recursos.

No tocante às Iniciativas regionais, há 60 propostas de projetos e ações no Portfólio regional, considerando o período 2014, com objetivos de melhoria e inovação em diversas áreas.



O Portfólio de Projetos Estratégicos Regionais, em 2014, apresenta-se da seguinte forma:

- Fase de Iniciação: 10 Projeto;
- Fase de Execução: 31 Projetos;
- Encerrados: 11 Projetos.

A Tabela abaixo traz a relação dos Projetos Estratégicos Regionais em execução na 7ª RF em 2014.

PROJETO DA 7ª RF	NÍVEL	Área Líder
COV	LOCAL	ALF - RJO
Seleção única	LOCAL	DRF - RJ II
Trem Bala	LOCAL	DRF - RJ I
Nova sede Macaé	LOCAL	DRF - MCE
Autoatendimento	LOCAL	DRF - RJ II
Central de Procurações	LOCAL	DEMAC - RJO
Multiplicar	LOCAL	DEMAC - RJO
Nova Saana	LOCAL	DRF - NIT
Mobilidade com Segurança	LOCAL	ALF - VIT
Construção das Agências Modelo de Barra do Pirai e Resende	LOCAL	DRF - VRA
Nova sede Cabo Frio	LOCAL	DRF - NIT
Reforma da Sede da DRF/VRA	LOCAL	DRF - VRA
Só Fachada	LOCAL	DRF - NIU
Banco de Gestores	LOCAL	DRF - RJ I
Reforma da ARF Angra dos Reis	LOCAL	DRF - VRA
ARF Itaguaí	LOCAL	DRF - NIU
Arquivo Inteligente	LOCAL	DRF - RJ II
Arquivo Novo	LOCAL	IRF - RJO
Mapa de Atribuições	LOCAL	DRF - RJ I
Ergonomia	LOCAL	DRF - NIT
Curso de Línguas Estrangeiras	LOCAL	ALF - RJO
Projeto Básico da ARF Angra dos Reis	LOCAL	DRF - VRA
Transformador	LOCAL	DRF - NIT
SRRF/07 Itinerante	REGIONAL	SRRF - GABIN
Painel de Desempenho	REGIONAL	SRRF - EPROJ
Contribuinte 360°	REGIONAL	SRRF - DIMAC
(Aplicativo) SIM	REGIONAL	SRRF - DIMAC
Saúde e Qualidade de Vida	REGIONAL	SRRF - GABIN
Relacionamento Imprensa	REGIONAL	SRRF - ASCOM
Manualização	REGIONAL	SRRF - DISIT
Windows 7.0	REGIONAL	SRRF - DITEC

4.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

Quadro 8 - AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	148H			Tipo: Projeto		
Título	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Vitória - ES					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda Código: 2110 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.000.000	11.000.000	11.000.000	291.483	291.483	0	10.708.517
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Obra concluída		percentual de execução física	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			30,0	20,0	14,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
8.465.438	5.618.022		Obra concluída		percentual de execução física	5,0

SIOP Jan-Dez 2014: Análise da execução do localizador

A obra foi iniciada em Março/2014, foram executados aproximadamente 14% do total da obra, contra a previsão de 29,00% para o exercício de 2014. O atraso foi gerado principalmente por problemas na perfuração das estacas raiz. A empresa foi notificada tempestivamente e iniciou-se o processo para aplicação de multa por atrasos no cronograma.

Execução das metas: atraso no início da obra e nas fundações.

Fatores intervenientes: dificuldades administrativas, não orçamentárias.

Restos a pagar: os valores foram inscritos em RAP para preservar os recursos, diante de possíveis limitações orçamentárias nos exercícios subsequentes.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

4.3 - Informações sobre Outros Resultados Gerados pela Gestão

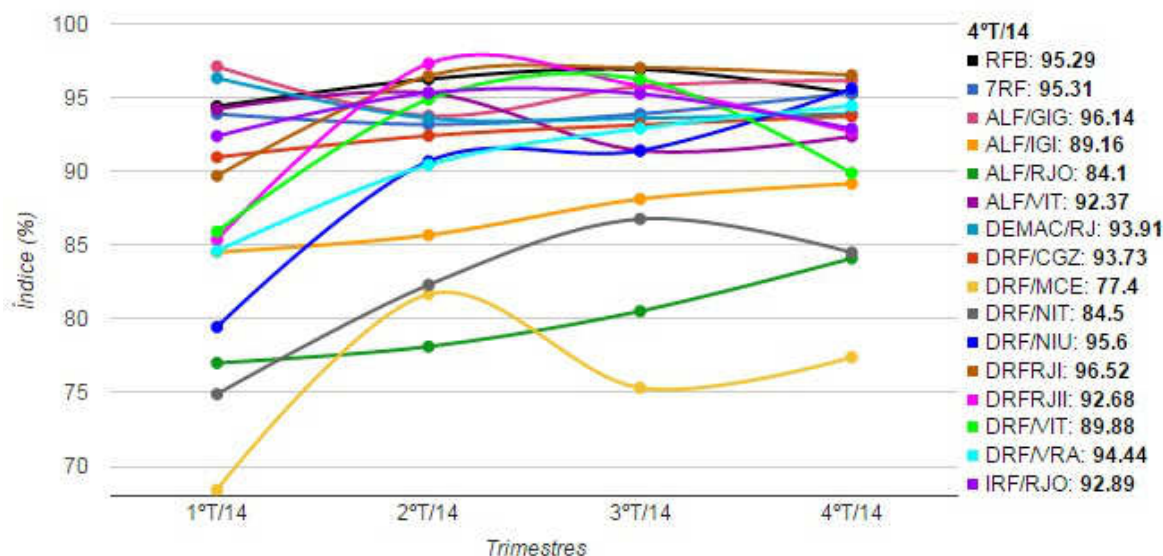
A SRRF da 7ª Região Fiscal, através do Escritório de Projetos (Eproj07), realizou em 2014, 4 Encontros de Alinhamento Estratégicos e 4 Encontros de Administradores. Também foram realizadas capacitações na área de gestão envolvendo 1064 participantes, que representam 28,76% dos servidores da região.

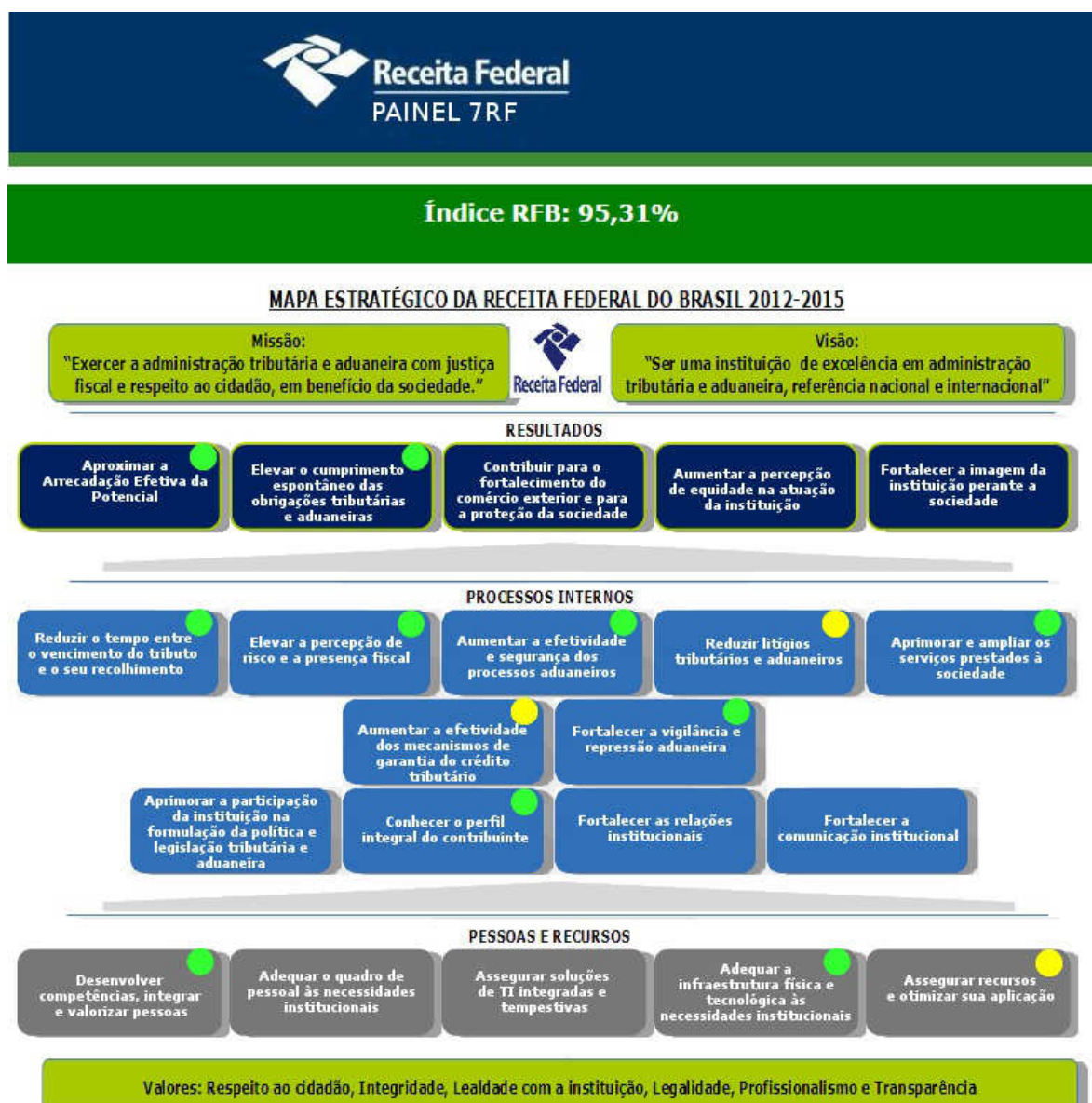
Como destaque tivemos a realização Oficinas de análise e revisão da Cadeia de Valor, que fazem parte do processo de construção do novo ciclo de planejamento estratégico para o quadriênio 2016-2019. Nesses encontros foi apresentada uma análise sobre o estudo de prospecção de cenários da RFB (2014-2022) e sobre os resultados da pesquisa de opinião da RFB/FGV e ao final, sugestões da 7ª região fiscal levantadas durante os eventos foram incorporadas à nova Cadeia de Valor.

O Eproj da 7ªRF também realizou as Oficinas de Inovação e Sustentabilidade, que apresentaram diferentes ferramentas de promoção da inovação, como *Design Thinking*, *Storytelling*, *Project Model Canvas* e Pensamento Visual. Os 50 servidores que participaram das duas turmas do evento foram divididos em grupos e convidados a formular projetos sobre o tema sustentabilidade, para serem aplicados no âmbito da 7ª região fiscal. Dois desses projetos inovadores foram selecionados para entrar no portfólio da SRRF/07 em 2015: o Selo Verde e o Programa Regional de Educação Ambiental (PREA).

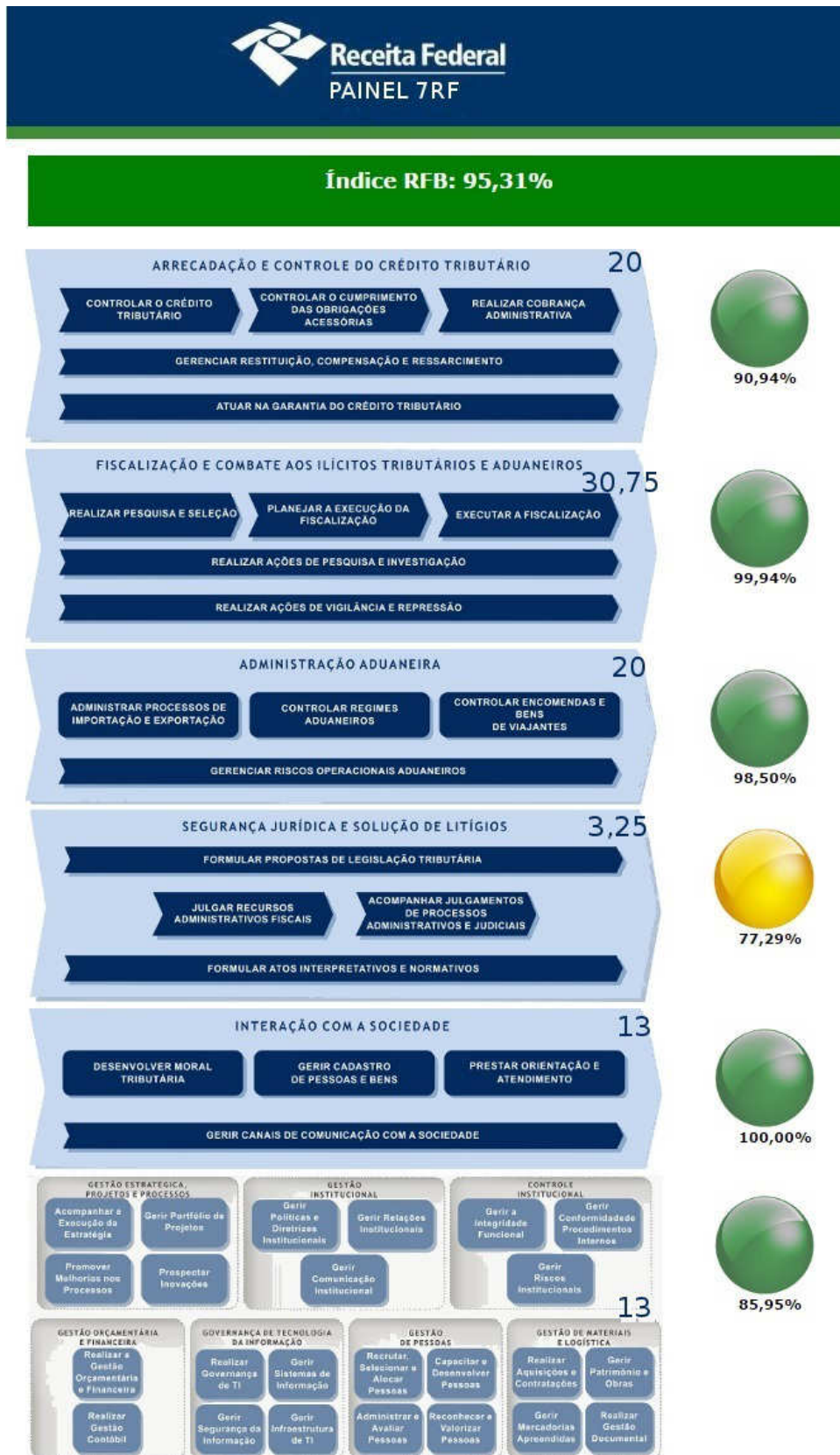
A região também desenvolveu um aplicativo regional para acompanhar e monitorar o Índice RFB e os indicadores estratégicos em nível local, que apresenta o resultado das unidades descentralizadas por gráficos, mapa estratégico e cadeia de valor. As figuras a seguir mostram o resultado regional de 2014 pelos instrumentos desta ferramenta.

GRÁFICO – Resultado do Índice RFB em 2014 por Unidades Descentralizadas da 7ª RF





CADEIA DE VALOR – Resultado do Índice RFB da 7ª RF por Macroprocessos de Trabalho em 2014.



©2013 Desenvolvido pela DITEC da SRRF 7ªRF

4.4 - Identificação dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho operacional da Unidade Jurisdicionada

O ciclo de Planejamento Estratégico 2012-2015, a RFB possui 21 Objetivos Estratégicos, distribuídos em 3 perspectivas : Resultados, Processos Internos e Pessoas e Recursos. Para medir o alcance/desempenho dos referidos Objetivos, são utilizados 45 Indicadores Estratégicos Regionais. Em alguns casos, o desdobramento desses Indicadores ocorre no âmbito das Regiões Fiscais em desdobramentos locais, possuindo então caráter mais operacional.

A sistemática para o acompanhamento e a avaliação dos resultados dos Indicadores e Objetivos Estratégicos baseia-se nos Semáforos de Desempenho. Esses Semáforos sinalizam, por meio de codificação por cores e símbolos, o desempenho da Instituição.

Desse modo, as conclusões referentes ao ano de 2014, para a 7ª Região Fiscal, realizadas a partir da análise dos Semáforos dos 21 Objetivos e 45 Indicadores Estratégicos Regionais, são:

→ Resultados Gerais dos Objetivos Estratégicos na SRRF07:

- Três Objetivos Estratégicos tiveram, pelo menos um Indicador cada, com resultado acima do esperado;
- Quatro Objetivos Estratégicos obtiveram resultados dentro do esperado;
- Três Objetivos Estratégicos tiveram, pelo menos um Indicador cada, com resultado um pouco abaixo do esperado;
- Três Objetivos Estratégicos tiveram, pelo menos um Indicador cada, com resultado abaixo do esperado;
- Oito Objetivos Estratégicos não tiveram Indicadores medidos no período analisado em função da periodicidade de medição estabelecida (bianual, sendo medidos nos anos ímpares).

→ Resultados dos Indicadores Estratégicos quanto à Classificação gerada pelos Semáforos na SRRF07:

1. Verde: Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado (17)

- 1.1 - Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)
- 1.2 - Grau de fluidez do despacho de importação
- 1.3 - Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes (IRP)
- 1.4 - Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio
- 1.5 - Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)
- 1.6 - Índice global de desempenho aduaneiro no despacho de importação (IGDI)
- 1.7 - Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)
- 1.8 - Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento
- 1.9 - Indicador de presença fiscal (IPF)
- 1.10 - Indicador global da fiscalização (IGF)
- 1.11 - Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)
- 1.12 - Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação
- 1.13 - Indicador de atividade de educação fiscal
- 1.14 - Índice de adimplência das obrigações acessórias
- 1.15 - Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira
- 1.16 - Índice de recuperação da cobrança especial
- 1.17 - Índice de redução do valor dos estoques de compensações pendentes (ICP)

2. Amarelo: Indicadores Estratégicos com resultado um pouco abaixo de esperado (5)

- 2.1 - Nível de adequação imobiliária
- 2.2 - Índice de realização da meta global de arrecadação
- 2.3 - Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)
- 2.4 - Índice de crédito tributário garantido (ICTG)
- 2.5 - Índice de solução de consultas

3. Vermelho: Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado (3)

- 3.1 - Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)
- 3.2 - Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos
- 3.3 - Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário

4. Roxo: Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado (4)

- 4.1 - Percentual de serviços atendidos com tempo médio de esperar menor ou igual a 15 minutos (TME 15)
- 4.2 - Tempo bruto consolidado do despacho de exportação (TBC)
- 4.3 - Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)
- 4.4 - Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

5. Indicadores Estratégicos com resultado "Não Informado": (2)

- 5.1 - Índice de Adimplência do Crédito Tributário (IACT)
- 5.2 - Índice de Crédito Tributário *Sub Judice* Controlado em Processos (ICSJ)

6. Indicadores Estratégicos Não Disponíveis: (11)

- 6.1 - Índice de atingimento da arrecadação potencial
- 6.2 - Índice de fortalecimento do comércio exterior
- 6.3 - Índice de percepção de equidade
- 6.4 - Tempo médio de contencioso de primeira instância
- 6.5 - Índice de litigância administrativa
- 6.6 - Grau de fluidez do despacho de exportação
- 6.7 - Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias
- 6.8 - Grau de cobertura dos convênios
- 6.9 - Grau de ativação de convênios
- 6.10 - Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB
- 6.11 - Índice de percepção da RFB pelo público externo

A seguir, serão apresentados, separadamente, cada Indicador Estratégico utilizado pela 7ª Região Fiscal, conforme a relação do Indicador com o respectivo Objetivo Estratégico que ele se propõe a medir. Além disso, foi realizada uma análise geral dos resultados observados, a partir de informações extraídas do Sage em 12/03/2015, de acordo com os Semáforos gerados.

1.1 - Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica	91,44	100,0	99,92	Mensal	$[(IETA \times 0,15) + (IETS \times 0,20) + (IUCD \times 0,15) + (IUAD \times 0,15) + (IETG \times 0,20) + (IBDC \times 0,15)] \times 100$ <p> IETA: Estações de trabalho adequadas; IETS: Estações de Trabalho Gerenciadas pela Solução de Segurança; IUCD: Usuários com Obrigatoriedade de Acesso à rede Windows via certificação digital; IUAD: Usuários Ativos no Active Directory; IETG: Estações de Trabalho Gerenciadas pelo Altiris; IBDC: Utilização da Banda de Circuitos de Rede Wan </p>

1.2 - Grau de fluidez do despacho de importação

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Grau de fluidez do despacho de importação	82,77	77,84	80,30	Mensal	Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês

Análise de Desempenho:

Situação Atual: O Indicador permaneceu acima da meta no consolidado de 2014, sem variações significativas ao longo do ano

Pontos Críticos: Há diversos parâmetros que impactam o Grau de Fluidez, dentre eles destacam-se os parâmetros sob condição, que influenciam negativamente algumas unidades da região. DRF-NIT e DRF-MCE se mantêm abaixo da meta do indicador, devido à baixa parametrização em canal verde das unidades. DRF-NIT continua muito abaixo da meta do indicador, devido à baixa parametrização em canal verde da unidade (cerca de 40%).

Observações: Destaca-se que o indicador reflete parametrização do canal verde, sendo que o mesmo permanece de 5 - 10% abaixo do canal verde. Em que pese a pouca influência da seleção local, verifica-se uma queda no percentual de canal verde, e conseqüentemente do grau de fluidez, devido a um aumento da seleção local pelas unidades.

1.3 - Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes	604,00	804,00	612,00	Anual	$(\text{Somatório do nº de PER pendentes} \times \text{nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente}) / \text{total de PER pendentes}$

Análise de Desempenho:

Situação Atual: A meta para redução do tempo médio do estoque inicial era de 804 dias, sendo reduzido a temporalidade em 612, ou seja, atingimento de 131% do estabelecido para 2014.

Pontos Críticos: A existência de PER Previdenciários antigos de valores irrisórios que compõem o estoque que não são trabalhados, o que influencia negativamente o indicador, restando demonstrando da necessidade de regulamento para tratamento desses casos de forma sumária. A falta de sistemas para tratamento eletrônico de PER Previdenciário.

1.4 - Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	99,14	100,0	99,99	Mensal	$([VE / TDC] \times 100) VE = [\text{Valor executado} = \text{empenhado} + \text{liquidados}]$

Análise de Desempenho:

Situação Atual:

Teto de Custeio para 2014 para fins de apuração da meta:	Valores (R\$)	%meta
Teto para despesas gerais de custeio (exceto o contingenciado):	R\$ 51.075.561,55	100
Teto para despesas com capacitação (Proeduc):	R\$ 1.299.037,43	100
Teto para despesas extras com capacitação (Educmais):	R\$ 597.943,59	100
Teto para despesas de custeio do Plano de Engenharia	R\$ 713.366,55	100
Teto Total considerado para o indicador de custeio:	R\$ 53.685.909,12	100

Execução orçamentária em 2014:	Valores (R\$)	%meta
Despesas gerais de custeio (valor contingenciado):	R\$ 51.074.789,70	95,14
Despesas com capacitação (Proeduc):	R\$ 1.295.431,33	2,41
Despesas de capacitação extra- (Educmais)	R\$ 597.328,94	1,11
Despesas de custeio do Plano de Engenharia	R\$ 713,366,55	1,33
Teto Total considerado para o indicador de custeio:	R\$ 53.680.916,52	99,99

Pontos Críticos:

Em relação ao custeio, o valor inicialmente autorizado para despesas de custeio de manutenção da Unidade (exceto as de plano de Engenharia e Capacitação) foi o de R\$ 51.335.900,70. Além deste valor, existia um valor bloqueado de R\$ 2.259.599,30, que estava vinculado ao atingimento das metas, liberado normalmente após 30/09 e proporcional ao atingimento das metas. Em abril de 2014, a RFB sofreu um forte contingenciamento, que acarretou num corte orçamentário no valor de R\$ 5.338.933,67. Com este corte, o valor liberado foi o de R\$ 45.966.967,03. considerando que o teto total possível de ser executado, caso atingíssemos 100% da meta, era o de R\$ 53.595.500,00 e que executamos R\$ 51.074.789,70, a Região realizou um corte de 4,70% nas despesas. De fato, se o descontingenciamento não tivesse ocorrido, não teríamos suportado o corte.

Quanto ao Proeduc, a região executou mais de 100% do valor inicialmente previsto (era de R\$ 1.260.000,00), pois houve um remanejamento de tetos entre Regiões no 2º semestre, logo após ter ocorrido o descontingenciamento de despesas do Governo Federal, que acarretou em liberação de mais recursos (R\$ 1.299.037,43). Além dos recursos destinados para a capacitação (Proeduc), a região tem um limite de até 50% do valor destinado de Proeduc, para solicitar créditos que sejam utilizados para atendimento de lacunas de capacitação. O valor máximo que poderíamos solicitar era o de R\$ 630.000,00 e executamos R\$ 597.328,94. Neste caso, a meta é estabelecida pelo valor efetivamente solicitado, não pelo valor máximo permitido para solicitação.

O Plano de Engenharia da RFB sofre alteração ao longo do ano, possibilitando que a Região solicite inclusões ou exclusões de iniciativas durante as 3 (três) janelas previstas para alterar (abr/jun/out). Com isto, considerando os valores da última Portaria do Plano de Engenharia, a Região executou 100% dos recursos solicitados.

A execução geral das despesas de custeio fechou em 99,99% da meta.

Encaminhamento:

Em 2014, o teto orçamentário não ficou centralizado na SRRF, foram distribuídos tetos para as Unidades para que possam acompanhar e controlar suas despesas, otimizando da melhor forma os recursos disponíveis.

A cada mês, as Unidades recebiam uma planilha para preenchimento da programação mensal das despesas de custeio (exceto capacitação e Plano de Engenharia que tem ritos específicos), onde constam as informações de quanto cada UG executou e qual o seu teto anual e mensal. Dessa metodologia, tem-se verificado que algumas Unidades necessitam ter seus tetos revisados para

poderem garantir a manutenção de suas instalações e que outras vêm solicitando recursos superiores ao necessário para atendimento de suas obrigações.

O Proeduc é acompanhado pelo Ceduc que, juntamente com o Gabinete, verifica a melhor forma de otimizar os recursos e atender as necessidades da Região.

Em relação ao Plano de Engenharia, as Unidades, na medida em que vão concluindo os procedimentos licitatórios, encaminham planilha com as informações do processo e o valor necessário de recursos, sempre limitado ao valor disponível na Portaria. Esta planilha é encaminhada à Divisão de Engenharia em Brasília, que autoriza a descentralização de recursos.

1.5 - Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)	93,00	90,00	93,00	Trimestral	(Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100

Análise de Desempenho:

Situação Atual: A Região Fiscal encerrou o ano com 93% de eficácia, acima da meta regional (90%). Há centralização da fiscalização aduaneira de zona secundária na Inspeção do Rio de Janeiro e na Alfândega do Porto de Vitória, o que contribui para melhor seleção das fiscalizações. Individualmente, estas unidades apresentaram eficácia de 94% e 97%. Delegacias mistas que possuem competência concorrente para abrir FA de zona secundária não atingiram a meta de 90%, destacando que o baixo número de FAs das mesmas contribui para que seja mais difícil atingir a meta que é alta.

Pontos críticos: Não há.

Encaminhamentos: Não há

Observações: Algumas fiscalizações decorrentes de análise dos laudos técnicos de produtos químicos solicitados durante o despacho pela ALF/STS (quebra de jurisdição) não deram resultado esperado e as fiscalizações foram encerradas sem resultado.

1.6 - Índice global de desempenho aduaneiro no despacho de importação (IGDI)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Índice Global de Desempenho Aduaneiro no Despacho de Importação (IGDI)	Não existia	1,00	0,97	Mensal	Média ponderada de 3 indicadores: a) Grau de Eficácia da Seleção Nacional (IGEN), Grau de eficácia da Seleção Local (IGEL), Grau Local de Seleção Aduaneira (ISLA)

Análise de Desempenho:

Situação Atual: Indicador não atingiu a meta a partir do 3º trimestre. O não atingimento da meta foi motivado pela queda do IGEN.

Pontos Críticos: Das unidades com maior número de DI's, IGEN encontra-se bem abaixo da meta no Porto do Rio de Janeiro, Porto de Vitória, DRF-Macaé e DRF-Niterói

Encaminhamentos:

- Verificar junto às unidades o motivo da queda da eficácia do IGEN de forma a identificar parâmetros com baixa eficácia ou erro na execução do despacho por inobservância do motivo da seleção.
- Enviado notes ao CERAD com proposta de revisão dos parâmetros com baixa eficácia.
- Treinamentos para utilização do ANIITA na seleção do despacho de importação.
- Reforçar a consulta ao motivo da seleção no Siscomex WEB

Observações: Das maiores RF's, a RF07 é a que teve maior impacto da piora da seleção nacional. Espera-se uma melhor seleção nacional em 2015 com a possível implementação do SISAM no despacho

1.7 - Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	100,00	100,00	99,30	Mensal	$(0,35 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,40 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,25 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$

Análise de Desempenho:

Situação Atual: A região atingiu 99,3% da meta estabelecida para o indicador.

Pontos Críticos: Alteração, pela Comac, na regra de pontuação do ISE a partir do 3º trimestre. O ISE fechou em 98,3%.

Observações: Apesar do esforço da Região para atingir integralmente a meta estabelecida, a alteração da fórmula de cálculo da pontuação da MSE prejudicou o alcance da meta para o ISE e, por consequência, para o IGAM, porque reduziu a pontuação de alguns critérios em relação ao que estava estabelecido para o 1º semestre.

1.8 - Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento	118,89	100,0	108,10	Trimestral	$\{0,5 \times [(carga\ horária\ total\ de\ capacitação / total\ de\ servidores\ da\ unidade) / meta]\} + \{0,5 \times [(total\ de\ treinandos\ capacitados\ sem\ repetições / total\ de\ servidores\ em\ exercício) / meta]\}$.

Análise de Desempenho:

Situação atual: O Índice de Gestão das Ações de Capacitação e Desenvolvimento - IGACD da RF07 superou em 6,65% a meta anual de 100%.

Na 7ªRF, os indicadores da capacitação que influenciam o IGACD superaram as metas prevista e alcançaram os seguintes resultados (*):

Grau de Amplitude: 79 % do total de servidores da região fiscal participaram de pelo menos uma ação de capacitação. Crescimento de 1,91% em relação ao ano anterior

Grau de Aprofundamento: 48,5 horas de treinamento, em média, por servidor . Aumento de 28,61% em relação ao ano anterior.

Pontos críticos: A publicação da Portaria 717/2014, que vedou deslocamentos para realização de eventos de capacitação no período de 01/06 a 20/07/2014, em virtude da ocorrência da Copa do Mundo 2014 impactou os resultados na RF07, cuja sede foi uma das cidades participantes do evento.

A realização de ações de capacitação de curta duração abrangendo um grande número de servidores, prejudicaram os resultados da ALF/RJO e DRF/RJ2, pois a quantidade de servidores treinados favorece o indicador de amplitude, mas prejudica o indicador de aprofundamento, uma vez que este reflete a distribuição da carga horária total de capacitação pelo número de servidores capacitados.

Encaminhamentos: Acompanhar sistematicamente os resultados dos indicadores nas unidades da RF, promovendo os ajustes necessários no Proeduc.

Otimizar os recursos orçamentários dando prioridade às ações mais estratégicas para a região e às ações vinculadas aos Programas Nacionais de Capacitação – PNC.

Realizar ações de baixo custo, incentivando a participação dos servidores em eventos realizados à distância, grupos formais de estudo e aprendizagem em serviço.

Observações:

(*) Dados extraídos do Siscad em 15/01/2014

Meta dos indicadores da capacitação para 2014:

Grau de Amplitude: 78%

Grau de Aprofundamento: 44 horas

Meta dos indicadores da capacitação em 2015:

Grau de Amplitude: 80%

Grau de Aprofundamento: 48 horas

1.9 - Indicador de presença fiscal (IPF)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador de Presença Fiscal (IPF)	Não existia	100,00	96,47	Anual	$IPF = [(P1 \times 0,65) + (P2 \times 0,10) + (P3 \times 0,20) + (P4 \times 0,03) + (P5 \times 0,02)]$

Análise de Desempenho:

Situação atual: A 7ªRF realizou 96,47% da meta do IGF definida para o 4º trimestre de 2014, figurando no semáforo do SAGE com a cor verde.

Pontos críticos: O IPF é composto pela relação entre a quantidade de ações (fiscalização, diligência e revisão) e a quantidade de contribuintes em cada segmento. Tais valores são sintetizados pelos parâmetros P1(PJ Diferenciada), P2 (PJ Média), P3 (PJ Demais), P4 e P5 (PF). A Região obteve o resultado global de 124%. Entretanto tal valor foi reduzido para 96,47%, uma vez que a Sufis instituiu uma trava de 100% nos parâmetros P, tendo como objetivo inibir as regiões de carregarem suas fiscalizações em grandes contribuintes. O ponto crítico ocorreu nas pessoas físicas e nas pessoas jurídicas de pequeno porte, dada a estratégia da 7ª RF de continuar dando prioridade aos contribuintes de elevada capacidade contributiva. O Indicador de Presença Fiscal - IPF não foi atingido por nenhuma região fiscal, ficando a 7ªRF na 5ª posição no ranking nacional.

Encaminhamentos: A Difis/7ªRF continuará realizando gestões junto às Unidades para manter em 2015 a performance alcançada em 2014.

1.10 - Indicador global da fiscalização (IGF)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global da fiscalização (IGF)	105,90	100,00	107,00	Anual	$(\text{Índice de Desempenho da Fiscalização IDF} \times 0,90) + (\text{Índice de Realização de Crédito Tributário ICT} \times 0,10)$

Análise de Desempenho:

Situação Atual: A 7ªRF realizou 107% da meta do IGF definida para o 4º trimestre de 2014, figurando no semáforo do SAGE com a cor verde.

O IGF é composto pelos indicadores IDF (Indicador de Desempenho da Fiscalização) e ICT (Indicador do Crédito Tributário), com pesos respectivos de 90% e 10% (Portaria RFB/Sufis Nº 922 de 10de abril de 2014). No IDF a 7ª RF atingiu a meta, obtendo 106% de realização. No ICT a 7ª RF também superou a meta, obtendo a realização de 113%, realizando R\$33 bilhões em crédito lançado, figurando em 2º lugar na posição nacional.

Pontos Críticos: O ponto crítico foi o ICT, uma vez que nos trimestres anteriores apresentou realização abaixo da meta estipulada, superando-a somente no último trimestre. Tal fato ocorreu devido ser do segmento de PJ diferenciado o montante significativo do crédito total lançado (80,3%), que demanda um período longo para encerramento dada a complexidade intrínseca da fiscalização. Ressalta-se que a Região apresenta uma redução de AFRFB a cada ano, o que dificulta o cumprimento da meta de crédito (ICT), cujo cálculo tem acréscimo também a cada ano. O mesmo não ocorre no IDF, uma vez que a meta é estipulada a partir da quantidade de AFRFB.

Encaminhamentos: A Difis/7ªRF continuará realizando gestões junto às Unidades para manter em 2015 a performance alcançada em 2014.

1.11 - Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	85,57	85,00	86,14	Mensal	$(S \times 0,5) + (R2 \times 0,5)$

Análise de Desempenho

Situação Atual: A 7ªRF realizou 100,5% da meta do IGDS definida para o 4º trimestre de 2013, figurando no semáforo do SAGE com a cor verde, atingindo 85,4% para uma meta de 85%. O IGDS é composto pelos índices IQSF (R2 - Índice de Qualidade da Seleção de Fiscalização) e IFGED (S - Índice de Formação e Garantia de Estoques de Dossês), com peso de 50% para cada índice (Portaria RFB/Sufis Nº 922 de 10de abril de 2014).

No IQSF a 7ª RF superou a meta, obtendo 102% de realização, atingindo 92% para a meta de 90%.

No IFGED, a realização da 7ª RF foi de 100%, atingindo 80% para a meta de 80%.

Pontos Críticos: O cálculo da meta de formação de estoque de dossiês (IFGED) inicia-se baseado na meta de fiscalização do ano anterior (2013). Em dezembro (2014), após a elaboração do plano de metas da fiscalização do ano seguinte, a meta de seleção é ajustada, muitas vezes não havendo tempo hábil para adequação, como aconteceu com a Unidade da DRF Niterói, no segmento de contribuintes PJ médio. A meta de fiscalização aumentou em 30% com a adoção da nova norma, não tendo sido viável o atingimento desta meta (se fosse em relação à norma anterior, a Unidade teria cumprido).

Necessidade de sistema institucional que permita o registro de expediente, o gerenciamento do ranking e distribuição dos dossiês elaborados.

Em que pese o relatado acima, a 7ª cumpriu a meta de 2014.

Encaminhamentos: A 7ª RF continuará empenhada junto às Unidades, para cumprir 100% da meta de cadastramento de dossiês (IFGED) ao fim da fase 3 da etapa 3 do processo de seleção 2015, em 28/02/2015.

1.12 - Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação	80,23	87,20	79,01	Mensal	Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês

Análise de Desempenho

Situação Atual: A meta para o ano na RF07 é de 87,20%. O desempenho no consolidado do ano foi satisfatório, sendo que o acumulado representa 90,3% da meta.

Pontos Críticos: Existem na Região unidades com baixo número de DIs selecionadas por aleatoriedade e quando há retificação de 1 ou 2 declarações o percentual fica muito baixo. Todavia neste trimestre as unidades com baixa aleatoriedade não tiveram muita retificação.

Encaminhamentos: Como forma de melhorar, a RF07 oferece cursos de qualificação para despachantes aduaneiros bem como palestras para o público externo focando regimes aduaneiros especiais.

Observações: Indicador avalia o trabalho dos intervenientes aduaneiros sem atuação ativa da fiscalização, destacando que somente entram no cálculo do indicador as declarações selecionadas por ALEATORIEDADE, sendo irrelevante as declarações selecionadas por parâmetro dinâmico ou seleção local (gerenciamento de risco).

1.13 - Indicador de atividade de educação fiscal

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Indicador de atividade de educação fiscal	10026,50	728	795,48	Anual	Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB x peso definido pela Coaef

Análise de Desempenho:

Situação atual: A RF superou a meta anual de 728 pontos, tendo realizado 795,48. Para disseminação do PNEF em toda a RF, a meta regional foi distribuída da forma seguinte: 98 pontos para a SRRF07/Divic e 45 pontos para cada unidade (Delegacia e Inspeção). A maioria dos eventos realizados refere-se a orientação tributária.

Pontos críticos:

1. As unidades DRF RJO II, DRF Volta Redonda, DRF Nova Iguaçu, DRF Macaé e Alfândega do Porto de Itaguaí, não conseguiram cumprir a meta estabelecida. Contudo, esse resultado não impactou a meta regional, que foi compensada pelo esforço das demais.
2. Todos os representantes das unidades acumulam atribuições o que prejudica o gerenciamento e realização das atividades locais.

Encaminhamentos:

1. Realização, em novembro, reunião com todos os representantes locais, para avaliação do desempenho anual e planejamento das ações para o ano de 2015.
2. Inauguração da exposição "A História da Administração Tributária no Brasil" e realização de palestra proferida pelo autor do livro de mesmo nome.
3. Orientação às unidades - realização de reunião com cada titular das unidades que não conseguiram atingir a meta estabelecida para esclarecimento sobre as normas que disciplinam as atividades e sugestões de ações a serem implementadas.
4. Implantação dos Núcleos de Apoio Fiscal - NAF - realização de reunião, em parceria com o CRC, para divulgação do projeto.
5. Fortalecimento do relacionamento

1.14 - Índice de adimplência das obrigações acessórias (IAOA)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Índice de adimplência das obrigações acessórias (IAOA)	97,37	98,00	97,62	Trimestral	$IAOA = \frac{[N^{\circ} \text{ Declarantes}]}{[(N^{\circ} \text{ Declarantes} + N^{\circ} \text{ Omissos})] \times 100}$

Análise de Desempenho

Situação Atual: A meta estipulada para o IADA foi a mesma para todas as Regiões Fiscais, de 98%, e a 7ª RF encerrou o ano com o índice de 97,62%. Apesar de não ter atingido o valor percentual estipulado, ficou muito próximo dele, fato que motivou o Órgão Central a classificar o desempenho regional como positivo (semáforo verde).

Pontos críticos: A medição considera exclusivamente a entrega da DIRPF, não avaliando as demais obrigações acessórias. Desse modo, os dados do 1º e parte do 2º trimestres refletem a omissão de declarações dos anos anteriores. Aguarda-se o início da medição de outras obrigações acessórias (DCTF, DIPJ, DIRF).

1.15 - Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira	113,39	100,00	101,19	Mensal	$\left(\frac{\text{Pontuação realizada no período}}{\text{Pontuação prevista no período}} \right) \times 100, \text{ onde: Pontuação} = (\text{quantidade de operações de pequeno porte} \times 1) + (\text{quantidade de operações de médio porte} \times 2) + (\text{quantidade de operações de grande porte} \times 4)$

Análise de Desempenho:

Situação Atual: Atingimento da meta até o quarto trimestre em 101,19%.

Pontos críticos:

- 1 - Perda de pessoal por aposentadoria, licença médica e remoção para unidade descentralizadas;
- 2 - Média de idade avançada para uma atividade operacional e;
- 3 - Existem dúvidas conceituais dentro da ZP com relação a vigilância e repressão e a obrigatoriedade da caracterização de emissão de OVR.

Encaminhamentos:

- 1 - Aumento da necessidade de PSI nacional para recomposição do quadro de servidores ainda mais deficitário e com média avançada de idade para uma unidade primordialmente operacional e,
- 2 - Continuidade da implementação da reestruturação interna dos serviços da divisão objetivando melhores resultados.

1.16 - Índice de recuperação da cobrança especial (IRC)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de recuperação da cobrança especial (IRC)	Não existia	45,00	42,14	Trimestral	$IRC = [50x(\text{Resultado Financeiro} / \text{Carteira de Trabalho}) + 50x(\text{Medidas Aplicadas}/\text{Medidas Aplicáveis})]$

Análise de Desempenho:

Situação Atual: A meta nacional anual estabelecida para o IRCE foi de 45%. A 7ª Região Fiscal atingiu o percentual de 42,14%, próximo ao nacional de 42,65%.

Pontos críticos: Necessidade de tornar mais efetiva a cobrança do crédito tributário, no sentido de esgotar todos os instrumentos possíveis, no âmbito administrativo, na busca da recuperação do crédito tributário, antes de remetê-lo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Encaminhamentos: Medição dos resultados requer aperfeiçoamento dos critérios de levantamento de contribuintes e a simplificação das formas de aplicação das medidas coercitivas.

1. 17- Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	53,80	52,00	48,50	Anual	$[(\text{Saldo inicial DCOMP} - \text{saldo atual DCOMP}) / (\text{saldo inicial DCOMP})] \times 100$

Análise de Desempenho

Situação Atual: A meta para a 7ª RF para o ano de 2014 era reduzir o estoque em 52%. Reduzimos o estoque em 48,55% dos saldos de compensações pendentes. O motivo do não atingimento da meta ocorreu em virtude da Demac não ter conseguido concluir a análise de 28 Dcomps relativas aos extremos, posto que haviam sinalizado em junho/14, que não poderiam encerrar os trabalhos de 06 Dcomps de PGIM de Pis/Cofins não cumulativo, as quais compõe um conjunto de 144 Dcomp, no qual é pleiteado um direito creditório em torno de R\$ 3,4 bilhões.

Pontos Críticos: Necessidade de revisão da meta dos extremos, posto que somente uma Região conseguiu atingir ao proposto, logo evidencia-se que deve ser realizada uma análise mais aprofundada dos motivos que levaram a esse resultado nas demais Regiões Fiscais. Apesar de superamos a redução de 30% do estoque das demais Dcomps, não atingimos a meta, eis que a Demac não concluiu a análise das 28 Dcomps dos extremos, pois havia 06 que integram um conjunto de 144 Dcomps de PGIM de Pis/Cofins não-cumulativos que estão em análise.

Encaminhamentos: Avaliação dos motivos que impediram a Demac de cumprir 100% do valor extremo estabelecido para a meta de 2014, afim de adoção de medidas que possibilitem o alcance da meta para o ano de 2015.

2.1. Nível de Adequação Imobiliária

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais.	Nível de adequação imobiliária (NAI)	-	74	63	Semestral	{ [(IA1 x 1) + (IA2 x 2) + (IA3 x 3)] / 6} Média ponderada dos índices de adequação imobiliária dos imóveis, com peso 1 para os imóveis com pontuação igual ou superior a 60 (IA1), peso 2 para os imóveis com pontuação inferior a 60 mas superior ou igual a 40 (IA2), e peso 3 para os imóveis com pontuação inferior a 40 (IA3).

Situação Atual: O indicador NAI – Nível de Adequação da Imobiliária da 7ª RF no ano de 2014 ficou 63%, abaixo da meta estabelecida por Brasília. Este índice reflete a situação em que os imóveis ocupados pelas Unidades da RFB se encontram, onde se analisa o aspecto físico estrutural e a qualidade do ambiente de trabalho. Para que o índice melhore, é necessária a realização de algumas intervenções, sejam elas reparos, reformas ou obras mais complexas. A partir desta necessidade e da capacidade laboral de contratar estas intervenções é que se elabora o Plano de Engenharia da RFB, prevendo os recursos necessários para que estas obras ocorram. Em 2014, a Região Fiscal conseguiu empenhar 79,33% dos recursos previstos para o Plano de Engenharia. O reflexo destes empenhos na melhora da condição dos imóveis será percebido quando as intervenções forem concluídas, aí sim, aumentando o nível da adequação imobiliária dos imóveis.

Pontos Críticos: O processo da melhora nas instalações físicas depende de diversos procedimentos, que se iniciam com a licitação e contratação do projeto básico. Posteriormente, segue-se com a elaboração e o recebimento do projeto, a realização da licitação para contratação da obra, sua execução e seu recebimento. Reiteradamente, esse processo demanda um tempo maior que o inicialmente planejado, por motivo de atraso nas entregas de projetos e aprovação nos órgãos oficiais, além de atrasos no próprio andamento da obra. Uma dificuldade adicional é a falta de estrutura e de experiência das Unidades Gestoras na realização de licitações para contratação de projetos, obras, e serviços de engenharia, o que gera uma grande demanda por capacitação sobre o assunto e que demanda tempo para adquirir o conhecimento necessário para conduzir estes processos. Por fim, até 2013 a Receita não recebia em seu quadro funcional engenheiros ou arquitetos, que possuem o conhecimento técnico para auxiliar no processos de contratação, desde o momento da elaboração do Projeto Básico até a Fiscalização da Obra/Reforma/Reparos. Em 2014, foi realizado concurso para este fim, sendo previstas 1(uma) vaga de engenheiro e 2(duas) de arquitetos para toda a Região Fiscal (RJ e ES), sendo que a vaga referente ao engenheiro não teve preenchimento, por falta de interessados.

2.2 - Índice de realização da meta global de arrecadação

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação	100,80	100,00	95,45	Mensal	$\left[\frac{\text{Arrecadação realizada em p no ano X}}{\text{meta de arrecadação em p no ano X}} \right] \times 100$

Análise de Desempenho:

Situação Atual: O índice de realização da meta global de arrecadação até o mês de dezembro de 2014 foi de 95,45% (95,00% fazendária e 96,81% previdenciária). Tomando-se como base a previsão técnica, o índice de realização foi de 98,90% (99,55% fazendária e 97,04% previdenciária).

A arrecadação da 7ª Região Fiscal foi de 182.150 milhões no ano de 2014. Comparada com igual período do ano de 2013, apresentou uma variação nominal de (2,29%) e real de (8,10%).

O não cumprimento da meta está associado:

- ao acréscimo na previsão técnica de valores à rubrica Outras Receitas Administradas com vistas a atender às necessidades de caixa do Governo Federal expressas por meio do Decreto nº 8.290, de 30 de julho de 2014. À previsão técnica de R\$ 188.965 milhões foi adicionado como ajuste o valor de R\$6.668 milhões, resultando numa meta de R\$195.634 milhões para a 7ª RF, no ano de 2014. O valor adicionado como ajuste representou um acréscimo de 3,53% à previsão técnica;
- ao comportamento dos principais indicadores macroeconômicos utilizados na previsão que tiveram valores efetivos abaixo do estimado; e
- à desaceleração da economia e às suas repercussões no faturamento e lucratividade das empresas que se refletiram na redução principalmente dos recolhimentos de IRPJ e CSLL efetuados com base em estimativa mensal.

Pontos Críticos:

- O sistema de previsão - SIPRAR não calcula as médias trimestrais, semestrais e anuais, não permite a emissão de relatórios, nem a simulação;
- não ocorreu, até a presente data, a exportação dos dados relativos à previsão da arrecadação do sistema SIPRAR para o DW Arrecadação; e
- os parâmetros econômicos utilizados na previsão tem sido estimados além do que o cenário econômico aponta.

Encaminhamentos: Revisão da estimativa de previsão da arrecadação, para que, em 2015, reflita o cenário econômico esperado.

2.3 - Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	97,38	100,0	63,51	Trimestral	$[(0,4 \times ILE) + (0,3 \times IEB) + (0,3 \times IPF)]$, onde: ILE = valor arrecadado em leilões; IEB = estoque base; IPF = processos fiscais antigos.

Análise de Desempenho:

Situação Atual: A 7ª RF atingiu 100% da meta de redução de processos antigos, superando, em muito a meta estabelecida para 2014. Conseguimos uma redução de 85,37% processos na conta 130 e de 33,42% na conta 210, o que mostra o empenho das unidades para dar celeridade aos processos nessas contas.

Atingimos 83,78% da meta de leilão, mesmo com o acréscimo de 21,74% sobre o número de leilões realizados em 2013. Foram realizados dois leilões de resíduos, tendo um deles alcançado resultado efetivo.

Não conseguimos alcançar a meta de redução de estoque-base, explicado sobretudo pelo pontos críticos abaixo elencados.

Pontos Críticos: O contingenciamento do Orçamento da RFB impediu a 7ª RF de efetivar 100% das destruições de mercadorias programadas, somente foi executado 60,57% do contrato destruição, o que impactou negativamente na meta de redução de estoque-base, já que diversos processos, com o valor total contábil de R\$ 10.441.694,09, deixaram de ser baixados do CTMA.

No último leilão realizado pela Alfândega do Porto do Rio de Janeiro alguns lotes, devido ao volume e dificuldade de transporte, não foram retirados no exercício de 2014, apesar de terem sido pagos, o que impactou negativamente na meta de redução de estoque-base, já que a baixa contábil de tais lotes representaria o valor de R\$ 17.898.148,26.

Caso o valor de R\$ 1.930.313,00, referente aos lotes pagos não retirados tivessem sido incluídos no resultado da meta de leilões da 7ª RF o percentual realizado desta meta saltaria de 83,78% para 92,14%.

Por força da Portaria RFB 783/2014, que impedia a destinação de mercadorias em ano eleitoral, várias destinações deixaram de ser realizadas, entre elas, diversas obras de arte, que, por força da lei 12840/2013, deveriam ser entregues ao IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus, que por se tratar de uma Autarquia não se enquadrava nos entes que poderiam receber bens da RFB no ano eleitoral. Tal fato teve impacto negativo no resultado da meta de redução do estoque-base, pois R\$ 7.881.500,00, deixaram de ser baixados do CTMA.

A movimentação de 5 processos da conta 120 (pendência judicial) ocorridas nos meses de novembro e dezembro impactou negativamente no resultado da meta de redução do estoque-base, pois no total R\$ 17.396.650,00 passaram a contar para o resultado do estoque.

Encaminhamentos: Estamos aprimorando as rotinas de destinação de mercadorias apreendidas e disseminação dos indicadores para os servidores que trabalham diretamente com a gestão de mercadorias apreendidas nas unidades.

2.4 - Índice de crédito tributário garantido (ICTG)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido (ICTG)	17,00	17,10	12,05	Anual	$ICTG = (\text{Total de Arrolamentos e Medidas Cautelares Fiscais} / \text{CT Passíveis de Garantia}) \times 100$

Análise de Desempenho:

Situação Atual: O percentual alcançado pela 7ª Região Fiscal, no 4º trimestre de 2014 (12,05%), ficou mais de 80% aquém da meta estabelecida (17,10%) para o índice da região. Apesar do crescimento percentual de 188,14% na propositura de Medidas Cautelares Fiscais, em relação ao trimestre anterior, houve um decréscimo de (1,43%) em termos do valor arrolado, comparativamente ao 3º trimestre de 2014. Paralelamente, o valor total dos débitos a serem trabalhados no 2º semestre de 2014 teve um incremento de 8,69% em relação ao primeiro semestre do ano.

Pontos Críticos: Os principais pontos críticos são:

- o procedimento de arrolamento é trabalhoso e, portanto, demanda tempo significativo para a sua execução;
- há dificuldades na obtenção com a PFN das Medidas Cautelares Fiscais deferidas, quer por falta de registro da informação pelo órgão, quer em razão do processo correr com sigilo judicial;
- o novo módulo do sistema Conprovi ainda não apresenta gerencial consolidado com sua versão anterior; e
- a falta de experiência da área de arrecadação das unidades com os procedimentos necessários para a efetivação da garantia do crédito. A maioria dos arrolamentos efetuados na região são originários da fiscalização.

Encaminhamentos:

- Verificação se todos os processos de arrolamento de bens das unidades, registrados no sistema Comprot, estão no sistema Conprovi; e
- Verificação se todos os contribuintes para os quais há registro de arrolamento no Conprovi estão com o valor dos bens arrolados informados no sistema.

2.5 - Índice de solução de consultas

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas	87,90	70,00	54,10	Trimestral	$\frac{\text{(Número acumulado de consultas respondidas pela unidade da RFB até o trimestre / ((acervo inicial nacional de consultas do período analisado que aguardavam solução / 4) \times \text{número do trimestre}) + \text{numero nacional acumulado de consultas recebidas até o trimestre analisado}) \times (\text{número total de auditores lotados nas Regiões Fiscais / número de auditores lotados na unidade da RFB})}{100}$

Análise de Desempenho:

Situação Atual: Atualmente há 14 auditores-fiscais responsáveis por elaborar minutas de soluções de consultas. Meta anual: 0,70. O índice de Solução de Consultas obtido pela Divisão de Tributação da SRRF07 no quarto trimestre de 2014 foi de 0,5410 (54,10%), abaixo da meta nacional do trimestre alcançada, que foi de 0,60 (60,00%). Foi introduzida no cálculo do índice a variável de lotação relativa de AFRFB na Região Fiscal, em relação ao número de AFRFB de toda a RFB. Além disso, dada a mudança na sistemática da solução de consulta externa (Portaria RFB nº 1.098, de 8 de agosto de 2013 e a IN RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013), há dificuldade em se alcançar as metas (60,00% e 70,00%), pois com a distribuição centralizada na Cosit (GT-Triagem) recebemos mais consultas do que teríamos capacidade de trabalhar, conforme podemos exemplificar pelos números dos últimos três anos: 2012 – entradas: 286, saídas: 283; 2013 – entradas: 247, saídas: 304; 2014 – entradas: 376, saídas: 317.

Pontos Críticos: Quarenta por cento do contingente de auditores-fiscais com tempo para se aposentar. Baixa atratividade à atividade de tributação. Exigência de perfil e experiência na RFB, a partir de vivência nas unidades. Poucos auditores-fiscais com conhecimento de legislações específicas e experiência em determinados assuntos, como por exemplo: IPI, legislação previdenciária, legislação aduaneira, classificação de serviços e intangíveis na NBS-NEBS e Siscoserv.

Encaminhamentos: Promover a entrada de auditores-fiscais na Divisão de Tributação, à medida que haja saída. Promover treinamentos específicos referentes à legislação dos assuntos que sejam objetos do maior número de consultas.

3.1 - Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas	98,28	100,0	35,20	Trimestral	$[(ITU \times 0,30) + (IUU \times 0,30) + (IRS \times 0,20) + (ILO \times 0,20)] \times 100.$

Situação Atual: A situação por tipo de equipamento e/ou serviço é a seguinte:

- Tablets distribuídos – 92 (47,92%);
- Ultrabooks – 19 (13,38%);
- Pontos de acesso a rede sem fio – 77 (53,85%);
- Licenças de MSOffice 2013 instaladas – 170 (30,20%).

Pontos Críticos: A demora na distribuição de Tablets e Ultrabooks é devida à burocracia para receber e patrimoniar os novos equipamentos. A instalação das licenças do MSOffice depende da definição das estações por parte da chefia das áreas contempladas. Outra causa para os baixos resultados do NAF é a concorrência de prioridades.

Encaminhamentos: Necessidade de adoção de providências que acelerem o tombamento patrimonial referente às compras efetuadas pelo Órgão Central, o que possibilitará a instalação dos equipamentos mais rapidamente.

3.2 - Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos	71,92	100,0	46,57	Trimestral	$(0,4 \times \text{VALOR.MP}) + \{0,6 \times [(0,6 \times \text{VALOR.OBRAS}) + (0,4 \times \text{QTDE.OBRAS})]\}$ VALOR.MP: Valor Materiais Permanetes; VALOR.OBRAS: Valor de Obras/Serviços; QTDE.OBRAS: Quantidade de Obras/Serviços.

Análise de Desempenho:

Situação Atual:

O cálculo do indicador de investimento é composto por:

- 40% Reaparelhamento (valores empenhados em TI e demais materiais permanentes);
- 60% Plano de Engenharia (60% dos valores empenhados + 40% do número de obras/serviços).

Teto de Investimentos para fins de apuração da meta:	Valores	%meta
Teto para Reparelhamento (TI e materiais permanentes):	R\$ 1.500.000,00	100
Teto Investimentos do Plano de Engenharia:	R\$ 22.775.032,75	100
Total de obras/serviços:	26	<u>100</u>
		100

Execução de investimento em 2014:	Valores	%meta
Execução do Reparelhamento (TI e materiais permanentes):	R\$ 463.937,79	12,37
Execução dos Investimentos do Plano de Engenharia:	R\$ 12.877.162,97	20,35
Número de obras/serviços executados:	15	<u>13,85</u>
		46,57

Pontos Críticos: O teto de reparlamento da Região teve baixa execução em razão do contingenciamento sofrido em 2014. Em abril, o nosso teto foi cortado em 70%, e passou de R\$ 1.500.000,00 para R\$ 450.000,00. O descontingenciamento só ocorreu em novembro, quando já não havia tempo hábil para realizar as aquisições.

Em relação ao Plano de Engenharia, esse sofre alteração ao longo do ano, possibilitando que a Região solicite inclusões ou exclusões de iniciativas durante as 3 (três) janelas previstas para alteração (abr/jun/out). Com estas alterações, analisamos se as Unidades terão ou não condições de finalizarem as licitações, seja por questão de tempo ou de capacidade laboral, seja por questões externas, como a de liberação de autorizações por outros Órgãos, análises da procuradoria, dificuldades na elaboração de orçamento, etc. Na última alteração, decidimos por manter no Plano as licitações das agências modelos que estavam bem encaminhadas e que tinham grande chance de serem concluídas. Entretanto, houve um atraso no recebimento dos projetos das Agências de Barra do Pirai e Resende, ocasionado por alguns pontos de divergência sobre questões técnicas entre a empresa autora dos projetos e a empresa contratada para a fiscalização. Com isto, as licitações das obras destas agências não pode ser publicada, o que acarretou em não empenharmos o valor de R\$ 5.963.800,00.

Além deste valor não empenhado, também não foram empenhados R\$ 1.000.000,00, referentes à Obra Destacada do Rio de Janeiro, que está sob condução da SAMF/RJ, para a qual não temos gestão alguma. Já solicitamos que este valor não conste no nosso indicador, mas este pedido ainda não foi acatado.

Cabe ressaltar, que alguns processos não foram finalizados no tempo estimado também em razão de que os processos licitatórios de serviços e obras de engenharia são complexos e não dependem exclusivamente da ação da RFB, pois demandam de um tempo maior que o inicialmente planejado, por motivo de atraso nas entregas de projetos e aprovação nos órgãos oficiais, além de atrasos no próprio andamento da obra. Uma dificuldade adicional é a falta de estrutura e de experiência das Unidades Gestoras na realização de licitações para contratação de projetos, obras, e serviços de engenharia, o que gera uma grande demanda por capacitação sobre o assunto e que demanda tempo para adquirir o conhecimento necessário para conduzir esses procedimentos.

A execução geral das despesas de investimento alcançou 46,57% da meta.

Encaminhamentos: Em 2014, passamos a acompanhar mais de perto as ações cadastradas pelas Unidades no Plano de Engenharia, revisando os pedidos e questionando os Gestores sobre a capacidade laboral da equipe em conseguir realizar uma licitação no tempo por ela previsto. Com isto, retiramos algumas ações que, em uma análise preliminar, já entendíamos que não teriam condições de serem executadas. Além disso, a Seção de Engenharia da SRRF07 passou a dar um suporte maior para as Unidades, orientando e auxiliando em algumas atividades. Estamos longe de um modelo ideal, principalmente pela carência de servidores que atuem nesta área, pois até 2013 a RFB não recebia em seu quadro funcional engenheiros ou arquitetos, que possuem o conhecimento

técnico para auxiliar nos processos de contratação, desde o momento da elaboração do Projeto Básico até a Fiscalização da Obra/Reforma/Reparos. Em 2014, foi realizado concurso para este fim, sendo previstas 1(uma) vaga de engenheiro e 2(duas) de arquitetos para toda a Região Fiscal (RJ e ES), sendo que a vaga de engenharia não foi preenchida, por ausência de interessados.

3.3 - Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário (ITMP)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de Temporalidade Média de Crédito Tributário (ITMP)	Não existia	961,00	1.479,00	Trimestral	$ITMP = \frac{\text{Tempo de Existência dos Processos em Estoque}}{\text{Quantidade de Processos em Estoque}}$

Análise de Desempenho:

Situação atual: O ITMP é o Indicador que mede a temporalidade média dos processos digitais localizados nas Unidades Locais e nas Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF). Para o cálculo desse Indicador não são recuperados os dossiês (ou seja, não se incluem os processos com crédito tributário), os processos cancelados, excluídos, encerrados e arquivados, os cadastrados no grupo “Administrativo/Judicial” e aqueles localizados em “área meio” (logística, gestão de pessoas e tecnologia).

A meta de 2014 foi baseada na temporalidade de dezembro de 2013 e, de forma proporcional, ao longo dos trimestres, deveria haver uma redução de 15% (quinze por cento) desse tempo médio em relação à situação em dezembro de 2013.

Em 2014, verificou-se que, apesar de a meta buscar uma diminuição sistemática desse estoque de processos digitais, os resultados mostraram seu aumento em todos os trimestres, tanto em relação aos desempenhos regionais, quanto ao nacional. Dois fatores podem ter feito esse resultado ocorrer:

- a) Em várias Regiões ainda está havendo a digitalização de processos em papel para se transformarem em processos digitais. Como se referem a processos antigos, esse procedimento faz com que o tempo médio aumente;
- b) Apesar das várias exclusões para o cálculo desse Indicador, ainda há alguns tipos processos que são computados e desvirtuam o tempo total mensurado, são exemplos: processos de parcelamento, processos cujo crédito tributário esteja sendo litigado judicialmente, bem como processos referentes a Mandados de Segurança. Esses processos ficam, efetivamente, nas unidades da RFB, mas não dependem da atuação sistemática da RFB em termos de cobrança (a não ser que saiam dessas situações), uma vez que apenas aguardam a respectiva resolução.

Encaminhamentos: Está prevista, para março de 2015, a homologação do DW-Processo, o que possibilitará uma melhora substancial neste Indicador e que passará a mensurar o estoque por situação, viabilizando, inclusive, a correta identificação de possíveis "gargalos".

4.1 - Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	72,00	86,00	96,24	Mensal	$[(\text{Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos}) / (\text{quantidade de atendimento presencial})] \times 100$

Análise de Desempenho:

Situação Atual: A RF alcançou os resultados seguintes no último trimestre do ano, tendo ultrapassado a meta nos meses de outubro e novembro.

- outubro - 95,56%
- novembro - 94,28%
- dezembro - 79,62% - nenhuma RF conseguiu atingir a meta no mês de dezembro. O Resultado da SRFF07 corresponde ao 2º lugar.

Pontos Críticos: As unidades abaixo discriminada não conseguiram atingir a meta nos meses indicados:

- outubro - DRF RJO I e DRF RJO II
- novembro - DRF RJO II e DRF Vitória
- dezembro - DRF Rio de Janeiro II e DRF Vitória

Encaminhamentos: A Divic elabora, mensalmente, Relatório Gerencial discriminando o resultado, por unidade de atendimento, no qual é feito um diagnóstico detalhado do atendimento, incluindo não só este indicador como outras variáveis tais como demanda reprimida, aproveitamento dos atendentes e não comparecimento ao atendimento. Já foi incluído no planejamento das ações de capacitação, um Workshop sobre o Sistema de Gerenciamento de Atendimento, a ser realizado no primeiro trimestre de 2015. O trabalho será desenvolvido nas Delegacias, com participação dos chefes e atendentes e objetiva aprimorar a utilização do sistema.

4.2 – Tempo bruto consolidado do despacho de exportação (TBC)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Tempo bruto consolidado do despacho de exportação (TBC)	Não existia	0,10	0,07	Mensal	$TBC = \text{Tempo Bruto primeira Recepção} / \text{Desembarço (Segundos)} / (60 \times 60 \times 24) \times \text{Qtde. Ev. Desembarço da DE}$

Análise de Desempenho

Situação Atual: Apesar de ser um indicador mensal, é interessante observar que no consolidado de 2014, a meta foi cumprida. Percebe-se que houve uma melhoria significativa após o 2º semestre haja vista que o primeiro semestre apresentou consolidado de 0,11 dia e o 2º semestre 0,05 dia. A região concentra muitas admissões temporárias e conseqüentemente há muita reexportação que implica em parametrização em canal laranja/vermelho.

Pontos críticos: Não há.

Encaminhamentos: Não há.

Observações: Em dezembro, houve a implantação do piloto do Siscomex Web Exportação no Aeroporto Internacional do Galeão. Neste primeiro mês, não houve impacto no tempo bruto da unidade (consolidado de 0,02 dia), pois menos de 20 DEs foram declaradas via sistema WEB. Destaca-se que como se trata de tempo bruto, este indicador considera também a inércia do exportador em atender as exigências. Além de não refletir o resultado da administração, este fato acaba impactando unidades com baixo número de DDE's. DW Arcomex não permite extração por recinto, o que prejudica o tratamento do indicador em unidades com muitos recintos.

4.3 - Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)	103,80	100,00	157,80	Anual	(Índice de Presença Fiscal Aduaneiro IPFA x 0,25) + (Índice de Crédito Tributário Aduaneiro ICTA x 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneiro IDFA x 0,70)

Análise de Desempenho:

Situação Atual: A região fiscal ultrapassou e muito a meta, obtendo resultado de 157,8 %. Individualmente, os indicadores atingiram a meta do índice global. IDFA cumpriu meta tanto nas FAs quanto nos PECs. O IPFA foi o responsável pelo excelente resultado do indicador no ano haja vista que a RF07 mantém um número de FA historicamente alto. Houve uma queda no ICTA em relação ao ano passado, mas a região atingiu 98,5% da meta.

Pontos críticos: IDFA. Apesar de ter havido aumento no número de fiscalizações, com a alteração da Revisão das Horas-Padrão das Operações 11.112 (interposição no adquirente) que antes tinham 200h passaram a 100h e as do grupo Revisão Aduaneira (exceto valoração) passaram de 100h para 90h, houve queda na pontuação da região. Essas ações corresponderam à cerca de 70% do total de ações de FA.

Encaminhamentos: Estão agendadas reuniões da RF07 com a DIFIA para tentar demonstrar que diversas fiscalizações destas operações demandam bastante trabalho da fiscalização e não são exceção, o que justificaria a manutenção da hora-padrão anterior. Outra demanda junto ao órgão central é em relação aos PECs encerrados com arbitramento de base de cálculo com recolhimento

por parte do importador. Por se tratar de ação no curso do despacho, sem processo administrativo, não é possível encerrar o RPF com resultado. Vários PECs foram encerrados sem resultado mas com recolhimentos vultosos, o que acaba distorcendo o desempenho das unidades de zona primária. Observações: Como o IPFA da região está muito elevado, a região tem procurado realizar fiscalizações com quebra de jurisdição de modo a melhorar os demais indicadores - IDFA e ICTA.

4.4 - Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	406,47	32,97	74,04	Anual	Somatório dos valores apreendidos e dos créditos tributários lançados no mês, provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

Análise de Desempenho:

Situação Atual: Atingimento de 224,26% da meta anual até o quarto trimestre. A inclusão de 02 veículos de elevado valor (helicópteros) - R\$ 19.250.426,96, em maio, em Vitória/ES, provocou distorção no índice.

Pontos críticos:

- 1 - Distorções provocadas pela inclusão de bens de elevado valor no atingimento da meta (até o segundo trimestre) e
- 2 - Ainda existem dúvidas conceituais dentro da ZP com relação a vigilância e repressão e a obrigatoriedade da caracterização de emissão de OVR.

Encaminhamentos: Continuidade da implementação de mudança interna dos serviços da divisão objetivando melhores resultados.

Observações:

- 1 - Capacitação de 100% da equipe de operações náutica junto à Marinha do Brasil;
- 2 - Ênfase na capacitação dos servidores objetivando melhoria na qualidade dos resultados (também para o ano de 2015) e
- 3 - Destaca-se a participação das Alfândegas de Vitória com 45,90% do total e do Porto de Itaguaí com 27,37% do total.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 7ª REGIÃO
FISCAL – SRRF07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 5: Gestão de Fundos do Contexto da Atuação da Unidade
(itens 64 e 65 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 – Conteúdo específico)

O item “Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade” não é tratado neste Relatório de Gestão, pois esta Unidade não é gestora de fundos de aval, de fundos garantidores de crédito ou de fundos de investimento.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 7ª REGIÃO
FISCAL – SRRF07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 6: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira
(Item 6, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O subitem antes apresentado como “**6.7 - Renúncias sob a Gestão da UJ**” não será utilizado no Relatório de Gestão das Superintendências pois esta UJ não é órgão gestor de nenhuma renúncia tributária, não cabendo, portanto, a prestação de informações relacionadas a este Subitem. Alguns quadros deste Subitem serão apresentados no Relatório de Gestão do Órgão Central.

6.1 - Demonstração da Execução das Despesas

Em 2014, a execução orçamentária da Região não sofreu alterações significativas em relação ao exercício anterior, no que diz respeito às modalidades licitatórias existentes. No total das contratações de 2013, o pregão foi utilizado 68,76% e em 2014, 69,92%. Em relação às contratações diretas, o percentual de dispensas e inexigibilidades contratadas comparadas com o valor total contratado também teve pouca alteração, 22,46% em 2013 e 23,43% em 2014. Portanto, não houve alteração significativa no perfil dos objetos contratados, destacando-se a utilização do pregão, que tem maior impacto em razão da possibilidade de seu uso para os casos comuns, restando a utilização das demais modalidades de contratação para situações específicas.

Em relação às despesas correntes, a Região Fiscal executa despesas tanto de interesse regional, com teto e alçada regional, quanto de interesse do Órgão Central, onde não temos gestão de decisão sobre necessidades ou não de ajustes contratuais, a diretriz vem toda do Órgão Central. Nestas despesas são executadas despesas para manutenção da Unidade (alçada regional), despesas de contratos de interesse nacional e com recursos do Órgão central (como por exemplo, vinculadas à iniciativa estratégica das atividades náuticas e cães de faro), despesas com deslocamentos regionais e nacionais e capacitação regional e nacional.

Em abril de 2014, a RFB sofreu um forte contingenciamento, que acarretou num corte orçamentário nas despesas de custeio regional no valor de R\$ 5.338.933,67. Além do corte das despesas de custeio para manutenção da Unidade, sofremos cortes na área de capacitação e nos recursos de investimentos. Com este cenário, a Região tomou algumas medidas necessárias para que conseguisse suportar o orçamento até o final do exercício. Dentre as principais medidas, efetuamos um corte nas despesas com deslocamentos e em alguns contratos de terceirização. No final do ano, ao compararmos o valor executado com o valor possível de ser disponibilizado (Teto de Custeio acrescido do valor vinculado ao atingimento das metas), tivemos uma redução de 4,7%. Entretanto, considerando que o valor executado em 2014 foi inferior ao valor executado em 2013 (redução de 3,63%) e, que no decorrer do exercício ocorreram reajustes nos contratos em razão de convenções coletivas ou atualização monetária, esta redução acaba sendo maior. A cada exercício o contingenciamento vem fazendo com que tenhamos que rever todos os nossos contratos, muitas vezes efetuando cortes que põem em risco o patrimônio público, com por exemplo, cortes em despesas de vigilância.

EXERCÍCIO 2013 - execução de Custeio Regional R\$ 52.998.582,24

EXERCÍCIO 2014 - execução de Custeio Regional R\$ 51.074.789,70

- Teto disponível no início do exercício despesas de custeio (acrescido da parcela vinculada ao atingimento de metas): R\$ 53.595.500,00
- Teto despesas gerais de custeio (contingenciado): R\$ 45.996.967,03
- Teto despesas gerais de custeio (liberado após o contingenciado e análise das metas): R\$ 51.075.561,55

A execução das diárias e passagens regionais para deslocamentos da fiscalização e administração da Unidade, sofreu reduções comparada ao valor executado em 2013, fruto da diretriz regional de redução de despesas. Entretanto, no geral tivemos aumento da execução de diárias, mas ocasionada pelos deslocamentos nacionais, que são oriundos de Convocações do Órgão Central, que controla e administra seus tetos para este fim, a região somente executa os valores no siafi. No ano de 2014, o Rio de Janeiro foi uma das sedes da Copa do Mundo, com isto, foi necessário o reforço de servidores de outras Unidades da 7ª RF e outras Regiões, para compor

equipes aduaneiras que receberam diárias aumentadas, no período do evento, por força de legislação. Os recursos para a Copa vieram do Órgão Central.

- Valor executado diárias e passagens (Planos Internos Regionais) em 2013: R\$ 477.401,03
- Valor executado diárias e passagens (Planos Internos Regionais) em 2014: R\$ 380.684,38

Quanto às despesas de capital, no que se refere às obras e instalações, o valor de maior impacto refere-se à Obra Destacada de Vitória, onde foram empenhados R\$ 9.310.002,19 em 2014. Para esta obra, também foi necessária a contratação dos serviços de assessoria à fiscalização, contratados como serviços de consultoria, no valor de R\$ 1.689.997,81.

Quanto aos equipamentos permanentes, dos R\$ 2.020.715,72 empenhados, somente R\$ 463.937,79 foram aquisições feitas a partir de processos licitatórios regionais, a diferença está nas aquisições feitas de maneira centralizada, a partir do PNA - Plano Nacional de Aquisições, onde uma determinada região realizou a aquisição e as demais entram como Órgãos Participantes. A aquisição de maior volume em 2014 foi a de mobiliário, onde a 8ª RF conduziu a licitação e a 7ª RF empenhou o valor de R\$ 1.010.862,22. Outros itens foram adquiridos através do PNA, tais como: fragmentadoras, radiocomunicadores, projetores e televisores.

Com relação aos créditos de investimento para aquisição de materiais permanentes, o contingenciamento prejudicou muito a Região Fiscal, que inicialmente tinha um teto de R\$ 1.500.000,00, mas que após o corte passou a ter R\$ 450.000,00. Como o descontingenciamento só ocorreu a partir de novembro e não é possível realizar um procedimento licitatório sem prévia disponibilidade de recursos orçamentários, não conseguimos empenhar a totalidade dos valores, empenhando apenas R\$ 463.937,79.

EXERCÍCIO 2014 despesas de capital

- Valor empenhado de equipamentos de materiais permanentes - Regional: R\$ 463.937,79
- Valor empenhado de equipamentos de materiais permanentes - PNA: R\$ 1.556.777,93
- Valor empenhado em obras e instalações - Obras destacada de Vitória: R\$ 9.310.002,19
- Valor empenhado em obras e instalações - Outras obras da região constantes do Plano de Engenharia da 7ª RF: R\$ 1.877.162,91
- Valor empenhado em serviços de consultoria - Assessoria à fiscalização da Obra de Vitória - R\$ 1.689.997,81

Quadro 9 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	170010	170116	25103.04.331.2110.2011.0001			323,00
Recebidos	170010	170116	25103.04.125.2110.20VF.0001			266.481,55
Recebidos	170010	170116	25103.04.125.2110.20VF.0001			2.770.470,20
Recebidos	170010	170116	25103.04.129.2110.2238.0001			249.219,94
Recebidos	170010	170116	25103.04.122.2110.2000.0001			50.297.961,17
Recebidos	170010	170116	25103.04.125.2110.2237.0001			4.255.909,58
Recebidos	170010	170116	25103.04.125.2110.20VF.0001			622.861,06

Recebidos	170010	170116	25103.04.125.2110.20VF.0001			446.885,00
Recebidos	170010	170116	25103.04.125.2110.20VF.0001			527.871,64
Recebidos	170010	170116	25103.04.331.2110.00M1.0001			97.329,63
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	170010	170116	25103.04.125.2110.20VF.0001	1.877.162,97		
Recebidos	170010	170116	25103.04.125.2110.20VF.0001	1.840.363,85		
Recebidos	170010	170116	25103.04.122.2110.148H.0032	11.000.000,00		
Recebidos	170010	170116	25103.04.125.2110.20VF.0001	357.454,87		
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Quadro 10 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	37.920.990,99	35.082.647,97	37.863.865,65	34.865.437,53
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	37.920.990,99	35.082.647,97	37.863.865,65	34.865.437,53
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	8.886.782,03	7.880.448,78	8.867.057,88	7.770.331,68
h) Dispensa	7.452.637,87	6.434.562,17	7.442.877,87	6.339.963,59
i) Inexigibilidade	1.434.144,16	1.445.886,61	1.424.180,01	1.430.368,09
3. Regime de Execução Especial	53.178,82	62.164,47	53.178,82	62.164,47
j) Suprimento de Fundos	53.178,82	62.164,47	53.178,82	62.164,47
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.512.271,81	2.211.660,05	2.512.271,81	2.210.069,01
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	2.512.271,81	2.211.660,05	2.512.271,81	2.210.069,01
5. Outros	3.099.191,52	5.785.130,01	3.094.420,33	5.754.168,55
6. Total (1+2+3+4+5)	52.472.415,17	51.022.051,28	52.390.794,49	50.662.171,24

Quadro 11 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	57.922.721,54	57.179.337,17	51.266.457,73	50.770.510,07	6.656.263,81	6.408.827,10	51.213.597,05	50.472.135,73
37 - Locação de Mão-de-obra	26.948.098,06	25.590.865,22	23.883.060,50	22.092.272,93	3.065.037,56	3.498.592,29	23.863.853,89	22.056.740,87
39 – Outros.Serv.Pes.Jurídica	23.780.811,13	22.052.334,54	20.616.455,96	19.726.578,96	3.164.355,17	2.325.755,58	20.583.201,89	19.536.041,38
14 - Diárias - Pessoal Civil	2.500.387,31	2.200.947,22	2.500.387,31	2.200.947,22	0,00	0,00	2.500.387,31	2.199.356,18
Demais elementos do grupo	4.693.425,04	7.335.190,19	4.266.553,96	6.750.710,96	426.871,08	584.479,23	4.266.153,96	6.679.997,30
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4 – Investimentos	15.074.981,69	12.448.256,12	1.205.957,44	251.541,21	13.869.024,25	12.196.714,91	1.177.197,44	190.035,51
51 – Obras e Instalações	11.187.165,16	10.417.623,88	703.440,81	28.091,81	10.483.724,35	10.389.532,07	703.440,81	28.091,81
52 – Equip.Material Permanente	2.020.715,72	2.020.604,58	211.034,01	214.722,74	1.809.681,71	1.805.881,84	182.274,01	161.244,04
35 - Serviços de Consultoria	1.689.997,81	0,00	291.482,62	0,00	1.398.515,19	0,00	291.482,62	0,00
Demais elementos do grupo	177.103,00	10.027,66	0,00	8.726,66	177.103,00	1.301,00	0,00	699,66
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6.2 - Informações sobre despesas com ações de publicidade e propaganda

Em relação aos valores executados com despesas de publicidade e propaganda, a região Fiscal utiliza o contrato com a EBC - Empresa Brasileira de Comunicação para fins de publicação legal e não institucional, ou seja, para publicar atos referentes às licitações e leilões. Quanto aos valores executados, nós não temos gerência sobre eles, tendo em vista que a EBC é uma empresa do governo criada para este fim, qual seja, o de negociar os preços com as empresas de publicidade e propaganda.

Quadro 12 - DESPESAS COM PUBLICIDADE

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	2110/2000	-	-
Legal	2110/2000	103.195,04	81.213,05
Mercadológica	2110/2000	-	-
Utilidade pública	2110/2000	-	-

6.3 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve registro de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício financeiro de 2014.

6.4 - Demonstração da Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Em relação aos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, informamos que a maior parte dos valores de saldo a pagar referem-se à Obra Destacada da DRF/Vitória, que foi parte empenhada em 2013 e, que por atrasos no andamento da obra, não permitiram seu pagamento na totalidade do valor empenhado. A DRF/Vitória, como vem recebendo a cada ano um valor para empenho, que é calculado de acordo com o cronograma da obra, vem liquidando os valores mais antigos primeiro, ou seja, liquida o empenho de 2013, depois 2014 e sucessivamente. O saldo de restos a pagar em 31/12/2014 referente a esta obra somam o valor de R\$ 2.847.416,23,

Quanto ao saldo a pagar de 2012, no valor de R\$ 16.553,73, refere-se à uma contratação de terceirização da DEMAC, onde a empresa abandonou o contrato e a Unidade está trabalhando com a Advocacia Geral da União para que o crédito seja depositado judicialmente e possa garantir o pagamento de funcionários.

Quadro 13 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	18.605.542,01	13.464.188,05	1.427.921,26	3.713.432,70
2012	457.264,30	7.980,52	432.730,05	16.553,73
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	359.880,04	356.506,74	3.373,30	0,00
2012	57.577,80	17.828,68	39.749,12	0,00
2011	5.732,06	0,00	5.732,06	0,00

6.5 - Informações sobre Transferências de Recursos mediante Convênio, Contrato de Repasse

A UJ e UGs a ela relacionadas não participaram de nenhum dos instrumentos formais de parceria em que houvesse transferência de recursos públicos entre os entes, razão pela qual os quadros associados a este subitem não estão apresentados neste Relatório de Gestão.

6.5.1 - Alimentação SIASG e SICONV

Quadro 64 - DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Márcia Rita Coluchi Cavalcante, CPF nº 726.099.587-49, Chefe da Divisão de Programação e Logística, exercido na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade e todas de sua estrutura estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores, exceto no tocante a:

- UG 170118: Termo de Cessão ALF/RJO nº 05/2010 – Cessão Onerosa de Área ao Banco do Brasil que, por não gerar despesa, mas sim receita (a contrapartida e o rateio de despesas são pagos pelo Cessionário à União) não tem registro no SICONV, que registra apenas despesas públicas.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2015.

Márcia Rita Coluchi Cavalcante
CPF 726.099.587-49
Chefe da Divisão de Programação e Logística
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal

6.6 - Informações sobre Suprimento de Fundos

Nas Unidades da 7ª Região Fiscal, a diminuição do uso do CPGF em 2014, cerca de 14,5% menor que em 2013, diminuição essa progressiva ao longo dos exercícios, continua refletindo a consolidação do uso deste instrumento apenas para os casos em que situações inesperadas, ocasionais e de pequeno vulto ocorrem, demonstrando um amadurecimento dos gestores da Região quanto ao uso do instrumento suprimento de fundos.

Da análise das informações abaixo, verifica-se que a maior parte de nossas Unidades vêm diminuindo consideravelmente a utilização deste recurso, exceção feita para a ALF/Vitória e a ALF/Rio de Janeiro.

Para aquisições com o CPGF são verificadas as seguintes condições: não existência dos materiais no Almoxarifado, se os materiais não podem ser adquiridos de outra forma, se a classificação das despesas está correta e é legalmente possível e se os limites de gastos por classificação estão sendo respeitados. Ao final do período de utilização, são analisadas as prestações de contas de cada concessão de Suprimento de Fundos.

Quadro 14 - CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	170116	SRRR07	0	0	02	16.000,00	8.000,00
2013			0	0	02	16.000,00	8.000,00
2012			0	0	03	24.000,00	8.000,00
2014	170102	ALF/VIT	0	0	02	36.000,00	18.000,00
2013			0	0	02	36.000,00	18.000,00
2012			0	0	02	36.000,00	18.000,00
2014	170103	DRF/VIT	0	0	07	12.600,00	1.800,00
2013			0	0	10	18.100,00	2.500,00
2012			0	0	08	14.400,00	1.800,00
2014	170118	ALF/RJO	0	0	01	5.000,00	5.000,00
2013			0	0	02	4.000,00	8.000,00
2012			0	0	02	4.000,00	8.000,00
2014	170119	DRF/VRA	0	0	03	9.870,32	4.000,00
2013			0	0	06	19.156,10	4.000,00
2012			0	0	04	8.000,00	4.000,00
2014	170120	DRF/CGZ	0	0	03	11.000,00	4.000,00
2013			0	0	04	14.000,00	6.000,00
2012			0	0	00	-	-
2014	170121	DRF/NIT	0	0	05	24.000,00	6.000,00
2013			0	0	08	37.000,00	8.000,00
2012			0	0	09	40.000,00	8.000,00
2014	170122	DRF/NIU	0	0	05	10.528,85	5.000,00
2013			0	0	09	13.385,22	6.000,00
2012			0	0	06	13.711,94	4.800,00
2014	170125	ALF/GIG	0	0	01	2.000,00	2.000,00
2013			0	0	02	2.000,00	1.000,00
2012			0	0	02	2.000,00	1.000,00
2014	170386	DRF/MCE	0	0	01	4.000,00	4.000,00
2013			0	0	01	4.000,00	4.000,00
2012			0	0	02	8.000,00	4.000,00

Fonte: SIAFI (AS UG'S 170257, 170258, 170316, 170317 e 170383 não utilizaram suprimento de fundos nos exercícios de 2012 a 2014)

Quadro 15 - UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	170116	SRRF07	-	-	-	-	2.738,08	2.738,08
2013	170116	SRRF07	-	-	-	-	2.287,97	2.287,97
2014	170102	ALF/VIT	-	-	06	1.178,47	18.139,57	19.317,57
2013	170102	ALF/VIT	-	-	02	430,00	14.193,17	14.623,17
2014	170103	DRF/VIT	-	-	-	-	3.076,55	3.076,55
2013	170103	DRF/VIT	-	-	01	480,00	4.330,54	4.810,54
2014	170118	ALF/RJO	-	-	-	-	3.718,72	3.718,72
2013	170118	ALF/RJO	-	-	-	-	2.826,94	2.826,94
2014	170119	DRF/VRA	-	-	-	-	5.130,11	5.130,11
2013	170119	DRF/VRA	-	-	-	-	6.437,14	6.437,14
2014	170120	DRF/CGZ	-	-	-	-	4.020,80	4.020,80
2013	170120	DRF/CGZ	-	-	-	-	4.096,59	4.096,59
2014	170121	DRF/NIT	-	-	-	-	4.290,36	4.290,36
2013	170121	DRF/NIT	-	-	-	-	11.249,29	11.249,29
2014	170122	DRF/NIU	-	-	-	-	10.528,85	10.528,85
2013	170122	DRF/NIU	-	-	-	-	13.385,22	13.385,22
2014	170125	ALF/GIG	-	-	-	-	0,00	0,00
2013	170125	ALF/GIG	-	-	-	-	470,00	470,00
2014	170386	DRF/MCE	-	-	-	-	414,00	414,00
2013	170386	DRF/MCE	-	-	-	-	2.110,00	2.110,00

Fonte: SIAFI (AS UG'S 170257, 170258, 170316, 170317 e 170383 não utilizaram suprimento de fundos nos exercícios de 2013 e 2014)

Quadro 16 - CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170102	ALF/VIT	339030	01	1.650,74
			03	19,00
			07	26,90
			16	998,94
			17	119,00
			18	1.648,94
			19	581,00
			21	49,98
			22	15,67
			23	669,00
			24	1.162,53

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
			25	12,00
			26	475,72
			28	407,00
			29	95,40
			30	269,80
			39	3.434,65
			42	109,20
			44	540,00
		339033	08	138,90
		339039	16	1.346,50
			17	545,00
			19	3.876,70
			26	240,00
			47	154,00
83	593,50			
84	137,50			
170103	DRF/VIT	339030	16	24,90
			17	747,00
			24	758,50
			25	334,11
			26	484,00
			28	70,00
			29	79,00
			42	14,20
		339039	20	67,00
		59	85,00	
170116	SRRF07	339030	16	87,40
			17	1.692,86
			21	193,72
			22	45,00
			26	699,20
			29	19,90
170118	ALF/RJO	339030	16	792,00
			17	229,00
			21	790,72
			24	700,00
		339039	39	640,00
			59	567,00
170119	DRF/VRA	339030	01	81,69
			04	84,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto				
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total		
			16	769,40		
			17	92,90		
			21	845,25		
			22	136,11		
			24	766,23		
			26	26,00		
			39	380,03		
			44	274,80		
		339039	17	90,00		
		19	1.583,70			
		170120	DRF/CGZ	339030	16	352,95
					17	275,00
					24	817,50
					25	750,00
26	53,50					
28	225,00					
39	809,80					
44	127,00					
339039	16			180,00		
17	253,00					
19	340,00					
170121	DRF/NIT			339030	01	232,00
					16	99,00
					17	251,00
		21	70,70			
		22	9,80			
		24	202,51			
		26	446,73			
		28	41,39			
		39	172,89			
		42	92,99			
		339039	16	580,00		
		17	180,00			
		19	170,00			
		59	60,00			
63	878,40					
99	803,00					
170122	DRF/NIU	339030	01	866,39		
			07	199,20		
			15	1.750,90		

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
			16	80,00
			20	338,05
			21	778,56
			22	178,29
			24	1.823,91
			25	150,00
			26	661,10
			27	60,00
			28	100,00
			39	609,00
			42	32,25
			50	144,00
17	1.250,00			
19	1.207,20			
170386	DRF/MCE	339030	01	240,00
			22	20,00
			28	144,00
		339039	19	10,00

Fonte: SIAFI (AS UG'S 170125, 170257, 170258, 170316, 170317 e 170383 não utilizaram suprimento de fundos no exercício de 2014)

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 7ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 7: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados
(Item 7, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU Nº 134/2013)

7.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Introdução

Na Receita Federal do Brasil, a gestão de pessoas é realizada pelas Regiões Fiscais e pela Unidade Central sob coordenação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor). Compete à Cogep, regimentalmente, planejar e gerenciar os processos de trabalho de gestão de pessoas, abrangendo, entre outros, os processos de recrutar, selecionar, alocar, administrar, avaliar, capacitar, desenvolver, reconhecer e valorizar pessoas, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos Órgãos dos Sistemas Federais de Recursos Humanos. Nas Regiões Fiscais, a Gestão de Pessoas (GP) está a cargo das Divisões, Serviços, Seções e Equipes de Gestão de Pessoas (Digep, Segep, Sagep e EGP), subordinadas administrativamente às Superintendências ou delegacias e tecnicamente à Cogep.

As Áreas de GP executam, no âmbito de suas respectivas unidades, desde as atividades de rotinas do cadastro funcional, da folha de pagamento, de concessão de direitos, de análise de cumprimento de deveres e da gestão da capacitação até a implementação das iniciativas estratégicas da política de Gestão de Pessoas que impactam todos os processos de trabalho elencados no parágrafo anterior.

O trabalho de confecção dos quadros de Gestão de Pessoas foi executado procurando-se seguir as orientações contidas na Portaria TCU nº 90/2014 e, assim como no ano anterior, realizado de forma descentralizada por cada Região Fiscal, com validação da Cogep. Como consequência deste trabalho em grupo, houve consenso sobre os seguintes tópicos:

1. O cronograma de extração e entrega dos dados não é compatível com o calendário da rotina de gestão de pessoas desenvolvida via Siape. Por exemplo, o lançamento de ocorrências (afastamentos, egressos, etc) do mês de dezembro podem sofrer acertos até a homologação da folha de pagamento, geralmente na segunda quinzena de janeiro. Outro exemplo é a disponibilidade de dados no DW Siape: a informação consolidada de dezembro de 2014 só ficou acessível no dia 28 de janeiro de 2015. Caso o preenchimento dos quadros fosse totalmente baseado no DW, não haveria tempo hábil para conclusão do trabalho. O tópico de Qualificação da Força de Trabalho também é impactado: as informações solicitadas ficam disponíveis no Sistema de Capacitação e Desenvolvimento – Siscad – quase sempre no final de janeiro (às vezes até excedendo este período), quando são concluídos todos os trâmites necessários ao fechamento das ações de capacitação, o que inclui envio de documentos pelos servidores, por terceiros, aprovação de várias autoridades, inconsistências do próprio Siscad, etc, de modo que podem ocorrer atrasos significativos no fechamento das ações e, conseqüentemente, nos relatórios gerenciais necessários à Prestação de Contas.
2. Vemos como positiva a mudança de foco das informações solicitadas, passando de uma quantidade considerável de quadros trabalhosos para análises críticas qualitativas.
3. As dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Enquanto aguardamos a definitiva implantação do novo sistema SIGEPE, nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapecad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal. Por esses motivos, a grande maioria dos quadros é preenchida com informações gerenciais formatadas pelo Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3. Contudo, cabe ressaltar que, no final de 2014, em virtude da obrigatoriedade de uso do certificado digital pelos operadores

do Siape/Extração-Siape, o Sistema SA3 apresentou dificuldades nos procedimentos de recuperação de dados.

4. As extrações da folha de pagamento e de estagiários continuam sendo realizadas de forma centralizada pela Cogep, através do DW Siape. Identificamos para o plano de capacitação 2015 da Rede de Gestão de Pessoas da RFB a necessidade de cursos sobre a ferramenta, com o objetivo de descentralizar a extração.
5. A Cogep detectou ao longo dos trabalhos um exemplo de divergência entre duas extrações idênticas realizadas em dias diferentes no DW Siape para o quadro de Estagiários. Apesar dos dados de 2014 já estarem consolidados no sistema, houve uma discrepância de cerca de 40 mil reais nas despesas com estagiários para a 4ªRF entre as duas extrações. Como é bastante improvável que este montante seja devido apenas a ajustes retroativos, questionamos a confiabilidade da fonte dos dados. Todavia, assim como em todos os outros quadros, citamos a data da extração, para que possa ser o marco de comparação.
6. Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.
7. Para o novo quadro solicitado, Distribuição da Lotação Efetiva, foi utilizado o mesmo conceito de macroprocesso finalístico introduzido pela Copav no tópico 1.4. Macroprocessos Finalísticos.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos e requisitados, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. Por exemplo, no caso dos cedidos, com a saída do servidor para o novo órgão, há perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

Quadro 17 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	4.376	3.259	58	192
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4.376	3.259	58	192
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4.376	3.183	58	192
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	2	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	3	0	0
1.2.5. Servidores requisitados art. 93 parágrafo 7º da Lei nº 8.112/90	Não há	18	0	0
1.2.6. Outros	Não há	52	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	4.376	3.259	58	192

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, Relatórios dos Sistemas Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) e Sisac (Sistema de Controle de Ações de Comunicação).

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A força de trabalho da RFB é composta por servidores da Carreira Auditoria e por servidores do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (PECFAZ) em exercício na RFB. Ambos são considerados “Servidores de carreira vinculada ao órgão”. Entretanto, a lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB,

pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1.953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

2. Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB por provimento originário – nomeação por concurso público. Dos 58 ingressos informados, 11 referem-se a ATAs NM, que passaram para ATRFB e ATAs NS, sendo 05 deles eram da 7ª RF.
3. Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões, inclusive dos servidores lotados na RFB com exercício em outro órgão, visto que o cargo ocupado interfere em nosso grau de lotação.
4. Incluído o item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112/90.
5. Incluído o item 1.2.6 para demonstração de servidores cedidos, anistiados, e servidores com provimento de cargo por decisão judicial. Tais servidores são alocados em linha separada por possuírem uma situação funcional diferente da maioria do quadro funcional da RFB, ou seja, ativo permanente.
6. A extração dos dados da coluna “Lotação Efetiva” foi realizada no dia 02/01/2015 em relação ao dia 31/12/2014, e a da coluna “Egressos” foi realizada no dia 19/01/2015. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essas datas podem gerar distorção da informação.

Quadro 18 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	811	2.407
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	811	2.407
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	781	2.402
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3	0
1.1.5. Servidores requisitados art. 93 parágrafo 7º da Lei nº 8.112/90	15	3
1.1.6. Outros	10	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	811	2.407

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Incluído o item 1.1.6 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112/90.
2. Incluído o item 1.1.7 para demonstração de servidores anistiados e servidores com provimento de cargo por decisão judicial. Tais servidores são alocados em linha separada por possuírem uma situação funcional diferente da maioria do quadro funcional da RFB, ou seja, ativo permanente. Este item difere do item 1.2.6 do Quadro 43 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ por não conter os cedidos. Para estes, não é possível obter informação de em qual processo de trabalho estão atuando.
3. A extração dos dados foi realizada no dia 02/01/2015 em relação ao dia 31/12/2014. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.
4. Processos da Área Fim considerados conforme conceito de macroprocesso finalístico introduzido pela Copav no tópico 1.4. Macroprocessos Finalísticos. A extração desta informação foi realizada no SA3, através de vinculação do Setor UA com o principal processo de trabalho nele realizado. Segue tabela com as correspondências:

Atividade Principal do Setor UA	Macroprocesso	
	Área Meio	Área Fim
Assessoria em Gabinete	x	
Assessoria Especial	x	
Atividades Auxiliares	x	
Auditoria Interna	x	
Corregedoria	x	
Gestão de Pessoas	x	
Logística e Gestão de Pessoas	x	
Planejamento, Organização e Avaliação Institucional	x	
Programação e Logística	x	
Tecnologia da Informação	x	
Tecnologia da Informação e Logística	x	
Administração Aduaneira		x
Arrecadação e Cobrança		x
Assessoria de Comunicação Social		x
Atendimento e Educação Fiscal		x
Contencioso Administrativo e Judicial		x
Cooperação Fiscal e Integração		x
Estudos Econômico-Tributários e Previsão e Análise de Arrecadação		x
Fiscalização		x
Gestão de Cadastros		x
Julgamento		x
Maiores Contribuintes		x
Ouvidoria		x
Pesquisa e Investigação		x
Programação e Estudos		x
Relações Internacionais		x
Ressarcimento, Compensação e Restituição		x
Tributação		x

Quadro 19 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	150	147	26	27
1.1. Cargos Natureza Especial	150	147	26	27
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	150	147	26	27
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	297	285	68	71
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	297	285	68	71
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	447	432	94	98

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de portarias de nomeação e exoneração da função (um mesmo servidor pode estar contabilizado mais de uma vez). No caso da RFB, não é comum o aumento da força de trabalho por intermédio de ocupação de função. O padrão é a ocupação das funções por servidores do próprio quadro funcional.
2. Ingressos e egressos são contabilizados como ocorridos no ano de 2014 levando-se em conta a data de publicação da portaria. Lançamentos retroativos de exoneração podem gerar distorção da informação.
3. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
4. Incluído o item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro da Força de Trabalho.
5. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 – Aposentados.
6. A extração dos dados foi realizada no dia 13/01/2015 em relação ao ano de 2014. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

Análise Crítica - Quadro 17

Os servidores de carreira da Receita Federal do Brasil abrangem os pertencentes à Carreira de Auditoria (ARFB), ou seja, Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários e os pertencentes ao Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (Pecfaz) em exercício no Órgão.

A Receita Federal do Brasil, desde a década passada, vem distribuindo as vagas autorizadas dos servidores da Carreira ARFB pelas suas unidades gestoras tendo por base um Estudo de

Lotação (EL). O EL atual está alicerçado na demanda de trabalho de unidades de tributos internos e aduaneiras, mensurada com distintos conjuntos de variáveis objetivas.

Para dimensionar a força de trabalho e subsidiar a política de movimentação de servidores, calcula-se o Grau de Lotação (GL) das Unidades de lotação. Sua fórmula contempla no numerador a quantidade de servidores lotados em cada unidade organizacional e no denominador o valor máximo de lotação distribuído para cada unidade de acordo com o EL, aprovado pela Portaria RFB nº1.953 de 27/07/2012.

Com base no referido GL, constata-se que em dezembro de 2014 a RFB apresentou uma defasagem de aproximadamente 51% do limite de ocupação de postos de trabalho da Carreira de Auditoria. Portanto, mesmo com o ingresso de 1.209 servidores no ano, o grau de lotação continua muito abaixo das necessidades do Órgão.

Diferentemente do que ocorre com a distribuição dos servidores da Carreira de Auditoria da RFB, que possui um quantitativo de vagas autorizadas em lei, número esse utilizado como base no Estudo de Lotação, as vagas relativas aos servidores administrativos (Pecfaz) ainda necessitam de autorização legal para que possam ser objeto de ato normativo da RFB.

Além do baixo grau de lotação citado anteriormente, o déficit no quadro de servidores é fortemente agravado pelo elevado número de vacâncias ocorridas no ano de 2014. A tabela a seguir mostra o grau de reposição dos egressos em 2014, calculado de acordo com a fórmula abaixo.

Fórmula:

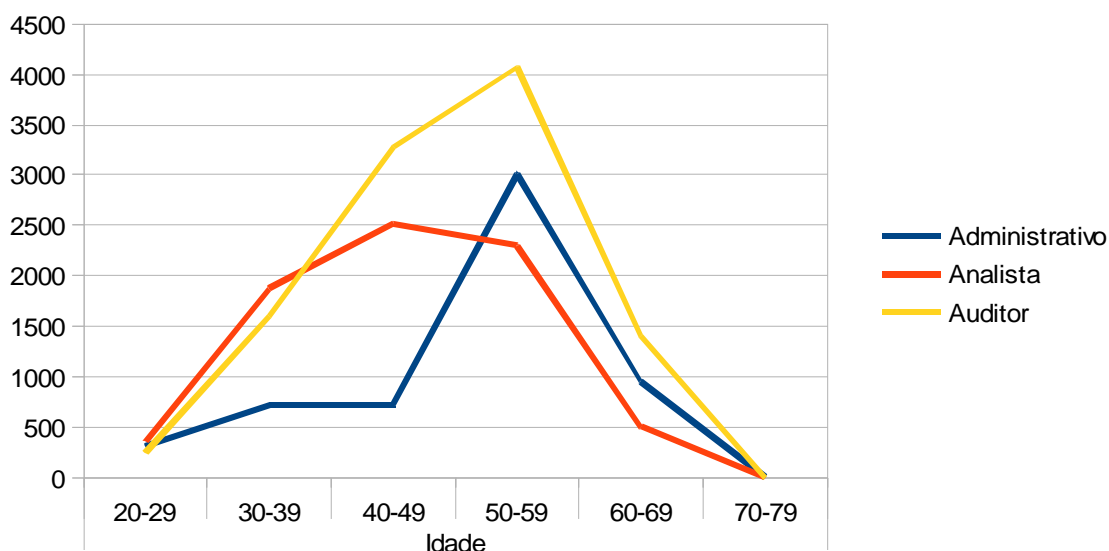
$$\Sigma \text{entradas} / (\Sigma \text{vacâncias} + \Sigma \text{exonerações} + \Sigma \text{aposentadorias} + \Sigma \text{falecimentos} + \Sigma \text{demissões})$$

	Ingressos 2014	Egressos 2014	Reposição do quadro
1ª RF	146	107	1,36
2ª RF	191	70	2,73
3ª RF	28	52	0,54
4ª RF	11	90	0,12
5ª RF	31	73	0,42
6ª RF	17	144	0,12
7ª RF	58	192	0,30
8ª RF	312	405	0,77
9ª RF	76	142	0,54
10ª RF	78	103	0,76
UC	260	112	2,32
DRJ	1	36	0,03
RFB	1.209	1.526	0,79

A tabela indica a proporção de ingressos sobre egressos. Os valores abaixo de 1 indicam perdas. Portanto, apenas 3 UJ receberam mais servidores do que perderam ao longo do ano. Em

2014 houve ingresso de servidores de todos os cargos que compõem o quadro da RFB (AFRFB, ATRFB, Administrativos Nível Médio e Administrativos Nível Superior) e, mesmo assim, o quantitativo decresceu em relação ao do ano de 2013.

Ainda em relação ao quadro acima cabe ressaltar que o número de egressos é elevado em grande parte em razão das aposentadorias. Dos 192 cargos vagos no ano em questão, 78% ocorreram em função de aposentadoria. Esse fenômeno pode ser explicado pelo perfil etário dos servidores do Órgão, uma vez que mais de 51% desses servidores encontram-se na faixa etária



acima de 50 anos – conforme gráfico abaixo – e mais de 20% fazem jus ao Abono de Permanência.

De acordo com o exposto acima, conclui-se que o Órgão está com grande déficit de pessoal, situação essa agravada pelo crescente número de vacâncias. Apesar de não representarem uma perda definitiva da força de trabalho, outro fator que contribui temporariamente para a sua redução são os afastamentos. O quadro abaixo totaliza o número de dias durante o ano dos afastamentos considerados relevantes para a análise da redução da força de trabalho.

Tipo de Afastamento	Quantidade de dias
Afastamento preventivo PAD	727
Licença acidente em serviço	999
Licença para tratamento de saúde	140.446
Falta	1.579
Suspensão	486
TOTAL	144.237

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3, extração realizada em 06/01/2015.

Foram considerados apenas afastamentos para os quais pode haver algum tipo de ação de prevenção por parte do órgão. O somatório da quantidade de dias desses afastamentos corresponderia a 430 servidores ausentes, ou seja, 1,8% da força de trabalho, durante todo o ano.

Análise Crítica - Quadro 18

O atual estudo para distribuição da lotação avalia apenas a demanda de trabalho vinculada aos processos aduaneiros e de tributos internos. Está em andamento atualização que busca

contemplar todos os processos de trabalho executados no Órgão, inclusive aqueles das áreas meio e de atividades tipicamente gerenciais.

Análise Crítica – Quadro 19

O quantitativo de cargos em comissão e funções gratificadas da RFB é distribuído pelo Regimento Interno (Portaria MF nº 203/2012). Nota-se pela análise do Quadro 45 que há 15 postos de chefia vagos, demonstrando uma baixa atratividade para ocupação destes cargos. Esse fato foi confirmado por diagnóstico interno realizado em 2014 para o Ciclo de Planejamento 2016-2019, no qual os servidores destacaram a pouca motivação para assumir chefias na RFB, uma vez que o valor pecuniário estabelecido para as funções não condiz com o nível de responsabilidade assumido.

A constatação acima também é corroborada pela elevada rotatividade nesses postos. Houve mudança de 21% dos detentores de função durante o ano de 2014, número considerado alto e que prejudica a continuidade dos trabalhos em andamento, assim como o plano de capacitação que é realizado com todos os gestores da RFB, Programa de Desenvolvimento Gerencial – DGR.

7.1.1. Qualificação e Capacitação da Força de trabalho

A qualificação e capacitação da força de trabalho da Receita Federal do Brasil é regida pela Portaria RFB nº 128/2013, que disciplina a aplicação da Política de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, alinhando-se às diretrizes do Decreto nº 5.707/2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990.

Tendo em vista o marco legal supramencionado, a RFB adota o modelo de capacitação com foco em competências, o qual se apoia no inventário de competências construído por meio do mapeamento de competências realizado no período de outubro de 2010 a outubro de 2011. Foram identificadas as competências institucionais e individuais, as últimas classificadas por sua vez em gerenciais, fundamentais e específicas (por processo de trabalho). A partir das competências mapeadas são realizados ciclos bienais de diagnóstico, ou apuração das lacunas das competências, por meio da autoavaliação pelos servidores e da avaliação pela chefia imediata dos domínios existentes relativamente às competências individuais. Na metodologia aplicada, as lacunas de competência representam a diferença entre o domínio necessário e o domínio existente. Após a consolidação do diagnóstico, são aferidas as lacunas por servidor, por unidade, por macroprocesso e por processo de trabalho.

Já foram realizados dois ciclos de diagnóstico, em 2011 e 2013, onde foram identificadas as competências que apresentam maiores lacunas, ou seja, as que mais precisam ser desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos organizacionais. As lacunas aferidas permitem realizar o diagnóstico de necessidades de capacitação, de forma a direcionar as ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores, isto é, trata-se de uma ferramenta para subsidiar o plano de médio prazo da capacitação e ainda permite aprimorar o diálogo entre as chefias e sua equipe na definição de planos de desenvolvimento individuais e da equipe.

Na RFB, o plano de capacitação por competências é representado pelo Programa de Educação Corporativa (Proeduc), o qual está pautado na redução das lacunas de competências e na promoção do desenvolvimento sistemático e contínuo dos servidores. O Proeduc consolida, anualmente, ofertas de capacitação emanadas das Unidades Centrais, representadas prioritariamente pelos Programas Nacionais de Capacitação (PNC), e também por unidades descentralizadas, de

modo que todas as ações de capacitação estejam relacionadas com uma ou mais competências individuais. Conforme a Portaria RFB nº 118/2012, o desenvolvimento do Proeduc deve observar as seguintes Diretrizes Estratégicas:

I - desenvolver ações de capacitação orientadas para o desenvolvimento integral dos servidores e gerentes, considerando o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes;

II - democratizar as oportunidades de capacitação, tornando-as acessíveis a todos os servidores e gerentes, primando ainda pelo incentivo ao autodesenvolvimento;

III - diversificar as modalidades e estratégias de capacitação, com intensificação da educação à distância;

IV - desenvolver as competências fundamentais, as quais devem integrar o conteúdo programático das ações de capacitação e

V - sistematizar Programas Modulares Nacionais e demais eventos de capacitação, relacionando aprendizagem à competência.

No que concerne ao Proeduc relativo ao exercício de 2014, aprovado pela Portaria RFB nº 1.881/2013, importa destacar que sua estruturação teve por base o 1º ciclo de mapeamento de competências, concluído em 2011, e o 2º ciclo de diagnóstico de competências, realizado em 2013, que contou com a participação voluntária de 75% dos servidores. Seu desenvolvimento se deu em conformidade com a análise estratégica de cada unidade e com base nas lacunas de competências, visando identificar as ações de capacitação que podiam melhorar o desempenho dos servidores e, por conseguinte, os resultados institucionais.

O quadro abaixo detalha as áreas das ações de capacitação e desenvolvimento ofertadas, suas respectivas lacunas e resultados alcançados em 2014:

Competências		Lacunas*	Nº de ações planejadas	Nº de ações executadas	Nº de participações (com repetição)	Nº de horas
Fundamentais	Comunicação eficaz	1,1	25	23	207	4.720
	Ética profissional	0,73	5	1	2	40
	Trabalho em equipe	0,97	8	14	427	4.188
	Orientação para resultados	1,13	6	5	168	2.401
	Ação sistêmica	1,22	1	6	245	1.737
	Autodesenvolvimento	1,23	59	66	1.635	12.250
	Criatividade e Inovação	1,34	12	5	124	778
	Excelência na prestação de serviços	1,05	7	6	257	1.720
	Racionalidade na utilização de recursos	1,14	3	2	174	492
Gerenciais	Visão e orientação estratégica	-0,42	1	1	3	9
	Efetividade de gestão	0,45	12	4	118	1.692
	Negociação e cooperação	1,01	3	6	230	2.918
	Liderança	1	7	1	24	576
	Gestão da mudança e inovação	0,48	4	7	163	2.026
Específicas Macroprocessos**	Políticas Institucionais	0,22	0	0	0	0
	Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	-0,41	100	46	888	11.604
	Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros	0,93	164	74	1.999	26.595
	Administração Aduaneira	0,62	35	32	591	6.466
	Segurança Jurídica e Solução de Litígios	-0,62	30	19	549	7.102
	Interação com a Sociedade	0,56	35	29	596	4.525
	Gestão Estratégica, Projetos e Processos	0,29	13	14	266	1.766
	Gestão Institucional	-0,87	1	2	58	676
	Controle Institucional	-3,22	7	2	151	445
	Gestão Orçamentária e Financeira	0,45	18	17	120	2.118
	Governança de Tecnologia Da Informação	-0,55	24	7	104	542
	Gestão de Pessoas	-0,08	23	12	139	2.133
	Gestão de Materiais e Logística	0,57	27	41	536	7.254
Total	-	630	442	9.774	106.773	

* Fórmula: $DN - DE = L$, onde DN = Domínio Necessário, DE = Domínio Existente e L = Lacuna de Competência. A escala de valores possíveis para as lacunas vai de -5 a 5.

** Macroprocessos conforme cadeia de valor vigente até novembro de 2014.

Fonte: SA3 e Siscad (extração de dados em 06/02/2015).

A elaboração do Proeduc 2014 na 7ª RF procurou priorizar as maiores lacunas apontadas no 2º ciclo de diagnóstico de competências, realizado em 2013. Porém, outros fatores foram também considerados na elaboração e execução do Proeduc 2014, tais como a necessidade de atualização em processos de trabalho ou a necessidade de manter padrões de desempenho em determinada competência.

Considerando os resultados da 7ª RF incluindo a DRJ, cerca de 80% do n.º total de treinandos (com repetição) participaram de ações referentes a competências com existência de lacuna. Essa mesma proporção foi observada na quantidade de ações realizadas e no n.º de horas, conforme demonstrado abaixo:

	Quantidade de ações realizadas	Quantidade de treinandos (com repetição)	Nº de horas
Em competências com lacunas	353	7.882	84.262
Em competências com superávit	89	1.892	22.511
Total	442	9.774	106.773

Os esforços de capacitação se concentraram nas competências com existência de lacunas, porém visando a atender também às demandas estratégicas da 7ª RF, foram realizadas algumas ações classificadas em competências superavitárias. Como por exemplo:

- macroprocesso **Gestão Institucional** (lacuna -0,87) - realizamos duas ações demandadas pela Assessoria de Comunicação da 7ª RF de modo a capacitar servidores das unidades sub-regionais nas técnicas de comunicação, com o objetivo de fomentar a criação de núcleos de comunicação nas unidades.
- macroprocesso **Controle Institucional** (lacuna -3,22) - foram realizadas duas ações. A ação com maior amplitude teve o objetivo de apresentar as diretrizes da política de Gestão de Riscos na RFB para implementação na Delegacia de Maiores Contribuintes do Rio de Janeiro.
- macroprocesso **Arrecadação e Controle do Crédito Tributário** (lacuna -0,41) - foram realizadas quarenta e seis ações devido à necessidade da constante atualização dos servidores, de modo a manter os padrões de desempenho nas diversas competências englobadas nesse macroprocesso.
- macroprocesso **Segurança Jurídica e Solução de Litígios** (lacuna -0,62) - realizamos várias ações relativas ao PIR 2014 classificadas em uma das competências superavitárias desse macroprocesso - Disseminação da Legislação - e necessárias para atualização dos

servidores e manutenção dos padrões de desempenho nos atendimentos sobre imposto de renda.

O cenário que mais impactou a gestão da capacitação em 2014, na 7ª RF, foi a realização da Copa do Mundo 2014 e o início da preparação para os Jogos Olímpicos em 2016 na cidade do Rio de Janeiro. A necessidade de capacitar os servidores, tanto da ALF/GIG quanto de equipes de reforço, para atendimento dessas demandas levou a região fiscal a planejar e realizar diversas ações do macroprocesso Administração Aduaneira e da competência Comunicação Eficaz.

7.1.2. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 20 - CUSTOS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2014										
	2013										
Servidores de Carreira Vinculados ao Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2014	600.571.170,48	4.918.204,44	50.023.912,86	17.393.503,36	17.376.381,29	21.466.475,61	315,00	363.735,40	4.492.202,73	716.605.901,17
	2013	588.076.946,75	4.813.606,66	48.989.551,50	18.198.189,90	18.330.228,48	20.692.266,82	7.687,94	2.110.425,13	3.119.543,41	704.338.446,90
Servidores de Carreira SEM VÍNCULO com o Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2014	0,00	4.379,66	0,00	12,46	746,00	202,80	0,00	0,00	0,00	5.340,92
	2013	0,00	25.829,52	2.152,46	1.434,96	4.545,00	1.593,80	0,00	0,00	0,00	35.555,74
Servidores SEM VÍNCULO com a Administração Pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014										
	2013										
Servidores Cedidos com Ônus											
Exercícios	2014	8.598.518,10	0,00	721.89,99	255.604,57	169.131,60	96.460,65	0,00	0,00	67.210,14	9.908.015,05
	2013	8.156.465,16	0,00	682.615,59	211.154,16	168.163,98	100.636,98	0,00	622,75	16.790,92	9.336.449,54
Servidores com Contrato Temporário											
Exercícios	2014										
	2013										

Fonte: DW Siape – 10/02/2015

NOTAS EXPLICATIVAS:

- Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais.
- A extração consistiu em coletar os valores de todas as rubricas relacionadas ao custo de pessoal das unidades pagadoras da Receita Federal do Brasil referente aos anos de 2014 e 2013, discriminado-as por natureza de despesa e agrupando-as de acordo com a tipologia de cargos. A classificação das rubricas por natureza de despesas e o agrupamento de servidores dentro da tipologia de cargos seguiu as determinações constantes da Portaria TCU 90/2014.
- Foram utilizadas somente rubricas lançadas como rendimento, independente da denominação - exceto as referentes a adiantamento, para evitar duplicidade. Em comparação com a Prestação de Contas anterior, houve reclassificação de algumas rubricas por mudança de entendimento, principalmente quanto à coluna "Demais despesas variáveis". Houve também a inclusão de novas rubricas inexistentes na extração anterior, tendo em vista o novo agrupamento de servidores solicitados no quadro.
- Sobre o agrupamento de servidores dentro da tipologia de cargos:

- a. O agrupamento de servidores foi implementado por meio da situação funcional de cada servidor.
- b. Não foram considerados os servidores na situação funcional de Aposentados ou Instituidores de pensão uma vez que estes são administrados pelas respectivas Superintendências Regionais do Ministério da Fazenda - SAMF, órgãos independentes da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB.
- c. Não foram identificados servidores com contrato temporário.
- d. Não existem Membros de Poder e Agentes Políticos.
- e. No caso dos cedidos com ônus, a determinação da existência do ônus se baseou na característica do órgão de destino (se a cessão foi para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou para Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista, considerou-se como sem ônus - conforme Art. 93, §s 1º e 2º da lei 8.112/1990). Situações específicas como as previstas no art. 93 inciso II e §s 6º, 7º, foram ignoradas por se tratarem de exceções que demandariam uma análise individual de todos os casos de cessão.

Quadro de apoio à Folha de Pagamento

7ª Região Fiscal	
	Valor (R\$)
Ajuda de Custo	128.670,04
Diárias	2.508.054,35
Transporte	0,00
Auxílio Moradia	0,00
Auxílio Funeral	97.329,63
Auxílio Creche	0,00
TOTAL	2.734.054,02

Fontes: SIAFI Gerencial e SIAFI Operacional. Extraído pela Copol, data-base da consulta: 26/01/2015.

7.1.3. Irregularidades na Área de Pessoal

7.1.3.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

Como o Siape e Siapecad não disponibilizam informação sobre acumulação indevida de cargos, os procedimentos de controle adotados são:

- Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.
- No ato da posse, são de entrega obrigatória os seguintes documentos:
 - Termo de Responsabilidade declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal.
 - Cópia da publicação do ato ou protocolo de pedido de vacância relativo ao cargo ocupado, se ocupante de outro cargo, emprego ou função pública.
 - O servidor se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.
- No caso de servidor que pleiteia a licença para tratar de interesses pessoais, deve apresentar os seguintes documentos, que auxiliam na prevenção destes casos:
 - Na solicitação da licença, deve anexar manifestação prévia favorável da Comissão de Ética da RFB ou da Controladoria-Geral da União (CGU), nos casos em que o servidor for exercer atividade privada ou atividade potencialmente geradora de conflito de interesses, obtida através de consulta efetuada por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI);
 - Formulário descrevendo as atividades que pretende desenvolver durante o período da licença, as efetivamente desenvolvidas durante e aquelas que passou a desempenhar após o término do afastamento.
- São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público. A Portaria RFB nº2.543/2011 estabeleceu o inventário de competências do órgão, sendo a Ética Profissional considerada uma competência fundamental, ou seja, é competência desejada de todos os

servidores da RFB. Ela faz parte, portanto, da grade de disciplinas do programa de formação de novos servidores, bem como do programa anual de capacitação.

No ano de 2014, houve uma empregada pública que acumulava a função de digitadora em exercício na Divisão de Gestão de Pessoas da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal e o recebimento de proventos de aposentadoria da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. No âmbito da Corregedoria da Receita Federal do Brasil, houve uma notificação, no dia 23/11/2013. O Processo Administrativo Disciplinar nº 15604000883201014 foi instaurado em 21/02/2014 e, em 01/08/2014, concluiu-se pela ilegalidade da acumulação, sendo os autos encaminhados à SRRF07 e à SAMF-RJ, tendo em vista o fato de a acusada ser empregada pública. Em resposta a todas as notificações, a servidora persistiu em defender a não ilegalidade da acumulação. Ressalta-se ainda que esta Digep/SRRF07 tomou providências para que citada empregada pública fosse formalmente devolvida à SAMF/RJ, o que ocorreu em 30/09/2014.

7.1.3.2. Terceirização Irregular de Cargos

A RFB não possui terceirizados exercendo atividades típicas da Carreira de Auditoria Fiscal.

7.1.4. Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

Conforme Análise Crítica feita para o Quadro 43, o Órgão vem sofrendo perdas constantes no quadro de servidores, sendo que 30% dessas foram em função de vacância por posse em cargo inacumulável ou exoneração. Esse número reflete um problema de retenção de servidores, principalmente dos cargos de Analista-Tributário e Assistente-Técnico Administrativo, que acabam migrando para cargos de melhor remuneração dentro do próprio Poder Executivo. Na última nomeação para o cargo de Analista-Tributário, cerca de 15% dos nomeados não entraram em efetivo exercício na RFB.

O elevado percentual de vacâncias citado anteriormente tem alguns impactos significativos para o Órgão. O primeiro deles refere-se ao programa de capacitação elaborado para formação e aperfeiçoamento desses novos servidores, tendo em vista os custos financeiro e operacional envolvidos. Outro ponto negativo diz respeito à lacuna deixada nas unidades de exercício desses servidores. A recomposição do quadro da Unidade só irá ocorrer, na maior parte dos casos, quando houver um novo concurso público, situação essa que depende do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão responsável pela autorização de novos concursos.

Ações de Prevenção – Gestão de Processos e Desvio de Função

A RFB implementou em setembro de 2013 o seu Modelo de Governança de Processos (atualizado pela Portaria RFB nº1.708/2014), que estabelece a metodologia para o mapeamento da situação atual de processos de trabalho. Atrelados a este modelo, foram também criadas a Política de Gestão de Riscos (Portaria RFB nº1.674/2014) e a Metodologia de Análise de Atribuições dos cargos em exercício na Receita Federal do Brasil (Portaria RFB nº2.226/2014). Tais instrumentos, utilizados em conjunto, possibilitam a identificação e a prevenção de riscos, na medida em que contribuem para:

1. Comunicação do fluxo de atividades para os servidores;
2. Manutenção do conhecimento;
3. Treinamento de novos servidores das áreas de negócio;
4. Adequação de normativos e manuais de procedimentos;
5. Padronização da execução do processo;

6. Análise da situação atual e identificação de oportunidades de melhoria;
7. Definição de papéis, responsabilidades, competências e atribuições, inclusive para acesso a sistemas;
8. Visualização e documentação dos riscos do processo.

Já foram mapeados e publicados na intranet da RFB 17 processos da Gestão de Pessoas, e elaborado cronograma para a análise de riscos de toda a árvore de processos da área para os próximos 4 anos.

A Metodologia de Análise de Atribuições dos Cargos, especificamente, é de competência da Cogep, que valida as informações prestadas pelas diversas áreas de negócio da RFB (inclusive a própria Gestão de Pessoas). Tem como finalidade não só otimizar a alocação do quadro funcional do órgão, considerando os diversos processos de trabalho desenvolvidos na instituição, como também conscientizar os gestores quanto à efetiva observância das atribuições legais dos cargos, com vistas a se evitar eventuais desvios de função.

7.1.5. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Grau de Lotação Bruto

Fórmula: (nº de servidores da carreira ARFB em 31/12) / (lotação autorizada)

A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

	2010	2011	2012	2013	2014
1ª REGIÃO FISCAL	50,39%	51,86%	46,62%	45,85%	46,95%
2ª REGIÃO FISCAL	54,89%	45,06%	46,48%	49,12%	54,04%
3ª REGIÃO FISCAL	74,34%	65,91%	62,62%	60,33%	60,09%
4ª REGIÃO FISCAL	67,60%	63,36%	58,69%	57,42%	56,14%
5ª REGIÃO FISCAL	53,05%	55,10%	51,64%	50,88%	49,49%
6ª REGIÃO FISCAL	61,68%	60,07%	55,88%	53,80%	51,79%
7ª REGIÃO FISCAL	60,99%	56,56%	53,63%	52,79%	52,45%
8ª REGIÃO FISCAL	42,22%	41,05%	40,34%	41,11%	39,51%
9ª REGIÃO FISCAL	57,63%	51,70%	48,63%	48,30%	47,29%
10ª REGIÃO FISCAL	58,53%	51,54%	49,74%	48,67%	47,56%
UC	51,64%	73,83%	67,64%	73,89%	78,23%
DRJ	55,13%	64,19%	62,90%	59,59%	56,71%
RFB	53,06%	51,76%	49,50%	49,50%	48,96%

A diminuição do valor do grau de lotação da RFB, em relação ao ano anterior, é resultado do baixo ingresso de Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários, em comparação às perdas ao longo de 2014. Percebe-se que o quadro da RFB vem decrescendo continuamente. Se considerarmos os dados desde 2008, temos uma perda líquida de quase 2.000 Auditores-Fiscais. Os dados sobre o

Grau de Lotação corroboram os anteriormente apresentados sobre a reposição do quadro. A RFB, mesmo com a entrada de novos servidores, não consegue suprir as saídas, vendo seu quadro diminuir ao longo dos últimos anos.

Este preocupante cenário foi constatado também pela CGU em 2012, que recomendou, tendo como base a Auditoria Anual de Contas, elaboração de projeto que evidenciasse o inadequado quantitativo de servidores em exercício na RFB. Seguindo esta recomendação, foi realizado estudo em dezembro de 2012, com dados estatísticos do quadro funcional da RFB, os benefícios de seu crescimento e os riscos e impactos nas atividades caso não haja recomposição. O estudo foi enviado à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda em 19/12/12 (Memo Gabin 1654/2012). A CGU emitiu parecer, através do Processo nº 12440.000160/2012-09, de que a RFB cumpriu o recomendado, explicitando as necessidades anuais de recomposição e fortalecimento de seu quadro para o período 2013-2015.

Em maio de 2014, para o ciclo de planejamento do PPA 2016-2019, foi enviado ao MF documentação com valores atualizados sobre a recomposição do quadro da RFB, levando em conta também novas demandas alocadas ao órgão: funcionamento 24 horas de portos, fiscalização das atividades de previdência complementar e implantação do projeto de Atendimento Integrado RFB/PGFN. Abaixo segue quadro com os valores solicitados ao MF:

Vagas Pleiteadas maio/14	2015	2016	2017	2018	2019	Total PPA 2016-2019
AFRFB	3.201	1.888	1.888	1.252	1.252	6.280
ATRFB	2.166	1.432	1.432	1.086	1.086	5.036
ATA NI	8.483	4.572	4.572	2.433	2.433	14.010
ATA NS	391	184	184	80	80	528

O Aviso Ministerial nº 164/2014/MF e a Nota Técnica nº 10.014/SGE/SE/MF, de 27/5/2014, propõem o provimento de 2.000 vagas de AFRFB e 3.000 de ATRFB para 2015, sujeitos ainda à apreciação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (para ATAs, não foi discriminado o quantitativo por órgão do MF).

O baixo grau de lotação da RFB pode ser desmembrado para cada um dos cargos da Carreira Auditoria, e vemos pelo quadro abaixo que eles estão entre os menores dentre as carreiras típicas de Estado:

Órgão	Cargo	Lotação Real [1]	Lotação Máxima[2]	Grau de Lotação Nov2014	Grau de Lotação Nov2013
RFB	AFRFB	10.496	20.395	51,46%	54,37%
	ATRFB	7.777	16.677	46,63%	45,27%
Ministério das Relações	Diplomata	1.582	1.805	87,65%	86,26%

Exteriores	Oficial de Chancelaria	848	1.893	44,80%	46,54%
Polícia Federal	Delegado	1.807	2.186	82,66%	78,37%
	Agente	6.147	8.033	76,52%	77,68%
Ministério do Trabalho e Emprego	Auditor Fiscal do Trabalho	2.732	3.644	74,97%	76,70%
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Procurador Geral da Fazenda Nacional	2.081	2.400	86,71%	87,08%
Tribunal de Contas da União[3]	Auditor Federal de Controle Externo	1.737	1.767	98,30%	93,32%
Média sem a RFB				78,80%	77,99%

[1] Boletim Estatístico de Pessoal n° 223 do MP, de novembro de 2014

[2] Publicação "Dados LDO" do MP. Portaria n°156. De 21/07/2014

[3] Relatório Trimestral de atividades do TCU (terceiro trimestre de 2014). A lotação máxima autorizada refere-se aos valores apresentados no documento "Quadro Lotação Autorizada x Atual"

Fica claro com estas comparações o baixo índice de provimento da lotação da carreira ARFB. As carreiras típicas de Estado compõem o Núcleo Estratégico do Estado, do qual decorrem os objetivos fundamentais e as políticas públicas formuladas pelo governo. É essencial que tal Núcleo seja robusto, sem apresentar as assimetrias verificadas.

Grau de Equalização

Fórmula: Quantidade de unidades de provimento de lotação com grau de lotação dentro da faixa de 15% em torno da média / total de unidades com provimento de lotação

A RFB possui 167 unidades com provimento de lotação. Apesar do grau de lotação do órgão ser baixo, como ressaltado anteriormente, existe uma política de movimentação de pessoal que objetiva equalizar a distribuição dos servidores entre as unidades. Abaixo segue quadro com o quantitativo de ingressos e egressos internos e externos de cada região fiscal, no ano de 2014:

RF	Ingressos 2014	Egressos 2014	Entradas Remoção 2014	Saídas Remoção 2014	Saldo 2014
1	146	107	83	117	5
2	191	70	68	148	41
3	28	52	69	51	-6
4	11	90	68	36	-47
5	31	73	71	50	-21
6	17	144	120	68	-75
7	58	192	205	140	-69
8	312	405	834	865	-124
9	76	142	139	122	-49
10	78	103	89	105	-41
UC	260	112	184	234	98
DRJ	1	36	33	27	-29

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3, extração das remoções em 19/01/2015.

Das 1.963 remoções ao longo de 2014, 40% foram por tipos que contribuem diretamente para uma melhor equalização do grau de lotação (remoção a pedido por Concurso de Remoção, remoção a pedido para Equalização do Grau de Lotação, remoção de ofício para unidades que se localizam em municípios de fronteira). Este efeito pode ser percebido no quadro abaixo, que mostra a evolução do Grau de Equalização nos últimos dois anos:

Grau de Equalização				
	jun/13	dez/13	jul/14	dez/14
Unidades com grau de lotação de até 15% em torno da média	121	127	134	137
Nº de Unidades com lotação própria	167	166	167	167
Percentual	72,46%	76,51%	80,24%	82,04%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3.

Apesar das dificuldades de provimento e de se compensar as perdas constantes dos últimos anos, a distribuição dos servidores pelas unidades tem se tornado cada vez mais homogênea. Como o grau de lotação é baseado em Estudo de Lotação que leva em conta a demanda de trabalho comparativa entre as unidades, a RFB tem agido no sentido de, mesmo com a escassez atual de servidores, distribuir pelo território nacional um quantitativo justo.

7.2 - Informações sobre a Contratação de mão de obra de Apoio

O aumento na racionalização do uso de mão de obra de apoio tem sido o mote na condução e gestão dos contratos vigentes na UJ e suas UG's associadas, não só pela crescente redução do volume de recursos orçamentários de custeio, como também pela necessidade de adequação ao projeto nacional denominado "Padrão Nacional de Despesas - PND" que, como o próprio nome informa, pretende estudar as diferentes situações das contratações hoje existentes na RFB, para um mesmo tipo de serviço, e a partir desse estudo, estabelecer padrões nacionais mínimos para cada uma delas, o que garantirá que a RFB possa oferecer recursos mínimos a todas as UG's existentes, reforçando, inclusive, a imagem institucional e a satisfação dos usuários.

Pelas duas razões acima expostas, nossas Unidades vêm, na medida do legalmente possível, reduzindo as contratações existentes. A adequação ao PND só poderá ser totalmente efetuada quando realizarmos as próximas licitações desses objetos.

Quadro 21 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
Unidades Contratantes													

Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal – SRRF07

UG/Gestão: 170116/00001

CNPJ: 00.394.460/0107-08

2011	L	O	SRRR07 02/2011	05.956.304/0001-40	01/02/11	01/02/16	12	12					P
2010	V	O	SRRF07 38/2010	31.376.361/0001-60	31/12/10	31/12/15	25	25					P

Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil em Vitória – ALF/VIT-ES

Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
Unidades Contratantes														
UG/Gestão: 170102 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0359-56									
2013	L	O	08/2013	14.932.134/0001-55	15/07/13	14/07/15	9	9						A
2010	V	O	05/2010	05.040.410/0001-80	02/03/10	01/03/15	8	8						A
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória – ES – DRF/VIT-ES														
UG/Gestão: 170103 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0113-48									
2010	V	O	12/2010	10.330.894/0001-31	26/10/10	25/10/15	6	2	0	4	0	0		P
2013	L	O	07/2013	06.863.184/0001-08	15/07/13	14/07/15	7	6	0	1	0	0		P
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro – ALF/RJO														
UG/Gestão: 170118 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0055-34									
2011	V	O	SRRF/7*RF nº 31/2011	31.376.367/0001-60	01/09/11	31/08/16			9	9				P
2014	L	O	06/2014	06.080.116/0001-64	01/10/14	01/10/15	26	26						A
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda – DRF/VRA														
UG/Gestão: 170119 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0112-67									
2011	V	O	170116-27-2011	31.376.361/0001-60	01/09/11	31/08/16			10	10				P
2013	L	O	170119-06-2013	68.565.530/0001-10	01/01/14	31/08/15			6	6				A
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campos dos Goytacazes – DRF/CGZ														
UG/Gestão: 170120 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0111-86									
2011	L	O	SRRF07RJ09/2011	68.565.530/0001-10	01/02/11	01/10/15	15	15						P
2011	V	O	SRRF07RJ29/2011	31.376.361/0001-60	01/09/11	31/08/16	09	09						P
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói – DRF/NIT														
UG/Gestão: 170121 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0109-61									
2011	L	O	SRRF07 nº 07/2011	10.243.854/0001-52	01/03/11	31/10/15	19	19						P
2011	V	O	SRRF07 nº 33/2011	31.376.361/0001-60	01/09/11	01/05/15	21	21						P
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Nova Iguaçu – DRF/NIU														
UG/Gestão: 170122 / 0001					CNPJ: 00.394.460/0110-03									
2011	L	O	SRRF7 nº 06/2011	10.243.854/0001-52	10/02/11	09/10/15	20	20						P
2011	V	O	SRRF7 nº 28/2011	31.376.361/0001-60	01/09/11	01/09/16			23	18				P
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão – ALF/GIG														
UG/Gestão: 170125 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0114-29									
2012	L	O	05/2012	03.383.287/0001-74	01/10/12	28/02/16	4	4	0	0	0	0		P
2011	V	O	SRRF7 nº 30/2011	31.376.361/0001-60	01/09/11	31/08/16	0	18	18	0	0	0		P
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I - DRF/RJO I														
UG/Gestão: 170257 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0346-31									
2011	L	O	SRRF07 nº 03/2011	68.565.530/0001-10	01/02/11	31/06/16	7	7						P
2011	V	O	SRRF07 nº 24/2011	31.376.361/0001-60	01/09/11	01/09/16	10	10						P
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro – DEMAC/RJO														
UG/Gestão: 170316 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0478-81									
2012	L	O	05/2012	03.383.287/0001-74	01/09/12	31/03/14	10	10						E
2014	L	E	02/2014	04.737.058/0001-73	01/04/14	02/11/14	10	10						E
2014	L	O	04/2014	13.313.874/0001-88	03/11/14	03/11/15	10	10						A
2012	V	O	04/2012	01.301.890/0001-34	01/09/12	31/08/14	3	3						E
2014	V	O	03/2014	31.376.361/0001-60	01/09/14	31/08/15	3	3						A
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil em Itaguaí – ALF/IGI														
UG/Gestão: 170317 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0452-42									
2010	V	O	DRF/VRA nº 01/2010	31.376.361/0001-60	20/05/10	19/05/15			6	5				P
2013	L	O	DRF/VRA nº 07/2013	68.565.530/0001-10	01/01/14	31/12/18	3	3						A

Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	

Unidades Contratantes

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro II – DRF/RJO II												
UG/Gestão: 170383 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0434-60						
2011	L	O	01/2011	10.243.854/0001-52	03/10/11	03/10/15	8	8				P
2011	V	O	SRRF07 nº 25/2011	31.376.361/0001-60	01/09/11	01/05/15			9	9		P

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Macaé - DRF/MCE												
UG/Gestão: 170386 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0432-07						
2011	V	O	SRRF07 nº 32/2011	31.376.361/0001-60	01/09/11	01/09/16			8	8		P
2013	L	O	02/2013	13.682.207/0001-35	16/10/13	16/10/15			6	6		9

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIASG

Quadro 22 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	

Unidades Contratantes

Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal – SRRF07												
UG/Gestão: 170116/00001						CNPJ: 00.394.460/0107-08						
2010	2, 4, 5, 12	O	SRRF07 21/2010	04.737.058/0001-53	01/09/12	31/12/15	33	33				P
2011	12	O	SRRF07 40/2011	07.432.517/0001-07	23/12/11	23/12/15			1	1		P
2013	9	O	SRRF07 02/2013	12.779.375/0001-80	02/04/13	02/04/15	1	1	2	2		P

Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil em Vitória – ALF/VIT												
UG/Gestão: 170102 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0359-56						
2010	2, 4, 5, 7, 12	O	SRRF07 32/10	07.855.231/0001-26	01/09/12	31/12/14	25	25				E
2013	9	O	SRRF07 12/13	32.155.798/0001-37	16/04/13	15/04/15	3	3				P

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória – DRF/VIT												
UG/Gestão: 170103 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0113-48						
2012	5, 11	O	05/2012	02.201.230/0001-44	23/04/12	22/04/15	4	8	12			P
2014	11	O	02/2014	08.952.743/0001-73	01/04/14	25/06/14			3	3		E

Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro – ALF/RJO												
UG/Gestão: 170118 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0055-34						
2014	11	O	ALF/RJO nº 05/2014	05.956.301/0001-40	24/06/14	24/06/15	8	8	14	14		A

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda – DRF/VRA												
UG/Gestão: 170119 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0112-67						
2010	4, 5, 12	O	170116 25-2010	07.855.231/0001-26	01/01/11	05/12/14			25	25		E
2013	9	O	170116 03-2013	32.155.798/0001-37	10/04/13	10/04/15			03	03		A
2014	4, 5, 12	E	170119-01-2014	05.956.304/0001-40	11/12/14	11/06/15			25	25		A

Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
Unidades Contratantes													

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campos dos Goytacazes – DRF/CGZ												
UG/Gestão: 170120 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0111-86						
2010	2, 4, 5, 12	O	170116 30/2010	68.565.530/0001-10	22/12/10	31/08/15	07	07	17	17		P
2013	9	O	170116 04/2013	12.779.375/0001-80	03/04/13	03/04/15	1	1	2	2		P

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói – DRF/NIT												
UG/Gestão: 170121 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0109-61						
2010	4, 5, 6, 7, 12	O	170116 26/2010	68.565.530/0001-10	01/01/11	31/08/15	39	39				P
2013	9	O	170116 05/2013	12.779.375/0001-80	03/04/13	02/04/15	4	4				P

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Nova Iguaçu – DRF/NIU												
UG/Gestão: 170122 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0110-03						
2011	2, 4, 5, 6, 7, 12	O	170116 346/2010	05.956.304/0001-40	05/01/11	05/01/16	16	11	15	21		P

Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão – ALF/GIG												
UG/Gestão: 170125 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0114-29						
2012	4, 5, 6, 12	O	02/2012	13.185.303/0001-78	03/10/12	02/01/16	6	6	2	2		P

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro I – DRF/RJO I												
UG/Gestão: 170257 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0346-31						
2010	2, 4, 5, 12	O	SRRF07 22/2010	68.566.530/0001-10	01/01/11	31/12/15			47	47		P
2013	9	O	SRRF07 08/2013	32.155.798/0001-37	19/04/13	18/04/15			3	3		P

Nome: Inspeção da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro – IRF/RJO												
UG/Gestão: 170258 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0347-12						
2012	4, 5, 6, 12	O	IRF/RJO 02/2012	11.683.755/0001-54	01/10/12	31/05/15	12	10				A

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro – DEMAC/RJO												
UG/Gestão: 170316 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0478-81						
2013	2, 4, 5, 6, 12	O	03/2013	03.133.738/0001-15	12/08/13	12/08/15	13	13				P

Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil em Itaguaí – ALF/IGI												
UG/Gestão: 170317 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0452-42						
2010	2, 4, 5, 7, 12	O	SRRF0728/2010	68.565.530/0001-10	01/01/11	31/12/15			08	12		P

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro II – DRF/RJO II												
UG/Gestão: 170383/00001						CNPJ: 00.394.460/0434-60						
2010	4, 5, 6, 12	O	SRRF07 23/2010	68.565.530/0001-10	01/01/11	31/08/15						P
2013	9	O	SRRF07 09/2013	32.155.798/0001-37	07/05/13	07/05/15	1	1	2	2		P

Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
Unidades Contratantes													

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Macaé - DRF/MCE

UG/Gestão: 170386 / 00001

CNPJ: 00.394.460/0432-07

2010	4, 5, 7, 12	O	27/2010	07.855.231/0001-26	01/10/12	28/11/14			12	12			E
2013	9	O	06/2013	32.155.798/0001-37	03/05/13	03/05/15			2	2			P
2014	4, 5, 7, 12	O	04/2014	04.387.843/0001-26	01/12/14	01/02/16			12	12			A

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG

Quadro 23 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível Superior	216	201	183	203	1.238.189,27
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
1.2 Área Meio	216	201	183	203	1.238.189,27
Nível Médio	0	0	0	0	0,00
1.3 Área Fim	0	0	0	0	0,00
1.4 Área Meio	0	0	0	0	0,00
Total (1+2)	216	201	183	203	1.238.189,27

Fonte: DW SIApe – 05/02/2015

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Estagiários das DRJs estão contabilizados nos quadros das Regiões Fiscais;
2. Para este quadro, foi considerado o conceito de atividade-meio, ou seja, atividades de suporte administrativo, independentemente se a área/unidade em que elas são desenvolvidas tem caráter precípua finalístico ou de apoio;
3. Foram apuradas rubricas de Bolsa de Estágio, Auxílio Transporte de Estagiário e Recesso Remunerado de Estágio. Não são considerados os descontos de falta, auxílio transporte do período de recesso e GRU emitidas em nome do estagiário;
4. O lançamento de dados históricos no SIApe, após a data da extração DW, pode gerar diferença nos valores apresentados.

Análise Crítica – Política de Contratação de Estagiários

A contratação de estagiários na RFB é realizada mediante a celebração de contratos junto a empresas que prestam serviços como agentes de integração entre universidades, estudantes e a própria RFB. Além da legislação específica para a contratação de estagiários, Lei 10.788/2008, na RFB o procedimento para a disponibilização de vagas para estágio não-obrigatório está regulamentado pela Portaria RFB/Cogep nº 163, de 11 de fevereiro de 2009, proporcionando uma padronização nos procedimentos de gestão de estagiários em todas as unidades descentralizadas.

O estágio na RFB é um ato educativo escolar desenvolvido na modalidade não-obrigatório visando à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior. Todos os estagiários na RFB são alocados em atividades-meio (suporte administrativo) em função de a Portaria RFB/Cogep nº 163, de 11 de fevereiro de 2009, em seu art. 4º, § 1º determinar que os estagiários não devem ser alocados em atividades que comprometam o sigilo fiscal – atividades estas que seriam as finalísticas da RFB.

Cabe à Divisão de Saúde e Qualidade no Trabalho – Disaq, da Coordenação-Geral de Gestão com Pessoas – Cogep, supervisionar a contratação de estagiários, em âmbito nacional, e à Divisão de Gestão de Pessoas – Digepe, das Superintendências – SRRF, regionalmente.

Na RFB a seleção de estagiários de nível superior atualmente é feita por exame curricular e entrevista, utilizando agente de integração, que divulga as vagas disponíveis de acordo com o curso de formação e período escolar pré-definido, recruta os estudantes e os encaminha para entrevista com o servidor que será o supervisor do estágio. As vantagens observadas neste tipo de seleção são: o menor custo, o sistema menos burocrático, exigência de menor logística, menor periodicidade, permitindo melhor ajuste às necessidades da dinâmica dos processos de trabalho da RFB, além de não privilegiar somente os estudantes com excelente formação teórica, oportunizando a experiência profissional para todos. Existe uma multiplicidade de áreas na RFB, e, por essa razão, são oferecidas vagas de estágio para diversos cursos de graduação.

O Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – Siape é o sistema primário utilizado nacionalmente para registro das contratações, alteração de dados e desligamento de Estagiários, bem como para pagamento da bolsa, auxílio-transporte e demais ações de folha de pagamento dos estudantes. Há outros sistemas/segmentos informatizados na RFB, replicadores dos dados do Siape, que também são utilizados como referência para gerenciamento das informações de Estagiários, tais como: SA3, DW-Siape, Sief ou mesmo planilhas de controle de uso local.

7.3 - Informações referentes a Contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Numa análise prévia dos segmentos econômicos em que houve desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo artigo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012 e os contratos vigentes firmados pela Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal e suas unidades vinculadas, não houve a verificação de contratos que pudessem ser objeto de revisão, no sentido de redução do valor original contratual, razão pela qual deixamos de apresentar o detalhamento dos contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato.

Como a desoneração tem sido objeto de contínuas revisões, as verificações necessitam ser efetuadas a cada nova inclusão de novo segmento.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 7ª REGIÃO
FISCAL – SRRF07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 8: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário
(Item 8, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

8.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

A frota de veículos utilizada pela 7ª Região Fiscal apresenta situação bastante semelhante a do exercício de 2013, e é, basicamente, oriunda da última aquisição promovida em 2005, acrescida ao longo dos anos, de veículos apreendidos, em atendimento à diretriz nacional de incorporação desses bens; excetuando-se dessa origem os veículos de serviços especiais utilizados nas operações de vigilância e repressão, esses mais novos (doze da aquisição regional de 2012, por ocasião da Rio +20 e 40 adquiridos em licitação centralizada da 10ª Região Fiscal).

Como resultado dessas aquisições a Região planejou intensificar os processos de desfazimento dos veículos ociosos/antieconômicos, mantendo apenas o quantitativo necessário ao desenvolvimento de suas atividades. Esse planejamento, acabou não se concretizando pela impossibilidade de doações a partir do 2º semestre do exercício, em razão do período eleitoral e, os reflexos desses desfazimentos somente serão percebidos no exercício de 2015.

Grande parte das atividades desenvolvidas na região dependem do uso da frota, quais sejam: as ações de fiscalização, repressão, transporte de mercadorias, selos de controle, etc. Logo, a Região dispõe de veículos de serviços comuns e especiais, incluindo scanners móveis, caminhões, ônibus e 2 (duas) lanchas, além das pick-ups primordialmente utilizadas nas ações de repressão e fiscalização na zona primária. O uso dos veículos respeita ao contido no Decreto nº 6.403/2008 e, o controle dos pedidos para utilização é efetuado em setores/servidores dedicados a gerir a frota em todos os seus aspectos, inclusive quanto a abastecimento, manutenção, pagamento de seguro DPVAT e demais componentes associados.

A Região possui, na maioria das Unidades, contrato de manutenção preventiva e corretiva, assim como contrato de fornecimento de combustíveis, através de abastecimento informatizado, o que facilita a gestão dos veículos.

Em consonância com a diretriz nacional, a política de substituição da frota, quando os carros são considerados antieconômicos continua a ser a incorporação de veículos apreendidos, uma vez que há grande oferta dos mesmos na RFB, o que traz o ônus das regularizações de pendências de ordem financeira, administrativa e judicial dos mesmos.

Seguem abaixo as informações quantitativas e qualitativas sobre os veículos, os respectivos consumos e gastos com manutenção, que devem ser acrescidos de R\$ 6.914,67 (seis mil novecentos e quatorze reais e dezessete centavos) pagos a título de seguro obrigatório (DPVAT).

Quadro 24 – FROTA DE VEÍCULOS

7ª Região Fiscal										
Grupo	Quant.	Quilometragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	139	71.343,00	2006	2006	599,23	R\$ 2.045,20	R\$ 2.159,84	123.452,12	284.282,41	R\$ 300.218,18
Serviço Especial	33	36.187,00	2010	2010	579,34	R\$ 1.236,05	R\$ 1.245,11	13.278,19	40.789,65	R\$ 41.088,69
Totais	172	64.598,00	2007	2007	595,42	R\$ 1.889,95	R\$ 1.984,34	136.730,31	325.072,06	R\$ 341.306,87

UG 170116 – SRRF07

Grupo	Quant.	Quilome- tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	9	61.212,31	2005	2005	451,88	R\$ 1.156,39	R\$ 1.560,23	4.066,92	10.407,51	R\$ 14.042,07
Serviço Especial	12	57.421,66	2008	2008	205,33	R\$ 989,75	R\$ 1.001,57	2.463,96	11.877,00	R\$ 12.018,84
Totais	21	59.046,22	2007	2007	328,61	R\$ 1.073,07	R\$ 1.280,90	6.530,88	R\$ 22.284,51	R\$ 26.060,91
UG 170102 – ALF/VIT										
Grupo	Quant.	Quilome- tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	28	109.010,23	2006	2006	662,13	R\$ 1.928,99	R\$ 1.293,88	18.839,64	54.011,72	R\$ 36.228,84
Serviço Especial	01	26.945,66	2010	2010	425,11	R\$ 633,28	R\$ 1.240,00	425,11	633,28	R\$ 1.240,00
Totais	29	106.180,42	2008	2008	543,62	R\$ 1.281,14	R\$ 1.266,94	18.964,75	54.645,00	R\$ 37.468,84
UG 170103 – DRF/VIT										
Grupo	Quant.	Quilome- tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	15	58.668,00	2003	2003	252,82	R\$ 646,29	R\$ 1.152,58	3.792,30	R\$ 9.694,35	R\$ 17.288,70
Totais	15	58.668,00	2003	2003	252,82	R\$ 646,29	R\$ 1.152,58	3.792,30	R\$ 9.694,35	R\$ 17.288,70
UG: 170118 ALF/RJO										
Grupo	Quant.	Quilome- tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	06	50.100,00	2005	2005	613,00	R\$ 1.245,33	R\$ 1.313,00	3.678,00	R\$ 7.471,98	R\$ 7.878,00
Serviço Especial	13	35.905,00	2013	2013	507,00	R\$ 1.425,88	R\$ 875,00	6.591,00	R\$ 18.536,44	R\$ 11.375,00
Totais	19	40.387,63	2009	2009	560,00	R\$ 1.335,61	R\$ 1.094,00	10.269,00	R\$ 26.008,42	R\$ 19.253,00
UG: 170119 DRF/VRA										
Grupo	Quant.	Quilome- tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	6	119.241,00	2007	2007	788,37	R\$ 2.040,10	R\$ 609,58	4.730,22	R\$ 12.240,61	R\$ 3.657,48
Totais	6	119.241,00	2007	2007	788,37	R\$ 2.040,10	R\$ 609,58	4.730,22	R\$ 12.240,61	R\$ 3.657,48
UG: 170120 DRF/CGZ										
Grupo	Quant.	Quilome- tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço Especial	5	97.896,00	2006	2006	541,38	R\$ 1.425,43	R\$ 2.108,51	2.706,90	R\$ 7.127,13	R\$ 10.542,56
Totais	5	97.896,00	2006	2006	541,38	R\$ 1.425,43	R\$ 2.108,51	2.706,90	R\$ 7.127,13	R\$ 10.542,56
UG: 170121 DRF/NIT										
Grupo	Quant.	Quilome- tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	7	60.000,00	2005	2006	841,00	R\$ 2.300,00	R\$ 8.500,00	5.887,00	R\$ 16.100,00	R\$ 59.500,00

Totais	7	60.000,00	2005	2006	841,00	R\$ 2.300,00	R\$ 8.500,00	5.887,00	R\$ 16.100,00	R\$ 59.500,00
UG: 170122 DRF/NIU										
Grupo	Quant.	Quilome- tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	8	52.362	2012	2012	3.562,06	R\$ 1.500,36	R\$ 5.634,11	28.496,88	R\$ 12.002,88	R\$ 45.072,88
Totais	8	52.362	2012	2012	3.562,06	R\$ 1.500,36	5.634,11	28.496,88	R\$ 12.002,88	R\$ 45.072,88
UG: 170125 ALF/GIG										
Grupo	Quant.	Quilome- tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	19	104.895,32	2005	2005	1.506,87	R\$ 4.502,41	R\$ 2.207,62	26.066,63	R\$ 76.321,18	R\$ 41.944,78
Serviço Especial	2	3.256,55	2013	2013	545,61	R\$ 1.307,89	R\$ 2.956,15	4.904,57	12.010,21	R\$ 5.912,30
Totais	21	95.215,44	2009	2009	1.026,24	2.905,15	R\$ 2.581,89	29.721,75	88.161,57	R\$ 47.857,08
UG: 170257 DRF/RJO 1										
Grupo	Quant.	Quilome- tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	11	82.337,44	2004	2005	465,65	R\$ 1.393,70	R\$ 3.723,09	5.122,15	R\$ 15.330,70	R\$ 40.954,99
Totais	11	82.337,44	2004	2005	465,65	R\$ 1.393,70	R\$ 3.723,09	5.122,15	R\$ 15.330,70	R\$ 40.953,99
UG: 170258 IRF/RJO										
Grupo	Quant.	Quilome- tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	2	72.895,42	2005	2006	855,26	R\$ 2.898,77	R\$ 6.702,15	1.710,52	R\$ 5.797,54	R\$ 13.404,30
Totais	2	72.895,42	2005	2006	855,26	R\$ 2.898,77	R\$ 6.702,15	1.710,52	R\$ 5.797,54	R\$ 13.404,30
UG: 170317 ALF/IGI										
Grupo	Quant.	Quilome- tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	18	100.512,00	2007	2007	691,25	2.109,10	R\$ 758,23	12.442,50	R\$ 37.963,80	R\$ 13.648,14
Totais	18	100.512,00	2007	2007	691,25	2.109,10	R\$ 758,23	12.442,50	R\$ 37.963,80	R\$ 13.648,14
UG: 170383 DRF/RJO 2										
Grupo	Quant.	Quilome- tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	4	93.754,00	2006	2007	1.200,36	R\$ 3.347,43	R\$ 1.589,80	4.801,44	R\$ 13.389,73	R\$ 6.359,20
Totais	4	93.754,00	2006	2007	1.200,36	R\$ 3.347,43	R\$ 1.589,80	4.801,44	R\$ 13.389,73	R\$ 6.359,20
UG: 170386 DRF/MCE										
Grupo	Quant.	Quilome- tragem (Média)	Ano de Fabricação (Média)	Ano do Modelo (Média)	Consumo de combustível (Média em litros)	Custo do consumo de combustível (Média)	Gastos de manutenção (Média)	Consumo de combustível (Absoluto em litros)	Custo do consumo de combustível (Absoluto)	Gastos de manutenção (Absoluto)
Serviço comum	6	2.272,00	2007	2008	259,07	R\$ 720,97	R\$ 40,00	1.554,42	R\$ 4.325,84	R\$ 240,00
Totais	6	2.272,00	2007	2008	259,07	R\$ 720,97	R\$ 40,00	1.554,42	R\$ 4.325,84	R\$ 240,00

8.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

Uma das dificuldades para que o Órgão Central destinasse recursos orçamentários para reformas, obras de adaptação e, até mesmo, novas construções, já que os recursos disponíveis são finitos e as necessidades muitas, era a existência de um mecanismo que pudesse retratar a situação dos imóveis da União utilizados pela RFB, isto porque o SPIUNet não reflete claramente o estado de conservação dos mesmos, servindo muito mais para realizar a integração contábil dos mesmos, junto ao SIAFI.

Diante desse cenário, a RFB construiu o Sistema Edifica que, a partir do preenchimento de questionários sobre estrutura física e de equipamentos disponíveis, atualizáveis quando executadas obras e/ou reformas nas Unidades, classifica os imóveis sob responsabilidade da RFB, através de notas ponderadas que permitem a priorização das iniciativas referentes à obras e serviços de engenharia. Inclusive, desse sistema se originou um indicador denominado Nível de Adequação Imobiliária - NAI, tratado neste Relatório de Gestão no subitem “4.4 - Identificação dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho operacional da Unidade Jurisdicionada”.

A partir da criação desse Sistema, foram criados planos nacionais para destinação de recursos, objetivando adequar as unidades da RFB, em todo o Brasil. Num primeiro momento, foi criado o Plano Pilar que depois se transformou no Plano de Engenharia, já em sua 3ª edição.

Nele são registradas todas as intenções de obras de reforma, construção, adaptação, que depois de validadas algumas condições, são autorizadas por Portaria do Secretário da RFB.

Dentre as ações do Plano de Engenharia Regional, destacamos como as mais significativas, a construção de nova sede para a DRF/Vitória, a construção da nova sede para a DRF/RJO II (Barra da Tijuca) e a construção de três agências, já dentro do Projeto Nacional Agência Modelo, a saber: Barra do Pirai, Itaperuna e Resende, além de diversas outras iniciativas referentes a reformas e instalações, que objetivam melhorar as unidades já existentes.

Permanecem pendentes de regularização junto a SPU os imóveis da DRF/Macaé, sobre o qual havia divergência quanto à propriedade (União/INSS) e os andares (21º, 25º e 26º) do Edifício Municipal, situado na Avenida 13 de Maio, 13 – Centro, recebidos do INSS por ocasião da junção das Receitas Fazendária e Previdenciária, cuja transferência para a União, a cargo do Órgão Central, não está finalizada mas, já são utilizados pela SRRF07, tendo apresentado gastos com manutenção de R\$ 42.586,74 (quarenta e dois mil quinhentos e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos), além da necessidade de troca de responsabilidade entre UG's da UJ para alguns imóveis, como por exemplo, os referentes à DEMAC (UG 170316), hoje sob responsabilidade da SRRF07 (UG 170116).

Quanto aos imóveis locados para abrigar unidades regionais, merece destaque comunicar que, como forma de diminuirmos despesas de custeio e, alinhados às diretrizes do Órgão Central, as construções das novas sedes da DRF/RJO II, ARF/Barra do Pirai, ARF/Itaperuna e ARF/Resende, irão nos desonerar das respectivas locações.

Cumpramos esclarecer que a UJ não utiliza imóveis funcionais, razão pela qual o quadro denominado “Discriminação de Imóveis Funcionais da União Sob Responsabilidade da UJ” não consta do presente Relatório de Gestão.

Quadro 25 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF: ES	102	102
	Cachoeiro de Itapemirim	1	1
	Colatina	1	1
	Linhares	1	1
	São Mateus	1	1
	Serra	1	1
	Vila Velha	1	1
	Vitória	96	96
	UF: RJ	41	41
	Angra dos Reis	1	1
	Campos dos Goytacazes	1	1
	Itaguaí	1	1
	Itaboraí	1	1
	Macaé	1	1
	Niterói	1	1
	Nova Iguaçu	1	1
	Petrópolis	1	1
	Resende	1	1
	Rio de Janeiro	29	29
	Santo Antonio de Pádua	1	1
São Gonçalo	1	1	
Volta Redonda	1	1	
Subtotal Brasil		141	141
EXTERIOR	-	-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		143	143

Fonte: SPIUNET

Quadro 26 - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
170102	5705.00090.500-6	3	3	4.114,15	19/02/2014	57.576,62	0,00	1.889,44
170102	5705.00091.500-1	3	3	3.899,79	19/02/2014	63.526,78	0,00	1.889,44
170102	5705.00092.500-7	3	3	4.017,92	19/02/2014	56.212,74	0,00	1.889,44
170102	5705.00093.500-2	3	3	3.833,04	19/02/2014	59.883,16	0,00	1.889,44
170102	5705.00094.500-8	3	3	3.978,52	19/02/2014	55.684,89	0,00	1.889,44
170102	5705.00095.500-3	3	3	3.848,36	19/02/2014	53.868,40	0,00	1.889,44
170102	5705.00096.500-9	3	3	3.997,14	19/02/2014	55.936,10	0,00	1.889,44

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
170102	5705.00097.500-4	3	3	4.465,34	19/02/2014	62.486,72	0,00	1.889,44
170102	5705.00098.500-0	3	3	5.306,53	19/02/2014	74.283,24	0,00	1.889,44
170102	5705.00099.500-5	3	3	4.114,15	19/02/2014	57.576,62	0,00	1.889,44
170102	5705.00100.500-9	3	3	3.899,79	19/02/2014	60.918,10	0,00	1.889,44
170102	5705.00101.500-4	3	3	3.833,04	19/02/2014	56.027,86	0,00	1.889,44
170102	5705.00102.500-0	3	3	3.833,04	19/02/2014	53.655,37	0,00	1.889,44
170102	5705.00103.500-5	3	3	3.978,52	19/02/2014	62.148,18	0,00	1.889,44
170102	5705.00104.500-0	3	3	3.848,36	19/02/2014	60.120,90	0,00	1.889,44
170102	5705.00105.500-6	3	3	3.997,14	19/02/2014	62.428,47	0,00	1.889,44
170102	5705.00106.500-1	3	3	4.465,34	19/02/2014	62.486,72	0,00	1.889,44
170102	5705.00107.500-7	3	3	5.306,53	19/02/2014	74.283,24	0,00	1.889,44
170102	5705.00108.500-2	3	3	4.114,15	19/02/2014	57.576,62	0,00	1.889,44
170102	5705.00109.500-8	3	3	5.538,07	19/02/2014	62.556,38	0,00	1.889,44
170102	5705.00110.500-3	3	3	4.017,92	19/02/2014	56.212,74	0,00	1.889,44
170102	5705.00111.500-9	3	3	3.833,04	19/02/2014	53.655,37	0,00	1.889,44
170102	5705.00112.500-4	3	3	3.978,52	19/02/2014	55.684,89	0,00	1.889,44
170102	5705.00113.500-0	3	3	3.848,36	19/02/2014	53.868,40	0,00	1.889,44
170102	5705.00114.500-5	3	3	3.997,14	19/02/2014	55.936,10	0,00	1.889,44
170102	5705.00115.500-0	3	3	4.465,34	19/02/2014	62.486,72	0,00	1.889,44
170102	5705.00116.500-6	3	3	5.306,53	19/02/2014	74.283,24	0,00	1.889,44
170102	5705.00117.500-1	3	3	4.114,15	19/02/2014	57.576,62	0,00	1.889,44
170102	5705.00118.500-7	3	3	38.997,86	19/02/2014	89.680,80	0,00	1.889,44
170102	5705.00119.500-2	3	3	4.017,92	19/02/2014	57.480,39	0,00	1.889,44
170102	5705.00120.500-8	3	3	3.833,04	19/02/2014	59.883,16	0,00	1.889,44
170102	5705.00121.500-3	3	3	3.978,52	19/02/2014	55.335,99	0,00	1.889,44
170102	5705.00122.500-9	3	3	339.670,03	19/02/2014	395.942,57	0,00	1.889,44
170102	5705.00123.500-4	3	3	39.971,35	19/02/2014	98.402,68	0,00	1.889,44
170102	5705.00124.500-0	3	3	4.465,34	19/02/2014	62.486,72	0,00	1.889,44
170102	5705.00125.500-5	3	3	5.306,53	19/02/2014	74.283,24	0,00	1.889,44
170102	5705.00126.500-0	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00127.500-6	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00128.500-1	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00129.500-7	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00130.500-2	3	3	18.427,18	19/02/2014	48.922,05	0,00	1.889,44
170102	5705.00131.500-8	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00132.500-3	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00133.500-9	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00134.500-4	3	3	183.608,10	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00135.500-0	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00136.500-5	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.701,56	0,00	1.889,44
170102	5705.00137.500-0	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.707,20	0,00	1.889,44
170102	5705.00138.500-6	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00139.500-1	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00140.500-7	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.707,20	0,00	1.889,44
170102	5705.00141.500-2	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00142.500-8	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00143.500-3	3	3	8.799,65	19/02/2014	27.805,94	0,00	1.889,44
170102	5705.00144.500-9	3	3	8.799,65	19/02/2014	27.805,94	0,00	1.889,44

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
170102	5705.00145.500-4	3	3	8.799,65	19/02/2014	27.805,94	0,00	1.889,44
170102	5705.00146.500-0	3	3	8.799,65	19/02/2014	27.805,94	0,00	1.889,44
170102	5705.00147.500-5	3	3	8.799,65	19/02/2014	31.033,23	0,00	1.889,44
170102	5705.00148.500-0	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00149.500-6	3	3	8.799,65	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00150.500-1	3	3	8.799,65	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00151.500-7	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00152.500-2	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00153.500-8	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00154.500-3	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00155.500-9	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00156.500-4	3	3	18.427,18	19/02/2014	48.922,05	0,00	1.889,44
170102	5705.00157.500-0	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00158.500-5	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00159.500-0	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00160.500-6	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00161.500-1	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00162.500-7	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00163.500-2	3	3	17.604,42	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00164.500-8	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00165.500-3	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00166.500-9	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00167.500-4	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00168.500-0	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00169.500-5	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.707,20	0,00	1.889,44
170102	5705.00170.500-0	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00171.500-6	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00172.500-1	3	3	18.427,18	19/02/2014	48.922,05	0,00	1.889,44
170102	5705.00173.500-7	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00174.500-2	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00175.500-8	3	3	18.427,18	19/02/2014	48.922,05	0,00	1.889,44
170102	5705.00176.500-3	3	3	18.427,18	19/02/2014	48.922,05	0,00	1.889,44
170102	5705.00177.500-9	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00178.500-4	3	3	18.427,18	19/02/2014	48.922,05	0,00	1.889,44
170102	5705.00179.500-0	3	3	18.427,18	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00180.500-5	3	3	95.197,01	19/02/2014	124.991,10	0,00	1.889,44
170102	5705.00247.500-4	3	3	19.876,47	19/02/2014	45.694,76	0,00	1.889,44
170102	5705.00407.500-8	3	3	1.280.550,17	19/02/2014	1.644.180,95	0,00	1.889,44
170103	5623.00011.500-7	12	3	188.129,00	17/02/2014	626.337,89	0,00	884,30
170103	5629.00024.500-7	13	3	289.538,79	30/04/2014	425.803,06	0,00	884,30
170103	5663.00400.500-9	13	Terreno	391.005,00	25/04/2014	391.005,00	0,00	0,00
170103	5697.00011.500-0	13	3	246.450,00	17/02/2014	317.258,05	0,00	884,30
170103	5699.00005.500-4	11	3	290.000,00	17/02/2014	975.580,10	0,00	884,30
170103	5703.00035.500-0	13	3	180.000,00	17/02/2014	453.189,63	0,00	884,30
170103	5705.00183.500-1	13	3	1.656.341,70	17/02/2014	2.239.246,57	0,00	0,00
170103	5705.00198.500-3	13	3	4.475.668,09	17/02/2014	10.176.918,88	0,00	SAMF Rateio
170103	5705.00394.500-9	13	4	1.294.668,31	18/01/2013	1.294.668,31	0,00	SAMF Rateio
170116	6001 01560.500-1	13	4	1.523.029,47	27/01/2014	13.139.787,54	0,00	0,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
170116	6001.01309.500-6	13	1	256.070,22	10/02/2014	2.064.048,04	0,00	13.405,71
170116	6001.01310.500-1	13	1	256.070,22	10/02/2014	1.367.480,06	0,00	13.405,71
170116	6001.01311.500-7	13	1	256.070,22	10/02/2014	1.367.480,06	0,00	13.405,71
170116	6001.01312.500-2	13	1	291.727,22	10/02/2014	1.267.226,67	0,00	13.405,71
170116	6001.01313.500-8	13	1	58.324,07	10/02/2014	1.667.174,60	0,00	13.405,71
170116	6001.01314.500-3	13	1	285.244,13	10/02/2014	1.447.433,63	0,00	13.405,71
170116	6001.01316.500-4	13	1	275.519,49	10/02/2014	1.590.495,62	0,00	13.405,71
170116	6001.01317.500-0	13	1	337.955,02	10/02/2014	1.447.433,63	0,00	13.405,71
170116	6001.01318.500-5	13	1	314.098,11	10/02/2014	1.502.338,16	0,00	13.405,71
170116	6001.01319.500-0	13	1	314.098,11	10/02/2014	1.367.480,06	0,00	13.405,71
170116	6001.01320.500-6	13	1	298.197,96	10/02/2014	1.442.777,08	0,00	13.405,71
170116	6001.01321.500-1	13	1	302.174,11	10/02/2014	1.251.448,74	0,00	13.405,71
170116	6001.01556.500-0	13	3	6.274.512,72	24/01/2014	15.495.017,93	0,00	0,00
170116	6001.01558.500-0	13	3	711.074,20	27/01/2014	7.690.322,38	0,00	23.662,19
170116	6001.01711.500-1	13	1	266.145,78	10/02/2014	870.917,94	0,00	13.405,71
170116	6001.01561.500-7	13	3	742.844,18	24/01/2014	5.995.096,71	0,00	32.242,11
170116	6001.03598.500-4	11	4	15.467.768,12	27/03/2014	67.221.664,20	0,00	SAMF Rateio
170116	6001 04531.500-1	10	3	4.420.000,00	11/02/2014	5.098.785,13	0,00	46.250,00
170118	6001.00476.500-2	13	4	506.234,97	27/01/2014	3.756.881,91	0,00	0,00
170118	6001.01557.500-5	13	4	10.254.093,37	01/11/2013	23.995.757,70	0,00	41.375,00
170119	5883.01645.500-6	13	3	201.048,83	23/01/2014	344.207,39	0,00	0,00
170119	5925.00004.500-4	13	3	1.410.322,22	23/01/2014	4.208.789,13	0,00	142.080,47
170120	5819.00087.500-6	13	3	1.572.083,30	11/11/2013	5.500.549,00	13.329,60	166.957,88
170120	5893.00003.500-7	13	3	258.007,76	11/11/2013	2.381.529,48	0,00	0,00
170121	5865.00044.500-5	13	3	7.215.202,87	17/02/2014	16.988.147,37	0,00	263.000,00
170121	5897.00078.500-9	13	4	353.232,75	17/02/2014	2.148.822,90	0,00	26.000,00
170121	5885.00046.500-0	5	3	903.870,00	17/02/2014	903.870,00	0,00	9.000,00
170122	5839.00035.500-7	21	3	215.215,97	17/02/2014	1.650.904,00	0,00	3.983,000
170122	5869.00006.500-0	21	3	5.195.434,00	27/01/2014	16.304.240,09	14.910,00	7.964,00
170122	5877.00012.500-4	21	3	944.176,74	24/01/2014	9.314.755,11	797.228,58	265.131,51
170257	6001.00477.500-8	13	3	5.809.686,58	23/01/2014	31.007.755,54	0,00	62.356,51
170257	6001.00493.500-5	13	3	1.378.474,02	04/02/2014	6.306.187,88	0,00	0,00
170257	6001.00896.500-6	13	3	1.266.817,76	04/02/2014	6.448.176,56	0,00	49.751,88
170257	6001.00899.500-2	13	3	1.974.089,73	04/02/2014	2.241.423,72	0,00	0,00
170257	6001.00903.500-2	13	3	1.319.472,42	24/01/2014	1.847.198,83	0,00	33.393,40
170257	6001.00961.500-9	13	3	1.806.175,38	24/01/2014	5.518.209,32	0,00	51.543,20
170257	6001.01559.500-6	13	3	955.250,00	24/01/2014	1.640.828,95	0,00	0,00
170317	5801.00148.500-4	12	3	1.454.105,96	31/01/2014	6.806.103,28	0,00	0,00
170386	5847 00025.500-3	13	4	401.237,37	25/03/2014	19.343.401,66	0,00	79.859,85
Total							825.468,18	1.657.072,45

Fonte: SPIUNet , SIASG e SIAFI

Quadro 27 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

UG 170118		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	600102033-500.9
	Endereço	Avenida Rodrigues Alves, nº 81 - Centro
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Bancária
Caracterização da CessãoR	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência Pública
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação de serviço bancário
	Prazo da Cessão	12 meses prorrogado por até 60 meses
	Caracterização do espaço cedido	Ocupação da área de 299,60 m ² (duzentos e noventa e nove metros e sessenta centímetros quadrados), localizados no andar térreo do prédio central da Alfândega do Porto do RJ, situado na Avenida Rodrigues Alves, nº 81 - Centro
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	O recurso é destinado ao Tesouro Nacional.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	O recurso é destinado ao Tesouro Nacional.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso é destinado ao Tesouro Nacional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O rateio das despesas é proporcional à área ocupada pelo cessionário.	
UG 170122		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5869.00006.500-0
	Endereço	Rua Dr. Ataíde Pimenta de Moraes 220 Nova Iguaçu
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Bancária
Caracterização da CessãoR	Forma de Seleção do Cessionário	Escolha por Inexigibilidade
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Pagamento de servidores federais e de recebimento de tributos
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Sala com 69,00 m ² (sessenta e nove metros quadrados), localizadas no 1º andar térreo do prédio.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Possibilidade de atendimento mais célere aos servidores e contribuintes.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio em face do tamanho do espaço utilizado e dos benefícios aos contribuintes.	
UG 170122		

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5869.00006.500-0
	Endereço	Rua Dr. Ataíde Pimenta de Moraes 220 Nova Iguaçu
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394.460/0284-02
	Nome ou Razão Social	Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviços advocatícios
Caracterização da CessãoR	Forma de Seleção do Cessionário	Interesse da Administração
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atuar na cobrança de tributos
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Área de 561 m ² (quinhentos e sessenta e um metros quadrados), localizados no 5º andar do prédio.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio em face da vantajosidade dos serviços prestados à RFB.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5877.00012.500-4
	Endereço	Rua Paulo Barbosa 32 Petrópolis
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394.460/0529-66
	Nome ou Razão Social	Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional
	Atividade ou Ramo de Atuação	Administração pública em geral
Caracterização da CessãoR	Forma de Seleção do Cessionário	Interesse da Administração
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atuar na cobrança de tributos
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Área de 324 m ² (trezentos e vinte e quatro metros quadrados), localizados no 4º andar do prédio.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio em face da vantajosidade dos serviços prestados à RFB.

Fonte: Unidades locais ALF/RJO e DRF/NIU.

8.3 - Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 28 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	RIO DE JANEIRO	11	11
	Barra Mansa	4	4
	Cabo Frio	1	1
	Duque de Caxias	1	1
	Itaperuna	1	1
	Nova Friburgo	1	1
	Rio de Janeiro	1	1
	Teresópolis	1	1
	Três Rios	1	1
	ESPÍRITO SANTO	2	2
Linhares	1	1	
Vila Velha	1	1	
Subtotal Brasil		13	13
EXTERIOR		-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		13	13

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 7ª REGIÃO
FISCAL – SRRF07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 9: Gestão da Tecnologia da Informação
(Item 9, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

9.1 - Informações sobre Sistemas Computacionais

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal utiliza os sistemas computacionais desenvolvidos pelo Órgão Central, a partir de política e diretrizes nacionais, sendo o uso dos mesmos associado aos processos de trabalho de cada um dos servidores, razão pela qual não há informações a prestar neste item, uma vez que a extensa relação de sistema disponíveis está presente no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 7ª REGIÃO
FISCAL - SRRF07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 10: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental
(Item 10, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

10.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Quadro 29 - ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado. http://www1.fazenda.gov.br/acesoainformacao/acoes_programas/acoes_programas.htm		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados. http://intraspoa.fazenda/spoa/fazmelhor.php		
Considerações Gerais			
<p>O questionário acima foi submetido à análise das Unidades Gestoras da UJ que buscaram respostas junto ao corpo funcional que atua na área de aquisições/licitações e as respostas informadas correspondem à resposta mais frequente.</p> <p>A RFB adota o PLS unificado do Ministério da Fazenda, já que a ele se vincula.</p> <p>A SRRF07 e a DRF/VIT funcionam em imóveis da SAMF/MF e, por isso, acompanham as ações desenvolvidas por eles.</p> <p>A seguir relacionamos ações específicas de algumas de nossas UG's:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A ALF/RJO faz a separação do lixo para reciclagem, mas não constituído na forma da legislação prevista acima. • A DRF/CGZ adota medidas visando uma maior eficiência na utilização de água e energia, tais como diminuição da frequência na lavagem das escadas e garagem, utilização de apenas um elevador e ar condicionado desligado uma hora mais cedo; incentivo no uso de canecas e copos de vidro por parte dos servidores e colaboradores, visando a redução da utilização de copos descartáveis e incentivo na utilização de papel A4 reciclado. • A DRF/NIU em suas licitações exigem todas as permissões e autorizações do órgão ambiental competente, a execução dos serviços de acordo com as normas ambientais vigentes, bem como a adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada e respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre a correta destinação dos resíduos sólidos. Além disso, prioriza-se a aquisição de bens com origem reciclada, atóxicos e/ou biodegradáveis. 			

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 7ª REGIÃO
FISCAL – SRRF07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 11: Atendimento de Demandas de Órgãos de Controle
(Item 11, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

11.1 - Tratamento de determinações exaradas em acórdãos do TCU

Não há informações a prestar sobre este subitem, razão pela qual os quadros a ele associados denominados “Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício” e “Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício” não estão presentes neste Relatório de Gestão.

11.2 - Tratamento de recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno ao qual se vincular a Unidade Jurisdicionada

As informações prestadas nos quadros abaixo se referem à recomendações constantes do Plano de Providências Permanente.

Quadro 30 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ORGÃO DE CONTROLE INTERNO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional da 7ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil (SRRF07)			3148
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	<u>Nota de Auditoria nº 2013132641/01</u>	1.2	Ofício 39.022/2013/NAC 1 CGU/Regional RJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal			3148
Descrição da Recomendação			
<i>Aprimorar o planejamento das contratações dos serviços continuados no âmbito da SRRFB07, iniciando tempestivamente o devido processo licitatório, com antecedência suficiente em relação ao término dos contratos vigentes, evitando a realização de pagamentos sem cobertura contratual.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal - DIPOL			3148
Síntese das providências adotadas			
<p>Edição de Norma de Execução Dipol nº 01/2014, que disciplina os procedimentos a serem adotados pelas equipes da Dipol da Superintendência da 7ª Região Fiscal referentes às contratações, inclusive os da área orçamentária e, dispõe sobre as atribuições de servidores para atuarem como Gestor de Contrato, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, para os contratos de interesse desta Superintendência nos termos das disposições da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores Norma encaminhada em anexo).</p> <p>O objetivo principal da edição da Norma de Execução é corrigir falhas ocorridas, basicamente oriundas das falhas de planejamento das ações de logística, especialmente, os fluxos de processos e as competências dos seus agentes.</p> <p>Criação de ponto de controle, por meio de planilha eletrônica compartilhada acompanhando a vigência dos contratos da SRRF07, objetivando planejar tempestivamente a abertura de novas licitações para os contratos vincendos.</p> <p>A CGU, por meio do Ofício 28413/2014, de 24/10/2014, considerou atendida a recomendação, razão da exclusão da mesma do Plano de Providências Permanente.</p>			
Síntese dos resultados esperados			
<ul style="list-style-type: none"> • Melhor aproveitamento dos servidores e dos recursos; • Melhoria do grau de satisfação dos usuários da DIPOL; • Melhoria da Imagem da Dipol. 			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	<u>Nota de Auditoria nº 2013132641/01</u>	1.1	Ofício 39.022/2013/NAC 1 CGU/Regional RJ

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal			3148
Descrição da Recomendação			
Apurar, conforme previsto na Orientação Normativa AGU nº 04/2009, a responsabilidade no âmbito da SRRFB07 pelos fatos que levaram aos pagamentos indenizatórios referentes às Notas de Empenho nos. 2012NE000267, 2013NE000045, 2013NE000046, 2013NE000047, 2013NE000070, 2013NE000142, 2013NE000028, 2013NE000039, 2013NE000058 e 2013NE000084.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal - DIPOL			3148
Síntese das providências adotadas			
Foram providenciados Termos Circunstanciados Administrativos para apuração pormenorizada das razões que ensejaram os pagamentos indenizatórios, conforme já informado na atualização do PPA enviada em 19/05/2014, por meio do Ofício nº 201405.089/SRRF07/Gabinete, cujo parecer foi pela inexistência de conduta dolosa ou culposa dos servidores. A CGU, por meio do Ofício 28413/2014, de 24/10/2014, considerou atendida a recomendação , razão da exclusão da mesma do Plano de Providências Permanente.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhora no planejamento das licitações e contratações.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	<u>Nota de Auditoria nº 2013132641/01</u>	2.1	Ofício 39.022/2013/NAC 1 CGU/Regional RJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal			3148
Descrição da Recomendação			
A Superintendência da Receita Federal do Brasil da 7ª RF deve adotar procedimentos/pontos de controle que garantam que a Divisão de Programação e Logística (DIPOL) receba, dos setores solicitantes do serviço no Órgão, as informações e documentos necessários para o correto registro de valores em restos a pagar processados e não processados, evitando, dessa forma, a necessidade de pagamentos indenizatórios.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal - DIPOL			3148
Síntese das providências adotadas			
A Unidade implantou controle dos pagamentos por meio de planilha eletrônica, publicada na página da intranet da Dipol, visando diminuir o risco de pagamentos de restos a pagar, por meio de pagamentos indenizatórios.			
Síntese dos resultados obtidos			
A CGU verificou a ausência de pagamentos de restos a pagar por via indenizatória, até 20/08/2014 e considerou atendida a recomendação , razão da exclusão da mesma do Plano de Providências Permanente.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nota Técnica nº 403/2013 (Relatório 201108598)	2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal			3148
Descrição da Recomendação			
Utilizar no cálculo do benefício do auxílio transporte, para viagens intermunicipais, o valor do ônibus especial/seletivo do tipo comum, considerando que cabe à Administração observar e fazer prevalecer o meio de transporte menos oneroso.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal - DIGEP			3148
Síntese das providências adotadas			
Foram implementados controles e normativos que foram capazes de minimizar, com vistas a impedir, que servidores			

da 7ª RF se utilizem de transporte seletivo/especial, sem observância da comprovação, por meio idôneo do binômio necessidade/despesa, fazendo prevalecer o meio de transporte menos custoso.			
Síntese dos resultados obtidos			
O recadastramento dos beneficiários do auxílio transporte, que ocorreu até setembro de 2014, foi orientado pelo novo normativo (OS SRRF07 nº 06, de 03 de abril de 2014, o que proporcionou uma economia, em 2014, de R\$ 229.210,01 com o cancelamento de 88 benefícios e redução de 20 benefícios. Posicionamento da CGU: Recomendação atendida			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
003	Nota Técnica nº 403/2013 (Relatório 201108598)	1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal			3148
Descrição da Recomendação			
<i>Instruir os processos administrativos de cessão com as respectivas autorizações de prorrogações anuais.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal - DIGEP			3148
Síntese das providências adotadas			
Todos os processos de cessão foram devidamente instruídos com as portarias de nomeação e prorrogação e foram apresentadas cópias das publicações das Portarias.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação considerada atendida pela CGU, como consta do Ofício 10.574/2014 NAC-1/CGU Regional/RJ/CGU-PR, de 25/04/2014			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
003	Nota Técnica nº 403/2013 (Relatório 201108598)	2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal			3148
Descrição da Recomendação			
<i>Implantar rotina de cobrança ao cessionário e de controle dos reembolsos decorrentes das cessões, bem como monitorar a aplicação dos mecanismos implementados.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal - DIGEP			3148
Síntese das providências adotadas			
Foram apresentados todos os comprovantes de reembolso indicados na recomendação, referentes ao exercício de 2014.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação considerada atendida pela CGU, como consta do Ofício 10.574/2014 NAC-1/CGU Regional/RJ/CGU-PR, de 25/04/2014			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
003	Nota Técnica nº 403/2013 (Relatório 201108598)	3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal			3148
Descrição da Recomendação			
<i>Comprovar os reembolsos de remuneração decorrentes das cessões vigentes no exercício de 2010 dos servidores matrículas nº 914564, 1030139 e 1259184 a adotar as providências para regularização dispostas no § 2º do art. 4º e no art. 10 do Decreto nº 4050/2001.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal - DIGEP	3148
Síntese das providências adotadas	
Foram apresentados todos os comprovantes de reembolso indicados na recomendação, referentes ao exercício de 2014.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação considerada atendida pela CGU , como consta do Ofício 10.574/2014 NAC-1/CGU Regional/RJ/CGU-PR, de 25/04/2014	

Quadro 31 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	<u>Nota de Auditoria nº 2013132641/01</u>	3.2	Ofício 39.022/2013/NAC 1 CGU/Regional RJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal			3148
Descrição da Recomendação			
<i>A Superintendência deve adotar a prática de reabrir o prazo inicialmente estabelecido nos editais de licitação para apresentação de propostas, quando o edital for alterado de maneira significativa, atendendo ao disposto no § 4º, do Art. 21, da Lei nº 8.666/93, bem como ao previsto no Art. 20 do Decreto nº 5.450/2005.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal - DIPOL			3148
Síntese das providências adotadas			
Considerando a recomendação proposta e a acatando, foi orientada a Comissão Permanente de Licitação e o Pregoeiro para que o prazo inicialmente estabelecido nos editais de licitação para apresentação de propostas seja reaberto quando o edital for alterado de maneira significativa, em atendimento ao disposto no § 4º, do Art. 21, da Lei nº 8.666/93, bem como ao previsto no Art. 20 do Decreto nº 5.450/2005. Cumpre ainda destacar que não houve intenção de restrição à participação de quaisquer interessados nem de violação aos princípios esculpidos no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal. Houve apenas a interpretação de que as alterações produzidas e comunicadas aos licitantes via correio eletrônico não alteraram o escopo básico da contratação pretendida e sim alguns itens e quantidades que a compunham.			
Justificativa para o seu não cumprimento			
A CGU, por meio do Ofício 28413/2014, de 24/10/2014, considerou a recomendação em monitoramento , uma vez que a equipe de auditoria analisou apenas um pregão, o qual não sofreu alterações no edital após sua publicação e considera necessário analisar uma amostra maior para a equipe de auditoria se posicionar, focando nos próximos processos licitatórios analisando este aspecto.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nota Técnica nº 403/2013 (Relatório 201108598)	3.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal			3148
Descrição da Recomendação			
<i>Aprimorar a elaboração dos editais de licitação para contratação de serviços, mediante a criação de procedimento/ferramentas de controle que mantenham a harmonia entre o edital e seus anexos, a fim de evitar divergências de conteúdo entre itens e assuntos de cada documento.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal - DIGEP			3148
Síntese das providências adotadas			
Como forma de evitarmos divergências entre o edital e seus anexos, passaremos a exigir dos demandantes o envio de Plano de Trabalho e/ou Projeto Básico que contenham os elementos necessários em termo de quantidade, qualidade e especificidades para os serviços/contratações pretendidos, o que permitirá a elaboração do Termo de Referência, edital e anexos, harmônicos em conteúdo, uma vez que, muitas das vezes a Divisão de Programação e Logística recebe uma			

solicitação de contratação sem todos os elementos necessários à perfeita elaboração dos editais de licitação e, objetivando prover os serviços, acaba se responsabilizando por definições de escopo, fora de sua alçada			
Justificativa para o seu não cumprimento			
Análise da manifestação enviada por meio do Ofício nº 201409.155/SRRF07/GAB, em resposta a Solicitação de Auditoria nº 201409122/03, que trata das incorrências do PE nº01/2014. A Sra. Superintendente da SRRF07 admite a ausência de especificação do Termo de Referência – TR (Anexo I, do PE 01/2014) e especificação de gasto na Planilha de Preços de Referências – PPR (Anexo IV, do PE 01/2014), dos seguintes itens do Termo de Referência: 3.2, 5.25, 5.27, 5.15, 6.1, 8 e 10.5. O item 6.11 da PPR, de acordo com a resposta do gestor, foi previsto no item 5.8.8 da TR “atração musical para o jantar cerimonial e que seja representativa da criança carioca”. Entretanto, o item 6.10 da PPR “Atração musical para jantar cerimonial”, no valor de R\$22.333,33, já está correlacionado ao item 5.8.8 do TR. Logo, concluímos fragilidades na especificação do TR, haja vista que a Unidade deveria deixar claro que gostaria de uma atração durante o jantar e outra no final do jantar, item 6.11 - “Bateria de Escola de Samba do rio de Janeiro para show de 40 minutos ao final do jantar, acompanhada de passistas, mestre salas e porta-bandeira”. Além das ausências de especificações no TR, de itens constantes da PPR, já abordadas, constatamos outras sete divergências do TR para a PPR, as quais foram decorrentes de redefinições do objeto pela Unidade, ficando claro que os mecanismos utilizados pela SRRF07 para manter a harmonia entre o edital e seus anexos são ainda frágeis. Posicionamento da CGU – Ofício 28413/2014, do dia 24/10/2014: Em monitoramento.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	Nota Técnica nº 403/2013 (Relatório 201108598)	2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal			3148
Descrição da Recomendação			
<i>Efetuar o pagamento aos servidores usuários de transporte seletivo e/ou especial condicionado à apresentação dos bilhetes de transporte utilizados no mês anterior.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal - DIGEP			3148
Síntese das providências adotadas			
Em abril de 2014, foi editada a Ordem de Serviço SRRF07 nº 06, regulamentando os procedimentos relativos à concessão e controle do pagamento de auxílio transporte aos servidores da RFB na 7ª RF. O artigo 5º da norma determina a formalização de processo administrativo para comprovar a utilização de transporte seletivo ou especial, com a juntada de bilhetes de embarque originais, cópia da folha de frequência do mês, planilhas mensais com a indicação do transporte efetivamente utilizado no período e tempo médio gasto nos trajetos.			
Justificativa para o seu não cumprimento			
Em análise da CGU verificou-se que unidade aplicou o novo normativo, cancelando o pagamento de alguns benefícios, abrindo processos para ressarcimento ao erário dos valores indevidamente pagos e reduzindo o valor pago de alguns benefícios. Foi concedida prorrogação até novembro de 2014 para a finalização do levantamento dos processos de concessão de auxílio transporte do tipo seletivo e/ou especial, para o qual houve resposta, datada de 01/12/2014, através do Ofício 201412.217/SRRF07/Gabinete, informando que como resultado da revisão do cadastramento, apenas 1 servidor permanece utilizando o transporte intermunicipal seletivo, apresentando os documentos os documentos comprobatórios necessários. Como não houve nova posição da CGU sobre este último documento encaminhado, mantivemos a recomendação no status anterior de “Em monitoramento”.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
003	Nota Técnica nº 403/2013 (Relatório 201108598)	2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal			3148
Descrição da Recomendação			
<i>Aprimorar o controle das prestações de contas relativas ao auxílio transporte, bem como realizar acerto financeiro do montante recebido e não utilizado.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal - DIGEP			3148
Síntese das providências adotadas			

Em abril de 2014, foi editada a Ordem de Serviço SRRF07 nº 06, regulamentando os procedimentos relativos à concessão e controle do pagamento de auxílio transporte aos servidores da RFB na 7ª RF. O artigo 5º da norma determina a formalização de processo administrativo para comprovar a utilização de transporte seletivo ou especial, com a juntada de bilhetes de embarque originais, cópia da folha de frequência do mês, planilhas mensais com a indicação do transporte efetivamente utilizado no período e tempo médio gasto nos trajetos. A 7ª RF abriu diversos processos objetivando ressarcimento ao Erário de pagamentos indevidos, relativos à concessão de auxílio transporte, além de suspender os pagamentos indevidos.

Justificativa para o seu não cumprimento

Em análise da CGU verificou-se que unidade aplicou o novo normativo, cancelando o pagamento de alguns benefícios, abrindo processos para ressarcimento ao erário dos valores indevidamente pagos e reduzindo o valor pago de alguns benefícios. Foi concedida prorrogação por 140 dias para a implementação total da recomendação, razão pela a qual a mesma permaneceu com o status “Em monitoramento”.

11.3 - Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93

11.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Não utilizamos o quadro original previsto na Portaria TCU nº 90/2014 pelas seguintes razões:

- As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não se aplicam à RFB;
- As 3 colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função;
- A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de Prestação de Contas, incluindo todos os servidores em exercício no órgão e não apenas aqueles detentores de função.

Pendências de entrega da DBR			
Região Fiscal	Unidade Pagadora	Quantitativo	
		Servidores sem função	Total
7	DRF/VIT/ES	4	4
Total		4	4

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, extração realizada no dia 05/02/2015.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG

Atualmente 3.255 servidores da 07ª RF (99,88% do corpo funcional) estão com os registros atualizados. Não existe nenhuma pendência em relação aos ocupantes de DAS e FGR.

11.3.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

Em razão da Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298 de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF, todo servidor em exercício na RFB tem a obrigação de entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF. As autorizações de acesso à DIRPF são geradas e controladas via SA3.

A área de gestão de pessoas fornece, no ato da posse ou na realização da cobrança, a autorização de acesso à DIRPF a fim de estimular a entrega deste documento e minimizar o trabalho relativo à entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo. Atualmente, menos de 2% dos servidores ainda optam pela entrega da DBR.

O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas que deve preservar o sigilo das informações. A autorização de acesso assinada pelo servidor é alocada na pasta funcional como qualquer documento. Para os casos em que ainda se entrega as declarações anuais, essas são recebidas em envelopes lacrados pelo servidor e alocados na pasta funcional.

Periodicamente a área de gestão de pessoas efetua cobrança da entrega da DBR, via contato pelo e-mail funcional, telefone ou, em última opção, carta registrada para o endereço residencial do servidor informando-o da necessidade, dos riscos e das consequências da não entrega do documento.

Não compete à área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre o patrimônio e a remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

11.4 - Demonstração das Medidas Administrativas adotadas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário

Não houve apurações de responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, razão pela qual não há informações a prestar no quadro Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 7ª REGIÃO
FISCAL – SRRF07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 12: Informações Contábeis

(Item 12, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O subitem antes presente como sendo “**12.2 - Demonstração sucinta do estágio de desenvolvimento e da sistemática de apuração de custos**” não será apresentado nesse Modelo de Relatório de Gestão, pois a administração da Unidade de Custos é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

12.1 - Demonstração das Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Em atendimento ao Subitem 11.1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal – SRRF07 e suas unidades atendem, em sua maior parte, ao conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16, aplicáveis ao setor público, em especial à NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio das entidades do setor público.

No que tange à NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, adotam-se as rotinas de mensuração subsequentes relativas ao ativo imobilizado, especialmente a depreciação, no entanto as relativas ao intangível (reconhecimento inicial, amortização e redução ao valor recuperável) estão com implantação em andamento.

1) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, seguem informações em relação à metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão e as taxas utilizadas para os cálculos.

a) Depreciação

Representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

a1) Bens Móveis

Os bens móveis de propriedade da SRRF07 e suas Unidades são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS (Sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda) e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens móveis

- A metodologia é a definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e,
- Nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e nº 130/1999.

Metodologia de cálculo da depreciação

A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação dos bens móveis da SRRF07 e suas Unidades é a das quotas constantes, definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na

Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Taxas utilizadas para o cálculo da depreciação

As taxas do quadro abaixo foram definidas nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e 130/1999 e na Macrofunção SIAFI nº 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Fílmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10
142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

a) Bens Imóveis

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece no âmbito da União o cronograma para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis. Os bens imóveis da RFB são de propriedade da União e todos estão registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet.

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN e a Secretaria de Patrimônio da União - SPU ainda

estão desenvolvendo trabalhos objetivando a criação de uma rotina de depreciação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet com reflexo contábil no Sistema de Administração Financeira do Governo federal - SIAFI.

b) Amortização

Representa a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Existe projeto do Ministério da Fazenda em andamento, que está levantando os itens do intangível, principalmente os sistemas corporativos, e negociando com o órgão gestor do sistema de controle patrimonial (Secretaria do Tesouro Nacional), com o fim de definir a rotina do procedimento da amortização.

c) Exaustão

Representa a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A SRRF07 e suas Unidades, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a RFB utilizou como metodologia para a avaliação e mensuração de ativos e passivos a Portaria STN nº 437/2012 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

De acordo com MCASP Parte II, mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. O patrimônio das entidades do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade. Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.

Ainda, de acordo com o Princípio da Oportunidade, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.

CONCEITOS

Avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidência dos atos e dos fatos administrativos.

Mensuração: constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais da SRRF07 obedecem aos critérios descritos a seguir:

a) DISPONIBILIDADES

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, tendo seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado (contas de receita 425400000 ou 413250000).

b) CRÉDITOS e OBRIGAÇÕES

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

No grupo de direitos a receber, destaca-se a contabilização dos tributos federais administrados pela RFB. A contabilização foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais e visa atender, especificamente, aos Princípios da Competência e da Oportunidade.

Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do setor público, além da Lei nº 4.320/1964, Artigos 85, 89 e 100. Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem. Os ajustes para perdas prováveis são constituídos com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado mensalmente. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) ESTOQUES

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado. As UG's do Ministério da Fazenda dispõem de sistema próprio para controle dos estoques, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

d) INVESTIMENTOS

A RFB não possui investimentos em empresas ou em consórcios públicos ou públicos-privados.

e) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis registrados no SPIUNet. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f) INTANGÍVEL

Os direitos, objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da SRRF07 ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Ressalta-se que ainda não está em prática o registro da amortização do intangível.

g) DIFERIDO

O Ativo Diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. A SRRF07 e suas Unidades não dispõem de registros contábeis neste item.

3) Impacto da utilização dos critérios contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 e 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

a) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à aplicação da NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público, o impacto no resultado do exercício financeiro de 2014 da SRRF07 e suas Unidades foi de R\$ 41.651.132,05 referente à depreciação de bens móveis. A depreciação refere-se ao desgaste dos bens móveis e é contabilizada em uma conta redutora do ativo imobilizado, contribuindo para o resultado diminutivo do exercício.

b) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – NBC T 16.10

Os impactos relacionados à aplicação da NBC T 16.10, que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, somente serão informados no Relatório de Gestão das Unidades Centrais da RFB, pois se referem a contabilizações que não são realizadas em nível regional.

12.2 - Informações sobre a Conformidade Contábil

O processo de análise da conformidade contábil se inicia a partir da verificação da consistência dos itens que compõem os demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), tendo por base a Lei nº 4.320/1964 e as demais normas de contabilidade. Após isso, são verificadas ocorrências nas transações

>CONCONTIR e >CONINCONS relativas aos dados contábeis da UG em análise. São verificadas também a ocorrência de saldos invertidos indevidos e saldos alongados em contas transitórias no balancete contábil, além dos registros de conformidade de gestão.

a) Instâncias responsáveis pela realização da Conformidade Contábil na SRRF07 e as respectivas unidades gestoras analisadas.

A gestão de atividades relacionadas à Contabilidade na SRRF-07 é realizada pela Setorial Contábil da 7ª Região Fiscal – UG 170547, que está subordinada administrativamente à DIPOL (Divisão de Programação e Logística) da Superintendência da 7ª RF e tecnicamente à Divisão de Contabilidade da RFB - DITAB que está subordinada à COFIC – Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade e à COPOL – Coordenação Geral de Programação e Logística.

A Setorial Contábil da SRRF-07 (UG 170547) foi criada pela Portaria SPOA nº 256/2007, para atuar como setorial de contabilidade das UG's (Unidades Gestoras) 170102, 170103, 170116, 170118, 170119, 170120, 170121, 170122, 170125, 170257, 170258, 170316, 170317, 170383 e 170386, supervisionando os lançamentos contábeis e registrando a conformidade contábil, desde Junho de 2007.

“Art. 8º Compete aos órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal:

[...]

V - realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, da tabela de eventos, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão da unidade gestora;”

b) Da segregação de função no processo de registro da conformidade

O registro de conformidade contábil, conforme previsto na Macrofunção SIAFI 020315 – Conformidade Contábil, compete a profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

c) informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício de 2014.

Neste item trataremos apenas das ocorrências contábeis apontadas pela Setorial Contábil da 7ª RF as UG's sob sua jurisdição.

Tipo de Ocorrência	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Total de Alertas	0	0		0	0			0	0		0		
603 - Saldo Contábil do Almoarifado do SIAFI não confere com o do SIADS	1	1	1	1	1	1	3	1	1	2	1	1	15
632 – Saldos Alongados ou Indevidos em Contas Transitórias do Ativo Não Circulante	2	2	2	2	2	2	2						14
606 - Saldos Alongados ou Indevidos em Contas Transitórias do Ativo Circulante								1					1
640 - Saldo Contábil de Bens Móveis não confere com o do SIADS	8	6	6	8	8	9	8	4	4	4	4	4	73
674 - Saldos Alongados ou Indevidos em Contas Transitórias do Passivo Circulante								1					1
677 - Falta ou Atraso na Retenção /Recolhimento de Obrigações e Tributos										1			1
Total de Ressalvas	11	9	9	11	11	12	13	7	5	6	5	5	105
Total	11	9	9	11	11	12	13	7	5	6	5	5	105

d) descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

A diferença existente na UJ 170116 (Superintendência da Receita Federal do Brasil – 7ª RF) entre os valores registrados nas contas do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e o Sistema de Administração e Serviços - SIADS refere-se ao processo de migração entre o sistema anteriormente utilizado e a implantação do módulo permanente no SIADS. Objetivando apurar detalhadamente tal diferença, por conta contábil, diversas ações estão sendo adotadas, tais como: levantamentos detalhados das aquisições no SIAFI, compatibilizando-as com os registros existentes; conferência de registros de transferências recebidas e enviadas a outras unidades; levantamento da existência de registros em contas divergentes entre os sistemas e realização de inventários físicos.

12.3 - Declaração do Contador responsável por Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência da Receita Federal do Brasil – 7ª Região Fiscal			170116
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) UG – 170103 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória 2) UG – 170116 – Superintendência Regional da RFB na 7ª Região Fiscal 3) UG – 170121 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói 4) UG – 170125 – Alfândega da RFB Aeroporto Internacional no Rio de Janeiro <p>a) Saldo contábil de bens móveis não confere com o Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB.</p> <ol style="list-style-type: none"> a.1) Fundamento Legal: Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis. a.2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência. a.3) A diferença existente entre os valores registrados nas contas do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi e o Sistema de Administração e Serviços - Siads refere-se ao processo de migração entre o sistema anteriormente utilizado e a implantação do módulo permanente no Siads. Objetivando apurar detalhadamente tal diferença, por conta contábil, diversas ações estão sendo adotadas, tais como: levantamentos detalhados das aquisições no Siafi, compatibilizando-as com os registros existentes; conferência de registros de transferências recebidas e enviadas a outras unidades; levantamento da existência de registros em contas divergentes entre os sistemas e realização de inventários físicos. <p>2) UG 170121 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói.</p> <p>b) Saldo Contábil do almoarifado não confere com o Relatório de Movimentação do Almoarifado – RMA.</p> <ol style="list-style-type: none"> b.1) Fundamento Legal: Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda – MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº02.11.01 – Relatório de Movimentação do Almoarifado e Relatório de Bens Móveis. b.2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência. b.3) A diferença existente entre os valores registrados nas contas do Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi e o Sistema de Administração de Serviços – Siads refere-se ao processo de migração entre o sistema anteriormente utilizado e a implantação do módulo permanente no Siads. Objetivando apurar detalhadamente tal diferença, por conta contábil, diversas ações estão sendo adotadas, tais como: levantamentos detalhados das aquisições no Siafi, compatibilizando-as com os registros existentes; conferência de registros de transferências de mercadorias recebidas e enviadas a outras unidades e distribuídas internamente e levantamento físico. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro - RJ	Data	28/04/2015
Contador Responsável	Jacira do Rego Barros	CRC nº	049976/O-5

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 7ª REGIÃO
FISCAL – SRRF07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 13: Outras Informações sobre a Gestão

(Item 13, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

13.1 - Informações não exigidas que sejam consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada

Não há informações adicionais relevantes, além das já prestadas no presente Relatório de Gestão.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 7ª REGIÃO
FISCAL – SRRF07**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 13: Outras Informações sobre a Gestão

(Item 13, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

13.1 - Informações não exigidas que sejam consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada

Não há informações adicionais relevantes, além das já prestadas no presente Relatório de Gestão.

6.5 - Informações sobre Transferências de Recursos mediante Convênio, Contrato de Repasse

A UJ e UGs a ela relacionadas não participaram de nenhum dos instrumentos formais de parceria em que houvesse transferência de recursos públicos entre os entes, razão pela qual os quadros associados a este subitem não estão apresentados neste Relatório de Gestão.

6.5.1 - Alimentação SIASG e SICONV

Quadro 64 - DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Márcia Rita Coluchi Cavalcante, CPF nº 726.099.587-49, Chefe da Divisão de Programação e Logística, exercido na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade e todas de sua estrutura estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores, exceto no tocante a:

- UG 170118: Termo de Cessão ALF/RJO nº 05/2010 – Cessão Onerosa de Área ao Banco do Brasil que, por não gerar despesa, mas sim receita (a contrapartida e o rateio de despesas são pagos pelo Cessionário à União) não tem registro no SICONV, que registra apenas despesas públicas.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2015.

Márcia Rita Coluchi Cavalcante
CPF 726.099.587-49
Chefe da Divisão de Programação e Logística
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal

6.6 - Informações sobre Suprimento de Fundos

Nas Unidades da 7ª Região Fiscal, a diminuição do uso do CPGF em 2014, cerca de 14,5% menor que em 2013, diminuição essa progressiva ao longo dos exercícios, continua refletindo a consolidação do uso deste instrumento apenas para os casos em que situações inesperadas, ocasionais e de pequeno vulto ocorrem, demonstrando um amadurecimento dos gestores da Região quanto ao uso do instrumento suprimento de fundos.

Da análise das informações abaixo, verifica-se que a maior parte de nossas Unidades vêm diminuindo consideravelmente a utilização deste recurso, exceção feita para a ALF/Vitória e a ALF/Rio de Janeiro.

12.3 - Declaração do Contador responsável por Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência da Receita Federal do Brasil – 7ª Região Fiscal			170116
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) UG – 170103 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória 2) UG – 170116 – Superintendência Regional da RFB na 7ª Região Fiscal 3) UG – 170121 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói 4) UG – 170125 – Alfândega da RFB Aeroporto Internacional no Rio de Janeiro <p>a) Saldo contábil de bens móveis não confere com o Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB.</p> <ol style="list-style-type: none"> a.1) Fundamento Legal: Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis. a.2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência. a.3) A diferença existente entre os valores registrados nas contas do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi e o Sistema de Administração e Serviços - Siads refere-se ao processo de migração entre o sistema anteriormente utilizado e a implantação do módulo permanente no Siads. Objetivando apurar detalhadamente tal diferença, por conta contábil, diversas ações estão sendo adotadas, tais como: levantamentos detalhados das aquisições no Siafi, compatibilizando-as com os registros existentes; conferência de registros de transferências recebidas e enviadas a outras unidades; levantamento da existência de registros em contas divergentes entre os sistemas e realização de inventários físicos. <p>2) UG 170121 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói.</p> <p>b) Saldo Contábil do almoarifado não confere com o Relatório de Movimentação do Almoarifado – RMA.</p> <ol style="list-style-type: none"> b.1) Fundamento Legal: Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda – MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº02.11.01 – Relatório de Movimentação do Almoarifado e Relatório de Bens Móveis. b.2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência. b.3) A diferença existente entre os valores registrados nas contas do Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi e o Sistema de Administração de Serviços – Siads refere-se ao processo de migração entre o sistema anteriormente utilizado e a implantação do módulo permanente no Siads. Objetivando apurar detalhadamente tal diferença, por conta contábil, diversas ações estão sendo adotadas, tais como: levantamentos detalhados das aquisições no Siafi, compatibilizando-as com os registros existentes; conferência de registros de transferências de mercadorias recebidas e enviadas a outras unidades e distribuídas internamente e levantamento físico. <p style="text-align: center;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro - RJ	Data	28/04/2015
Contador Responsável	Jacira do Rego Barros	CRC nº	049976/O-5